

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

**Atena**
Editora
Ano 2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

**Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) | |
|--|--|
| C569 | <p>Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0990-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402</p> <p>1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p> |
| Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea Ciências sociais aplicadas: *Estado, organizações e desenvolvimento regional 4* é composta por 12 (doze) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, revisão integrativa e de literatura, relato de experiências, estudo de caso, dentre outros.

O primeiro capítulo analisa as mudanças da reforma *previdenciária, realizadas com a Emenda Constitucional nº 103/2019*. O segundo capítulo, por sua vez discute *os determinantes do controle social nos municípios brasileiros do ponto de vista da responsabilidade social das prefeituras e instituições envolvidas*.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise dos *impactos dos processos de execução fiscal no andamento dos processos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Já o quarto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da influência da pandemia de Covid-19 *nas decisões sobre prisões preventivas tomadas entre os anos de 2020 e 2021*.


O quinto capítulo, discute os impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano dos alunos da educação básica em decorrência do ensino remoto. Já o sexto capítulo, apresenta a experiência *da certificação para a incubadora IF For Business*, discutindo seu nível de maturidade e apresentando *o método de certificação do CERNE1 a partir da ferramenta de gestão PDCA*.

O sétimo capítulo, *apresenta os resultados de um estudo sobre as inovações tecnológicas implementadas por MPEs da indústria têxtil do vestuário aglomeradas territorialmente*. Já o oitavo capítulo, analisa o processo *de venda direta de produtos artesanais da Rede Asta, desenvolvida pelo Instituto Realice, a partir do posicionamento de negócios no conceito de Effectuation de Saras Sarasvathy*.

O oitavo capítulo discute os resultados da pesquisa acerca do compartilhamento do conhecimento, pela rede de organizações do terceiro setor e como este processo pode fortalecer esse grupo de entidades. O nono capítulo, por sua vez, discute *a interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social* discutindo a necessidade de seu fortalecimento.

O décimo capítulo, discute *a importância da conservação e valorização do(s) patrimônio(s) destes territórios de baixa densidade populacional enquanto recursos endógenos para o desenvolvimento local sustentável*. E finalmente, o décimo segundo capítulo, discute *o panorama político espírito-santense (1945-1961): governos Carlos lindenberg e francisco lacerda de aguiar*.

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MUDANÇAS OCASIONADAS PELAS ALTERAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL | |
| Carlos Alexandre Cirne Lopes | |
| Cássio dos Santos Borba | |
| doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324021 | |
| CAPÍTULO 2 | 23 |
| UM ESTUDO DOS DETERMINANTES DO CONTROLE E DA GESTÃO MUNICIPAL SOBRE OS FUNDOS DE DIREITOS CAPTADOS POR DESTINAÇÕES DE IMPOSTOS | |
| Artur Angelo Ramos Lamenha | |
| Karoline do Carmo Ramos Lamenha | |
| Cleydner Marques de Magalhães Maurício | |
| Sílvia Marisa Rampello | |
| doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324022 | |
| CAPÍTULO 3 | 40 |
| EXECUÇÃO FISCAL E MOROSIDADE JUDICIAL: IMPACTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS | |
| Walquírya Vieira da Cruz Soares | |
| Laína Souza Ventura dos Reis | |
| doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324023 | |
| CAPÍTULO 4 | 53 |
| UMA ANÁLISE DA PRISÃO PREVENTIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOB O OLHAR DA MAGISTRATURA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO | |
| Natália Ximenez Campanile | |
| Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer | |
| doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324024 | |
| CAPÍTULO 5 | 76 |
| O IMPACTO DA PANDEMIA NAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DISCENTE | |
| Patrick Cezar da Silva e Silva | |
| doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324025 | |
| CAPÍTULO 6 | 80 |
| INCUBADORA DE EMPRESAS NO IF GOIANO CAMPUS RIO VERDE: EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO | |
| Sílvia Ferreira Marques Salustiano | |
| Lavínnia Barros Ribeiro | |
| Frankcione Borges de Almeida | |
| Evaristo Fernandes Lima | |

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324026>

CAPÍTULO 785

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ESTUDO EM UM DOS MAIORES POLOS
TÊXTEIS DO PAÍS

Bárbara Silvana Sabino


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324027>

CAPÍTULO 8 106

CAUSATION E EFFECTUATION E A CRIAÇÃO DA REDE ASTA: INOVAÇÃO
NA VENDA DIRETA DE ARTESANATO

Maristela Pessoa

Andre Ribeiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324028>

CAPÍTULO 9 120


CONHECIMENTO COMPARTILHADO EM REDE: UMA BOA ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO?

Andreia Duarte Oliveira Costa

Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos

Frederico Cesar Mafra Pereira

Oswaldo Ferreira Barbosa Junior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324029>

CAPÍTULO 10..... 137

A INTERFACE ENTRE A PRÁTICA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A
DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Nívia Barreto dos Anjos


Maria Inês Amaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240210>

CAPÍTULO 11 149

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NOS TERRITÓRIOS
DE BAIXA DENSIDADE


Nuno Manuel dos Santos Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240211>

CAPÍTULO 12..... 155

O PANORAMA POLÍTICO ESPÍRITOSSANTENSE (1945-1961): GOVERNOS
CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Francisco José dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240212>

SOBRE A ORGANIZADORA 168

ÍNDICE REMISSIVO 169

MUDANÇAS OCASIONADAS PELAS ALTERAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL

Data de aceite: 01/02/2023

Carlos Alexandre Cirne Lopes

Cássio dos Santos Borba

RESUMO: O Direito Previdenciário engloba direitos dos segurados da previdência social, a qual está inserida na seguridade social. Com a evolução da sociedade, o crescimento populacional e o aumento da expectativa de vida, o sistema previdenciário brasileiro demonstrou desequilíbrio econômico-financeiro, apontando a necessidade de uma reforma. Após transitar por governos distintos a reforma da previdência foi aprovada e culminou na Emenda Constitucional nº 103, em vigor a partir de 13 de novembro de 2019. Este estudo buscou apontar quais as alterações mais relevantes na visão de entidades governamentais e autores da área previdenciária, realizadas na previdência com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Para isso, definiu com objetivo de abordar de forma clara, com base em entidades governamentais e autores da área previdenciária, as alterações mais relevantes ocasionadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Tratou-se de

utilizar uma metodologia bibliográfica, exploratória, com o objetivo de explorar materiais de estudiosos acerca do tema. Após o aprofundamento teórico concluiu-se que a reforma leu tempo para ser aprovada, o que caracteriza uma decisão que já não solucionará totalmente o problema devido a morosidade de sua aplicação. Além disso, logicamente direitos sociais sofreram alterações, modificando os planos dos segurados e dos empregadores, gerando insatisfação até certo ponto.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social. Seguridade Social. Reforma Previdenciária.

1 | INTRODUÇÃO

O direito previdenciário trata de estudos relacionados à previdência social, e à seguridade social. No entanto, sua nitidez é maior na regulamentação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o qual mantém a previdência social pública do Brasil. (FACHINI, 2021)

A previdência social passou por reforma no ano de 2019, a qual ocasionou alteração do seu formato de funcionamento, e ampliou a relevância do

direito previdenciário, visto a necessidade de atuação dos advogados em questões civis e de direito público. (FACHINI, 2021)

A nova previdência revê promulgação pelo Congresso nacional em 12 de novembro de 2019, alterando questões como idade para a aposentadoria, tempo de contribuição, regras gerais de transição para a concessão de benefícios, cálculos de renda mensal e condições para direito aos benefícios, entre outros (OAB-MG, 2020).

No entanto, embora divulgadas, essas mudanças não foram repassadas com clareza para a sociedade, ocasionando uma insegurança sobre os direitos dos trabalhadores novos e já contribuintes. Diante disso, questiona-se quais as alterações mais relevantes na visão de entidades governamentais e autores da área previdenciária, realizadas na previdência com a Emenda Constitucional nº 103/2019?

Este estudo tem o objetivo de abordar de forma clara, com base em entidades governamentais e autores da área previdenciária, as alterações mais relevantes ocasionadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Assim, o trabalho irá contribuir para esclarecer possíveis dúvidas dos futuros ou já contribuintes da previdência pública, e ainda, auxiliar a transparência das informações legais referentes à Emenda Constitucional nº 103/2019.

A pesquisa será realizada com um levantamento bibliográfico, o qual servirá de base para um estudo de caso. Para Gil (2002) as pesquisas que utilizam à abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema.

Podem ainda, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentais por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica possui a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. A coleta de dados será realizada utilizando a pesquisa bibliográfica e documental a partir da base de dados, com a *string* de busca “direito previdenciário” e “reforma”.

Foram selecionados relacionados a temática, passíveis de auxiliar a resposta ao problema de pesquisa. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental é comum quando os estudos irão abranger documentos públicos e regulamentos, por exemplo.

O cunho da pesquisa aplicada será exploratório, a qual segundo Gonsalves (2003), é caracterizada por desenvolver ideias, fornecendo uma visão sobre um fenômeno pouco explorado. Essa pesquisa ainda pode ser vista como de base, pois dá suporte para estudos futuros sobre o tema. A pesquisa de cunho exploratório exige um estudo bibliográfico para sua execução.

O estudo é de qualitativa segundo Apollinário (2004), apresenta a compreensão

e interpretação dos dados coletados. A pesquisa é, portanto, exploratória e bibliográfica, onde, o desenvolvimento do trabalho é baseado em informações coletadas em bancos de dados acadêmicos.

O estudo está dividido em capítulos, iniciando com uma introdução ao conteúdo a abordar. O capítulo dois apresenta a fundamentação teórica, onde explana aspectos relevantes da nova legislação da previdência social. O terceiro capítulo apresenta a conclusão sobre o estudo realizado. Por último, apresentam-se as referências utilizadas para a construção deste trabalho.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito previdenciário

O direito previdenciário conforme Fachini (2021) refere-se a estudos e atuação do direito público, voltados à previdência social. Disciplina e possui como matéria a Previdência Social, regulamenta, aplica e protege as relações entre os favorecidos da previdência social, as contribuições que a custeiam, a relação do Estado e das organizações privadas nesse aspecto previdenciário. (FACHINI, 2021)

O Direito Previdenciário, ramo do Direito Público, tem por objeto estudar, analisar e interpretar os princípios e as normas constitucionais, legais e regulamentares que se referem ao custeio dos regimes – que, no caso do ordenamento estatal vigente, e especificamente no caso do Regime Geral de Previdência, também serve como financiamento das demais vertentes da Seguridade Social, ou seja, Assistência Social e Saúde –, bem como os princípios e normas que tratam das prestações previdenciárias devidas a seus beneficiários nos diversos Regimes existentes – não apenas o Regime Geral, mas também os Regimes Próprios, cujos segurados são os agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios. (CASTRO; LAZZARI, 2018, p. 80-81)

Considera-se que o direito previdenciário surge da Revolução Industrial e do desenvolvimento da sociedade humana, devido à grande ocorrência de acidentes de trabalho. A revolução industrial, embora não tenha sido a origem da segurança do trabalho, foi um fator primordial para sua disseminação. O aumento das máquinas e falta de experiência em sua utilização, fez aumentar o número de acidentes (ALBERTON, 1996).

A partir de então evoluiu até a previdência social atual, a qual não pretende ter uma característica indenizatória, mas de necessidade social, fornecendo o mínimo vital ao trabalhador segurado (HORVATH, 2020). Segundo Moraes (2004, p.203)

Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Portanto, os direitos sociais conectam-se à igualdade dos direitos, permitindo que o

Estado garanta a dignidade aos cidadãos de forma positiva por meio da seguridade social.

2.1.1 Seguridade Social

A seguridade social é o conjunto de estruturas, formadas por um planejamento de ações e diretrizes que o Estado e a sociedade devem ter para expressar o esforço de garantia universal de benefícios, garantindo o acesso irrestrito da população aos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (FACHINI, 2021).

A Seguridade Social abrange tanto a Previdência Social como a Assistência Social (prestações pecuniárias ou serviços prestados a pessoas alijadas de qualquer atividade laborativa), e a Saúde pública (fornecimento de assistência médico-hospitalar, tratamento e medicação), estes dois últimos sendo prestações do Estado devidas independentemente de contribuições. (CASTRO; LAZZARI, 2018, p.80-81)

No Brasil, a seguridade social surge com o Seguro de Acidente de Trabalho, sendo inicialmente um benefício privado relacionado ao pagamento do empregador (JAHA, 2020). Conforme a Constituição federal de 1988 o modelo de seguridade social visa, portanto, romper a cobertura limitada aos segmentos plantados no mercado formal e alargar as conexões entre contribuições e benefícios, suscitando estruturas mais solidárias e redistributivas. (FLEURY, 2016)

A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos (BRASIL, 1988).

Dessa forma o novo modelo de seguridade social é pautado na universalidade, direitos sociais, o reconhecimento do dever do Estado, a regulamentação da relevância das ações e serviços e a estrutura descentralizada (FLEURY, 2016). Tais apontamentos são representados pelos princípios basilares da seguridade social.

2.1.1.1 Princípios da Seguridade Social

Os princípios da Seguridade Social estão citados na Constituição Federal de 1988, Art. 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (BRASIL, 1988)

Os princípios podem ser descritos como:

A) Universalidade da cobertura e do atendimento

No tocante à assistência social, será aplicado para todas aquelas pessoas que necessitem de suas prestações. E no tocante à Previdência Social, por ter caráter contributivo, todos, desde que contribuam para o sistema, podem participar. Para atender a esse princípio constitucional, foi criada, no Regime Geral de Previdência Social, a figurado segurado facultativo.

Assim, todos, mesmo que não exerçam atividade remunerada, têm a cobertura previdenciária; para tanto, é necessário contribuir para o sistema previdenciário. (GOES, 2018, p. 25)

A prestação social então deve atingir a totalidade dos eventos onde é necessária uma reparação para a sobrevivência, tratando igualmente pessoas com necessidades semelhantes.

B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais

Para Castro e Lazzari (2020, p. 165):

O mesmo princípio já contemplado no art. 7º da Carta trata de conferir tratamento uniforme a trabalhadores urbanos e rurais, havendo assim idênticos benefícios e serviços (uniformidade), para os mesmos eventos cobertos pelo sistema (equivalência).

Tal princípio não significa, contudo, que haverá idêntico valor para os benefícios, já que equivalência não significa igualdade. Os critérios para concessão das prestações de seguridade social serão os mesmos; porém, tratando-se de previdência social, o valor de um benefício pode ser diferenciado – caso do salário-maternidade da trabalhadora rural enquadrada como segurada especial.

Refere-se em tratar com igualdade os urbanos e rurais com uniformidade entre valores pagos, aplicando-se a igualdade jurídica.

C) Seletividade e distributividade dos benefícios e serviços

Dessa forma, desponta a possibilidade de prioridade para carências sociais respeitando os requisitos para a concessão de benefícios.

D) Irredutibilidade do valor dos benefícios

Castro e Lazzari (2020, p. 166) descrevem que o

princípio equivalente ao da intangibilidade do salário dos empregados

e dos vencimentos dos servidores, significa que o benefício legalmente concedido – pela Previdência Social ou pela Assistência Social – não pode ter seu valor nominal reduzido, não podendo ser objeto de desconto – salvo os determinados por lei ou ordem judicial –, nem de arresto, sequestro ou penhora. Dentro da mesma ideia, o art. 201, § 2º, estabelece o reajustamento periódico dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real

Veda a redução do valor nominal de benefícios já concedidos, como por exemplo as remunerações.

E) Equidade na forma de participação no custeio

Apona que o financiamento da seguridade deve ser realizado pelo Estado e pela Sociedade. Conforme Amado (2020, p. 32)

por este princípio tem-se a noção de que o custeio da seguridade social deve ser o mais amplo possível, contudo, é necessário que seja isonômico, contribuindo mais aquele que possui mais recursos financeiros e os que mais provocam a cobertura da seguridade social.

F) Diversidade da base de financiamento

Conforme artigos 194 e 194 de Constituição Federal de 1988, Amado (2020, p. 32) afirma que

este princípio prega que o financiamento da seguridade social necessita possuir múltiplas fontes, visando garantir a solvibilidade do sistema, justamente objetivando evitar que eventuais crises em determinados setores comprometa a arrecadação, participando, portanto, toda a sociedade, de forma direta e indireta

Portanto, o custeio da seguridade social não deve ser feito a partir de um tributo único;

G) Caráter democrático e descentralizado da administração

A sociedade deve participar do planejamento da Seguridade Social, bem como execução e controle de suas atividades.

2.1.2 Previdência Social

A Previdência Social, assim como a Seguridade Social deve respeitar alguns princípios, dentre eles, é possível destacar: a filiação obrigatória, o caráter contributivo, equilíbrio financeiro e atuarial, garantia de um valor mínimo de benefício, correção monetária dos salários contribuídos, preservação do valor real dos benefícios, comutatividade, previdência complementar facultativa, indisponibilidade dos direitos dos beneficiários, e unicidade. (DUARTE, 2004)

Previdência Social é o sistema pelo qual, mediante contribuição, as pessoas vinculadas a algum tipo de atividade laborativa e seus dependentes ficam resguardadas quanto a eventos de infortunística (morte, invalidez, idade avançada, doença, acidente de trabalho, desemprego involuntário), ou outros que a lei considera que exijam um amparo financeiro ao indivíduo

(maternidade, prole, reclusão), mediante prestações pecuniárias (benefícios previdenciários) ou serviços. (CASTRO; LAZZARI, 2018, p.80-81)

No Brasil, o início da Previdência Social decorre da Lei Eloy Chaves (LEC) (Decreto Legislativo 4.682, de 24/01/1923), onde empresas que construíam estradas de ferro deveriam, portanto, custear sua aposentadoria e pensão (JAHA, 2020). Esclarece Goes (2018, p.2-3):

Antes da Lei Eloy Chaves, já havia o Decreto Legislativo 3.724, de 1919, sobre o seguro obrigatório de acidente do trabalho. Já havia também algumas leis concedendo aposentadorias para algumas categorias de trabalhadores (professores, empregados dos Correios, servidores públicos etc.). Assim, embora a doutrina considere a Lei Eloy Chaves como marco inicial da previdência brasileira, não é correto afirmar que ela seja o primeiro diploma legal sobre Previdência Social. A Lei Eloy Chaves ficou conhecida como marco inicial da Previdência Social Brasileira devido ao desenvolvimento e à estrutura que a previdência passou a ter depois do seu advento.

Ressalta-se que a previdência social está prevista como direito social na Constituição Federal de 1988, Art. 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A previdência social é formada por dois regimes, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos e dos militares. Conforme o Senado Federal (2016, p. 3):

As fontes de recursos para o RGPS são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.

Os RPPS contam com as contribuições do servidor público ativo, dos aposentados e pensionistas e do ente federativo e com bens e direitos destinados por lei ao seu custeio. Os recursos das contribuições são aplicados no mercado financeiro e segregados das demais contas do ente federativo e são administrados por um órgão ou entidade com finalidade de efetuar a gestão de todo o regime.

Dessa forma, são segurados de forma obrigatória da Previdência Social (RGPS) o contribuinte individual, trabalhador avulso, empregado doméstico, empregado e segurado especial, e o segurado facultativo (JAHA, 2020).

Atualmente, “o beneficiário do Seguro Desemprego é segurado obrigatório da previdência social durante os meses de percepção do benefício” (MP 905/2019) (JAHA, 2020, p. 9).

Ainda, conforme Martinez (1992, p. 99), a previdência social trata-se de uma

[...] técnica de proteção social que visa propiciar os meios indispensáveis à

subsistência da pessoa humana – quando esta não pode obtê-los ou não é socialmente desejável que os aufera pessoalmente através do trabalho, por motivo de maternidade, nascimento, incapacidade, invalidez, desemprego, prisão, idade avançada, tempo de serviço ou morte – mediante contribuição compulsória distinta, proveniente da sociedade e de cada um dos participantes.

Martinez (1992) expõe condições para que o indivíduo seja segurado pela previdência social. Desde sua constituição a previdência fornece aos segurados benefícios e auxílios necessários em períodos como aposentadoria, morte, acidentes que causam invalidez, entre outros. As Prestações Previdenciárias podem ser vistas esquematizadas na Figura 1:

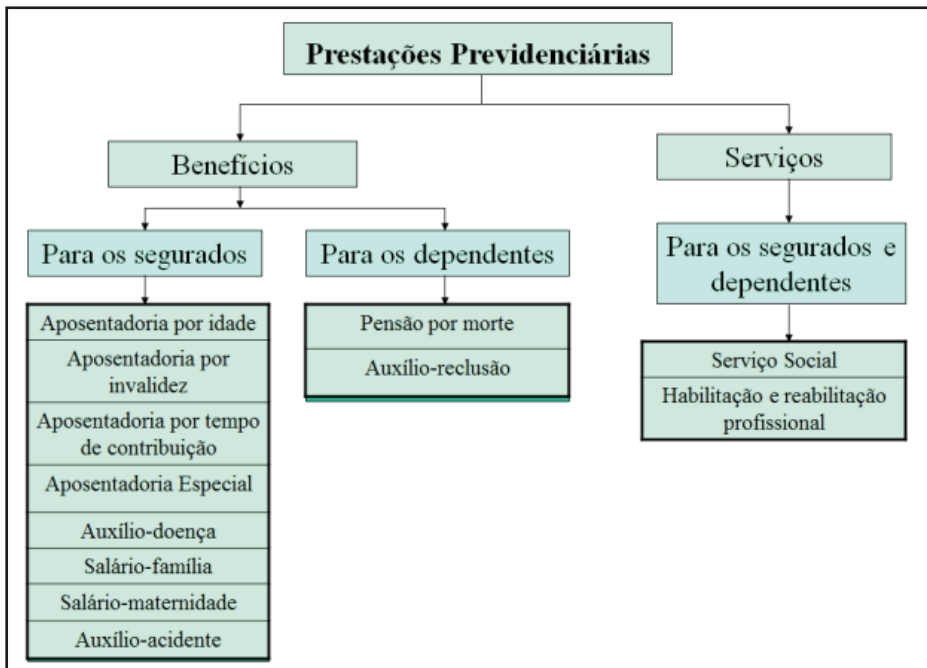


Figura 1 - Cobertura previdenciária para os segurados e dependentes

Fonte: HORVATH JÚNIOR, 2014, p. 159.

O aumento da expectativa de vida da população, ocasionou uma crise previdenciária, tornando o modelo insustentável com a legislação em vigor. A partir disso, culminou a construção de mudanças na legislação com a finalidade de tornar a previdência social sustentável a longo prazo.

Conforme afirma Jaha (2020, p. 7) “a competência para legislar sobre Seguridade Social é privativa da União, mas pode ser delegado aos Estados o poder de legislar sobre questões específicas”, enquanto “a competência para legislar sobre Previdência Social é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal”.

Iniciou-se após o impeachment da presidenta Dilma, quando o então ministro da Fazenda Henrique Meirelles incluiu a reforma previdenciária como meta de governo. Entretanto, após instabilidades na política, o presidente Temer não alcançou os votos necessários para a aprovação da nova legislação. (MARCHESAN, 2019)

Assim, a reforma foi novamente inserida na pauta do presente Bolsonaro, por meio do ministro da Economia Paulo Guedes, iniciando com a meta de economia no valor de R\$ 1 milhão de reais no período de dez anos.

Com as alterações, a discussão no congresso perdurou por oito meses, além de protestos da população contra e a favor das alterações propostas, até a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, em 11 de novembro de 2019, com um texto final responsável por gerar uma economia de R\$ 76,4 bilhões ao país. (MARCHESAN, 2019)

2.1.2.1 Reforma da previdência

A reforma da previdência, entrou em vigor no dia 13 de novembro de 2019, a partir da Emenda Constitucional nº 103/2019, cujo principal objetivo é encaminhar-se para a sustentabilidade dos regimes de previdência social, mediante ações que alcancem o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, recomendado na Constituição Federal desde a Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

Conforme o Senado federal (2016) “de acordo com dados das Projeções Populacionais do IBGE (2013), enquanto há, hoje, 140,9 milhões de pessoas em idade ativa, em 2060 haverá 131,4 milhões, número 6,7% inferior. No mesmo período, o número de idosos crescerá 262,7%”.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 apresentou desafios para a área do direito previdenciário, introduzindo importantes mudanças no aparelho de pagamento dos benefícios da previdência social (FACHINI, 2021). As alterações englobam idade e tempo de contribuição mínimos para aposentadoria, cálculos para aposentadoria mínima, e fórmulas de transição complexas de compreensão para os leigos, tornando complexa a compreensão da sociedade sobre seus direitos previdenciários.

2.1.2.1.1 Idade e tempo de contribuição

A Emenda Constitucional nº 103/2019 exclui a possibilidade da aposentadoria pelo tempo de contribuição, sendo, portanto, resultante de uma relação entre o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria.

Dessa forma, estará apto a aposentar-se o indivíduo que tiver cumulativamente 62 anos de idade e 15 anos de contribuição (mulher), 65 anos de idade e 20 anos de contribuição (homem), com 180 meses de carência. Ressalta-se que tal regra é válida para o trabalhador urbano.

Para assegurados que estavam já filiados ao Regime Geral de Previdência Social

até a data da publicação da Emenda Constitucional nº. 103/2019, em 13 de novembro de 2019, foi instituída uma regra de transição de idade explicitada no Quadro 1.

| Início | Fim | Sexo Feminino | Sexo Masculino |
|-------------|------------|---------------|----------------|
| EC 103/2019 | 31/12/2019 | 60 | 65 |
| 01/01/2020 | 31/12/2020 | 60,5 | 65 |
| 01/01/2021 | 31/12/2021 | 61 | 65 |
| 01/01/2022 | 31/12/2022 | 61,5 | 65 |
| 01/01/2023 | 31/12/2023 | 62 | 65 |

Quadro 1 - Evolução da idade na regra de transição

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

Dessa forma, a idade anterior da mulher de 60 anos será acrescida de 06 meses por ano a partir de 01/01/2020, até a obtenção dos 62 anos.

Art. 18. O segurado de que trata o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

II - 15 (quinze) anos de contribuição, para ambos os sexos.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade de 60 (sessenta) anos da mulher, prevista no inciso I do caput, será acrescida em 6 (seis) meses a cada ano, até atingir 62 (sessenta e dois) anos de idade.

§ 2º O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado na forma da lei. (BRASIL, 2019)

Referente aos contribuintes ocupantes do cargo de professor, onde tenham exercido somente cargo efetivo em exercício de magistério em educação infantil, ensino médio ou fundamental, a regra sobre a mulher é de 57 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição, e para homem, 60 anos de idade e 25 anos de contribuição. Conforme Art. 39, inciso III, §5º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019:

Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo. (BRASIL, 2019)

Ainda, conforme o Art. 19, inciso II,

II - ao professor que comprove 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio e tenha 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem.

§ 2º O valor das aposentadorias de que trata este artigo será apurado na forma da lei. (BRASIL, 2019)

Os trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais não tiveram as regras de concessão de aposentadoria modificadas, mantendo-se 55 anos de idade para mulher, 60 anos de idade para homem, cumulativamente com 15 anos de contribuição para ambos.

2.1.2.1.2 Valor dos benefícios

O valor dos benefícios foi alterado com a Emenda Constitucional nº 103/2019, para trabalhadores urbanos homens, as alterações foram 60% da média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição a partir de 07/1994 ou quando posterior, a primeira contribuição, acrescido 2% ao que ultrapassar 20 anos.

Enquanto para mulheres, segue a mesma regra, alterando o acréscimo de 2% para o período excedente a 15 anos de contribuição. O Quadro 2 demonstra a evolução dos coeficientes.

A mesma regra aplica-se aos professores.

| Tempo de contribuição (anos) | % média salarial homem | % média salarial mulher |
|------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 15 | 60% | 60% |
| 16 | 60% | 62% |
| 17 | 60% | 64% |
| 18 | 60% | 66% |
| 19 | 60% | 68% |
| 20 | 60% | 70% |
| 21 | 62% | 72% |
| 22 | 64% | 74% |
| 23 | 66% | 76% |
| 24 | 68% | 78% |
| 25 | 70% | 80% |
| 26 | 72% | 82% |
| 27 | 74% | 84% |
| 28 | 76% | 86% |
| 29 | 78% | 88% |
| 30 | 80% | 90% |
| 31 | 82% | 92% |
| 32 | 84% | 94% |
| 33 | 86% | 98% |

| | | |
|----|------|------|
| 34 | 88% | 100% |
| 35 | 90% | |
| 36 | 92% | |
| 37 | 94% | |
| 38 | 96% | |
| 39 | 98% | |
| 40 | 100% | |

Quadro 2 - Evolução dos valores dos coeficientes de cálculo x tempo de contribuição

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

2.1.2.1.3 Aposentadoria especial

A aposentadoria especial é conferida a trabalhadores que desempenham atividades com ativa exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos danosos à saúde e a sua integridade física, ou agregação desses agentes, por 15, 20 ou 25 anos, pendente da agressividade do agente ao qual o indivíduo foi exposto. (OAB-MG, 2020)

A legislação anterior a Emenda Constitucional nº 103/2019 não exigia idade mínima e concedia 100% da média dos 80% maiores salários a partir de julho/1994, ou seja, direito à aposentadoria dita integral. No entanto, a nova legislação previdenciária passou a exigir requisitos.

Art. 19.... I - aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, nos termos do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando cumpridos:

- a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição;
- b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição; ou
- c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição; (BRASIL, 2019)

Portanto, a legislação pode ser mais facilmente compreendida no Quadro:

| Idade mínima (anos) | Período de exposição (anos) | Atividades |
|---------------------|-----------------------------|---|
| 55 | 15 | Minas subterrâneas |
| 58 | 20 | Mineiros que trabalham na superfície |
| 60 | 25 | Trabalhadores expostos a ruído acima de 85 dB, assim como os expostos a agentes biológicos, agentes químicos etc. |

Quadro 3 - Requisitos aposentadoria especial

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

Para o cálculo do benefício, a regra é a mesma da aposentadoria por idade, com base em 100% da média salarial para quem trabalhou desde julho/1994, com coeficiente de 60%, e variação com o tempo de contribuição do segurado.

Outra alteração nesse tipo de aposentadoria é a conversão do tempo especial em comum, onde existe o acréscimo de 40% para homens e 20% para mulheres, mas somente para os períodos trabalhados até a data da publicação da Emenda Constitucional nº. 103/2019, sendo vedada a conversão do tempo especial cumprido após essa data.

2.1.2.1.4 A regras de transição

O período de transição da reforma irá durar cerca de catorze anos, podendo, portanto, o segurado que já estava no regime de contribuição da previdência social optar por uma das cinco regras de transição apresentadas na legislação.

A regra de transição incluindo aposentadoria e tempo de contribuição foi validada para segurados filiados ao Regime Geral de Previdência Social até 13 de novembro de 2019, data da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Conforme o Art. 17, da Emenda Constitucional nº 103/2019. 12 e novembro de 2019:

Art. 17. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e que na referida data contar com mais de 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; e

II - cumprimento de período adicional correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem.

Parágrafo único. O benefício concedido nos termos deste artigo terá seu valor apurado de acordo com a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações calculada na forma da lei, multiplicada pelo fator previdenciário, calculado na forma do disposto nos §§ 7º a 9º do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (BRASIL, 2019)

O direito à aposentadoria por tempo de contribuição é concedido para o segurado que possuir em 13 de novembro de 2019 período de contribuição maior que 28 anos para mulher, e 33 anos para homens, seguindo, portanto, o Quadro 4.

| Tempo de contribuição (mulher) | Tempo de contribuição (homem) | Período para pedágio |
|--------------------------------|-------------------------------|---|
| 30 | 35 | Adicional de 50% do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (13/11/2019) faltava para atingir 30/35 anos de contribuição. |

Quadro 4 - Regra de transição com pedágio de 50%

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

O direito à aposentadoria ao filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de 13 de novembro de 2019 período de contribuição, conforme o Quadro 5.

| Tempo de contribuição (mulher) | Idade (mulher) | Tempo de contribuição (homem) | Idade (homem) | Período para pedágio |
|--------------------------------|----------------|-------------------------------|---------------|--|
| 30 | 57 | 35 | 60 | Adicional de 100% do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (13/11/2019) faltava para atingir 30/35 anos de contribuição. |

Quadro 5 - Regra de transição com pedágio de 100%

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

Para professores a regra de transição segue o Quadro 6.

| Tempo de contribuição (mulher) | Idade (mulher) | Tempo de contribuição (homem) | Idade (homem) | Período para pedágio |
|--------------------------------|----------------|-------------------------------|---------------|--|
| 25 | 52 | 30 | 55 | Adicional de 100% do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (13/11/2019) faltava para atingir 30/35 anos de contribuição. |

Quadro 6 - Regra de transição para professores

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

O valor do benefício é adquirido pela média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição contados desde 07/1994 ou a primeira contribuição ajustada pelo fator previdenciário, sendo válida para homens e mulheres.

A regra dos pontos refere-se a 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos para homens. A regra diz que a soma da idade acrescida do tempo de contribuição deve atingir 86 pontos para mulher e 96 pontos para homem em 2019, acrescido 01 ponto a cada ano a partir de 01/01/2020 até 100 pontos para mulheres em 2033 e 105 pontos para homens em 2028. Conforme o Quadro 7:

| Ano | Mulheres | Homens |
|------|----------|--------|
| 2019 | 86 | 96 |
| 2020 | 87 | 97 |
| 2021 | 88 | 98 |
| 2022 | 89 | 99 |
| 2023 | 90 | 100 |
| 2024 | 91 | 101 |
| 2025 | 92 | 102 |
| 2026 | 93 | 103 |
| 2027 | 94 | 104 |
| 2028 | 95 | 105 |
| 2029 | 96 | |
| 2030 | 97 | |
| 2031 | 98 | |
| 2032 | 99 | |
| 2033 | 100 | |

Quadro 7 - Pontos para obtenção da aposentadoria

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

Para professores a regra dos pontos segue 25 anos de contribuição para mulheres e 30 anos para homens, sendo a soma da idade acrescida do tempo de contribuição até 81 pontos para mulheres e 91 pontos para homens, a partir de 01/01/2020, até atingir 92 pontos para mulheres e 100 pontos para homens, conforme o Quadro 8:

| Ano | Mulheres | Homens |
|------|----------|--------|
| 2019 | 81 | 91 |
| 2020 | 82 | 92 |
| 2021 | 83 | 93 |
| 2022 | 84 | 94 |
| 2023 | 85 | 95 |
| 2024 | 86 | 96 |
| 2025 | 87 | 97 |
| 2026 | 88 | 98 |
| 2027 | 89 | 99 |

| | | |
|------|----|-----|
| 2028 | 90 | 100 |
| 2029 | 91 | |
| 2030 | 92 | |
| 2031 | | |
| 2032 | | |
| 2033 | | |

Quadro 8 - Pontos para obtenção da aposentadoria do professor

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

A regra de transição com idade mínima crescente deve acumular 30 anos de contribuição e 56 anos de idade para mulheres, 35 anos de contribuição e 61 anos de idade para homens, onde as idades a partir de 01/01/2020, serão acrescidas de 06 meses por ano até 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Segue o quadro de idade para concessão de aposentadoria no Quadro:

| Ano | Mulheres | Homens |
|------|----------|--------|
| 2019 | 56 | 61 |
| 2020 | 56,5 | 61,5 |
| 2021 | 57 | 62 |
| 2022 | 57,5 | 62,5 |
| 2023 | 58 | 63 |
| 2024 | 58,5 | 63,5 |
| 2025 | 59 | 64 |
| 2026 | 58,5 | 64,5 |
| 2027 | 60 | 65 |
| 2028 | 60,5 | 65 |
| 2029 | 61 | 65 |
| 2030 | 61,5 | 65 |
| 2031 | 62 | 65 |

Quadro 9 - Idade para concessão da aposentadoria

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

Quanto a idade de concessão de aposentadoria para professores, deve seguir 25 anos de contribuição e 51 anos de idade para mulheres, e 30 anos de contribuição acumulado de 56 anos de idade para homens, tendo a idade a partir de 01/01/2020 acrescida de 06 meses por ano até 57 e 60 anos, respectivamente para mulher e homem.

| Ano | Mulheres | Homens |
|------|----------|--------|
| 2019 | 51 | 56 |
| 2020 | 51,5 | 56,5 |
| 2021 | 52 | 57,5 |
| 2022 | 52,5 | 58 |
| 2023 | 53 | 58,5 |
| 2024 | 53,5 | 59 |
| 2025 | 54 | 59,5 |
| 2026 | 54,5 | 60 |
| 2027 | 55 | 60 |
| 2028 | 55,5 | 60 |
| 2029 | 56 | 60 |
| 2030 | 56,5 | 60 |
| 2031 | 57 | 60 |

Quadro 10 - Idade para concessão de aposentadoria professores

Fonte: Adaptado de OAB-MG, 2020.

2.1.2.1.5 Pensão por morte

A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou o valor de pensão por morte, a qual, anteriormente era integral.

Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o **caput** será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência

intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º.

§ 4º O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

§ 7º As regras sobre pensão previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma da lei para o Regime Geral de Previdência Social e para o regime próprio de previdência social da União.

§ 8º Aplicam-se às pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social. (BRASIL, 2019)

Após a reforma, esse valor passou a ser parcial. Na ocorrência de óbito do segurado aposentado, o beneficiário receberá 50% do valor da aposentadoria, acrescida de 10% por dependente, sendo o máximo de 100%. Ressalta-se que o cálculo é realizado sobre o total dos proventos, sendo limite o teto da Previdência.

Quando o dependente for inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor será equivalente a 100% da aposentadoria recebida pelo segurado. No caso de posteriormente ao ocorrido cessar o ato gerador, a pensão sofrerá o recálculo conforme a regra geral. O óbito do segurado em atividade segue a mesma regra do óbito do segurado aposentado.

2.1.2.1.6 Aposentadoria por Incapacidade permanente

Anteriormente chamada de aposentadoria por invalidez, essa modalidade tinha como base 80% dos maiores salários de contribuições a partir de julho/1994. Com a Emenda Constitucional nº 103/2019, a aposentadoria por incapacidade permanente, conforme nova nomenclatura, ocorre ao segurado que esteja totalmente e permanentemente incapacitado para o exercício laboral, e a forma de cálculo alterou-se conforme o fato de a incapacidade estar ou não relacionada ao trabalho.

Incapacidades ocasionadas por fatos não relacionados diretamente ao trabalho, terão como base 60% da média aritmética simples dos salários, atualizados, de 100% do

período de contribuição a partir de 07/1994, ou quando posterior, a primeira contribuição. Ainda, será somado 2% ao ano de contribuição acima de 20 anos contribuídos para homens e 15 anos para mulheres.

Quando a incapacidade estiver relacionada com o trabalho, ou ainda na ocorrência de acidente de trabalho, a base altera para 100% da média aritmética simples dos salários, e 100% do período de contribuição a partir de 07/1994, ou quando posterior, a primeira contribuição.

O auxílio-doença ou auxílio por incapacidade temporária não foi mencionado pela Emenda Constitucional nº 103/2019, estando citada na Portaria nº 450/2020 do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A base de cálculo referida é a média aritmética simples de 100% dos salários desde 07/1994, aplicando-se ainda o coeficiente de 91% sobre o valor.

A nova previdência destituiu o acúmulo de suas ou mais pensões por morte dentro de um mesmo regime de Previdência Social, conforme Art. 39, inciso III, §6º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019:

Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social. (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019)

A Emenda permite o acúmulo apenas em pensão por morte concedida pelo Regime Geral e pensão pelo Regime Próprio de Previdência Social ou pensão dos militares, proventos de inatividade e pensões decorrentes de atividades militares. Conforme artigo 24:

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência

social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos. (BRASIL, 2019)

Em casos em que exista conflito de pensões será assegurado o pagamento integral do benefício mais vantajoso, e parte de cada um dos benefícios de acordo com as faixas.

3 | CONCLUSÃO

A previdência social é responsável por aposentadorias, seguros e pensões, ou seja, é um, seguro social. O segurado e contribuinte mensal no caso da previdência social será o trabalhador, podendo ser ele urbanos ou rural, por exemplo. As contribuições são transformadas em renda para períodos de necessidade, com acidentes que trabalho que causem invalidez, morte ou aposentadoria.

O formato de contribuição da previdência social no Brasil funciona de maneira que os contribuintes atuais sustentam o valor das aposentadorias. Assim, quando você contribui esse valor não será redirecionado a própria aposentadoria do segurado, o qual terá seu benefício sustentado pelos contribuintes à época.

Com o crescimento da expectativa de vida e queda da taxa de natalidade, ocorre a inversão da pirâmide etária, com uma predominância dos idosos. A longo prazo esse fator ocasionou um desequilíbrio nas contas da previdência social, devido ao modelo utilizado. Assim, surgiu a reforma previdenciária, formalizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Os pagamentos a partir da Emenda Constitucional 103/2019, referem-se a média dos salários pelo período trabalhado, não mais aos 80% maiores, conforme fórmula anterior. O valor ainda não deve ser inferior a um salário-mínimo ou superior ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

A nova reforma extinguiu a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima, a partir da Emenda, a análise é realidade cumulativa com idade mínima e tempo de contribuição.

A regra geral aferiu que para trabalhadores privados e urbanos, o tempo de

contribuição atribuído é de no mínimo 15 anos e a idade mínima de 62 anos para mulheres, para direito a 60% do valor integral do benefício, sendo acrescido o percentual de 2% até atingir o 100%, com 35 anos de contribuição.

Para homens urbanos, a contribuição mínima é de 20 anos, e idade mínima de 65 anos para direito a 60% do valor integral do benefício, sendo acrescido o percentual de 2% até atingir o 100%, com 40 anos de contribuição. Para homens e mulheres já no mercado de trabalho esse período mínimo de contribuição é alterado pela regra de transição.

Trabalhadores rurais, policiais e professores possuem regras próprias pela nova legislação. Com o período de transição de até catorze anos, a implantação integral da reforma da previdência ainda possui um largo caminho.

Ressalta-se sobre a reforma a morosidade do sistema e a incapacidade dos governantes em tomar decisões em um tempo hábil, ou seja, antes da crise estar instaurada. Ainda, embora a medida não seja popular, a reforma da previdência é necessária a firma de respeitar o equilíbrio-financeiro necessário para as contas governamentais.

Para estudos futuros sugere-se verificar os impactos sociais causados na prática com as regras de transição, mudança de alíquota e de vencimentos. Como isso interfere na economia dos segurados, bem como a busca por planos de previdência privados motivados pelo novo regramento da previdência social.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, A. **Uma metodologia para auxiliar no gerenciamento de riscos e na seleção de alternativas de investimentos em segurança**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

AMADO, F. **Curso de Direito e Processo Previdenciário**. Salvador: JusPodivm, 2020

APOLLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a Produção do Conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **SENADO FEDERAL**. Reforma da Previdência. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/dezembro/perguntas-e-respostas-esclarece-duvidas-sobre-a-reforma-da-previdencia/PerguntaseRespostassobreaReformadaPrevidncia.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 30 set. 2021.

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito previdenciário**. 21 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2018.

DUARTE, M. V. **Direito Previdenciário**. 3 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2002. 256p.

FACHINI, T. **Projuris**. Direito previdenciário: guia completo atualizado. 2021. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/guia-completo-do-direito-previdenciario/>. Acesso em: 30 set. 2021.

FLEURY, S. **A seguridade social inconclusa**. Fundação Getúlio Vargas, EBAPE, 2016. Disponível em: http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap_liv/seguridade_social.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, H. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2018.

HORVATH JÚNIOR, M. **Direito previdenciário**. 10. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

HORVATH, M. **Direito Previdenciário**. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2020.

JAHA, A. M. **Direito previdenciário all in one: teoria e questões comentadas** / Ali Mohamad Jaha. - 1. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2020.

MARCHESAN, R. **Site UOL**. O caminho da reforma. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/o-caminho-da-reforma-da-previdencia/#cover>. Acesso em: 30 set. 2021.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OAB MG – **Comissão de Direito Previdenciário**. Entendendo a reforma da Previdência. 2020. Disponível em: <https://www.ieprev.com.br/assets/docs/EntendendoaReformadaPrevidencia.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

UM ESTUDO DOS DETERMINANTES DO CONTROLE E DA GESTÃO MUNICIPAL SOBRE OS FUNDOS DE DIREITOS CAPTADOS POR DESTINAÇÕES DE IMPOSTOS

Data de aceite: 01/02/2023

Artur Angelo Ramos Lamenha

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
<http://lattes.cnpq.br/9893687680350844>

Karoline do Carmo Ramos Lamenha

Universidade Federal de Alagoas - UFAL
<http://lattes.cnpq.br/1736422004692541>

Cleydner Marques de Magalhães Maurício

Universidade Federal de Alagoas - UFAL
<http://lattes.cnpq.br/1149404022685972>

Silvia Marisa Rampello

Universidad Nacional de La Matanza -
UNLAM

RESUMO: Este estudo buscou apresentar os determinantes do controle social nos municípios brasileiros do ponto de vista da responsabilidade social das prefeituras e instituições envolvidas, considerando transparência, legibilidade na prestação de contas, nível de difusão, tecnologias, mídias sociais e ação comunicativa. Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo a partir de informações sobre um tipo específico de cobrança de direitos, com menor número de municípios, por meio de análise fatorial de correspondência

e entrevistas com especialistas para encontrar os determinantes de atuação nesse tipo de cobrança e participação popular. Os resultados foram: credibilidade na prestação de contas e orientação à sociedade e a categoria colaboração com a estrutura das entidades.

PALAVRAS-CHAVE: Controle social, accountability social, gestão social, conselhos municipais, legibilidade, prestação de contas.

A STUDY OF THE DETERMINANTS OF MUNICIPAL CONTROL AND MANAGEMENT ON RIGHTS FUNDS COLLECTED BY TAX ALLOCATIONS

ABSTRACT: This study sought to present the determinants of social control in Brazilian municipalities from the point of view of the social responsibility of the municipal councils and institutions involved, considering transparency, legibility in accountability, the level of diffusion, technologies, social media and communicative action. For this, a content analysis was carried out based on information on a specific type of collection of rights, with a smaller number of municipalities, through correspondence factor analysis and interviews with experts

to find the determinants of performance in this type of collection and collection with popular participation. The results were: credibility in accountability and orientation to society and the category of collaboration with the structure of the entities.

KEYWORDS: Social control, social accountability, social management, municipal councils, legibility, accountability.

1 | INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados à prestação de contas democrática são percebidos nas instituições e atores que têm condições de levar a sociedade a prestar, avaliar e aprovar as contas, mas não o fazem ou não são capazes de fazê-lo, o que impossibilita o aprimoramento do sistema democrático para salvaguardar a capacidade de aprender com a experiência e garantir a transferência ordenada de poder, sobrevivência e progresso. Da mesma forma, percebe-se que a formação de opiniões e preferências dos cidadãos é afetada por grupos organizados de comunicação profissional, novas tecnologias de comunicação e mídias sociais.

Nesse sentido, é fundamental estimular e garantir o aumento da participação cidadã em processos multicanais de prestação de contas com demandas crescentes de explicações, justificativas e sanções, podendo ser interpretados como um fenômeno democrático positivo, pois assim permitem a representação da sociedade e que, influenciando os termos da ordem política, têm um processo de prestação de contas transparente, dinâmico e seguro. Portanto, é essencial entender como as mídias sociais podem influenciar a participação individual e coletiva na responsabilização de agentes políticos e públicos.

Os dados qualitativos foram coletados em três fontes: uma secundária, obtida a partir de atas, regulamentos e documentos de eventos camarários, conferências e documentos coletados da organização investigada; e duas primárias, baseadas em observações de palestras e conferências, e outra por meio de entrevistas com atores de diversos segmentos profissionais envolvidos em ações sociais. Uma vez apresentados e descritos os dados recolhidos, procedeu-se à sua análise, de acordo com cada uma das dimensões que compõem o modelo proposto, as quais foram definidas neste estudo como: Prestação de Contas, Gestão e Controle e Participação Social. Nesse contexto, a pergunta que se coloca nesta pesquisa é: quais os principais temas encontrados na análise de conteúdo de conferências e entrevistas sobre prestação de contas, gestão e participação social na arrecadação de fundos de direitos?

Para realizar a análise qualitativa deste estudo, foram observados 450 sites de conselhos de direitos sociais ou municípios com essa função, com foco nas atas, conferências, deliberações e notas técnicas, incluindo conferências sobre arrecadação e aplicação de recursos, do ponto de vista jurídico ou contábil; bem como cartilhas ou manuais organizados por órgãos e organizações do terceiro setor sobre o assunto.

Os dados foram organizados e digitados, em um único artigo, no bloco de notas,

registrados e transferidos para o software Iramuteq 0.7 para realização da análise lexical do material obtido sobre controle e participação social na gestão de fundos de direitos. A partir dessas etapas de coleta, análise e classificação, foram elaborados gráficos com o objetivo de ilustrar as relações entre as turmas e os principais temas utilizados nas entrevistas que serão descritas a seguir.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, onde a introdução está neste primeiro; uma breve discussão teórica sobre os temas investigados no segundo, uma apresentação e análise dos dados na terceira, e as considerações finais na última.

2 | REFERENCIA TEÓRICA

As entidades municipais enfrentam demandas cada vez mais complexas de atendimento na área socioeconômica, até porque estão mais próximas da sociedade civil do que outras entidades, alocados à proteção social, como a proteção de crianças e adolescentes, a proteção de idosos e demais pessoas com função assistencial e que tenham regulamentação legal própria para seu uso e responsabilização, mas envolvendo a sociedade civil organizada em projetos sociais, sem dar monitorados pelos órgãos de controle, são inseridos nas práticas locais de controle social para a efetivação e continuidade das doações aos projetos autorizados pelo município (Dias & Vasconcelos, 2015).

Considerando a legibilidade da accountability como fator de compreensibilidade dos atores envolvidos no processo de captação, utilização e divulgação dos resultados da organização, inclusive os sociais (Jang & Rho, 2016; Hesarzadeh & Bazrafshan, 2018; Caldas & Freire, 2020), os fatores estruturais dos Conselhos e órgãos de controle dos municípios envolvidos (Uygur, 2020; Azevedo, 2017, Ayliffe et al, 2017) e a eficiência nos processos de doação para projetos sociais (Yao, 2015; Degasperi & Mainardes, 2017) e os processos de comunicação e controle social (Entschew & Suchanek, 2017).

A accountability está relacionada aos fatores de governança, prestação de contas, controle e transparência, segundo Albuquerque et al (2007), com foco na prevenção de abusos e no combate à corrupção no setor público, tanto por sua constituição quanto por sua relevância nas relações sociais, econômicas e políticas. Para Caldas e Freire (2020), existe associação entre variáveis socioculturais, políticas, econômicas e governamentais com a transparência orçamentária, prestação de contas e participação da Auditoria junto ao público. Essa associação é explicada pelos determinantes de divulgação pública e transparência, e destaca, entre outros, o nível de legibilidade dos relatórios apresentados pela administração.

De acordo com alguns estudos observados, é possível melhorar a prestação de contas com a ajuda de fatores estruturais, como: a estrutura de comunicação, a Internet e as redes sociais municipais (Fung, 2004; Pires e Vaz, 2010; Melo e Baiocchi, 2006; Cunha et al, 2011), a atividade nas Redes Sociais e acesso e comunicação de conteúdo

(Santos e Santos, 2014; Fuchs, 2015; Castells, 2012), bem como a participação cidadã pela Internet, individualmente por meio de Conselhos ou por entidades religiosas e político-partidárias (Baialardi e Petri, 2015; Lopes et al, 2014; Lavalle, 2011; Borba, 2011; Cortes, 2011; Fonseca, 2011).

Outros estudos desenvolveram a questão dos determinantes do controle social dos recursos do fundo especial do ponto de vista da responsabilidade social dos municípios e das instituições envolvidas (Walker, 2016; Uygur, 2020; Ayliffe et al, 2017; Bahramirad, 2018) e transparência (Ahmad et al, 2020; Pivac et al, 2017; Abu Bakar & Saleh, 2015; Ortega-Rodríguez et al, 2020), além de envolver questões subjacentes e interligadas, como processos de doação para projetos (Trussel & Parsons, 2007; Yao, 2015; Degasperi & Mainardes, 2017), a prestação de contas das entidades sociais (Azevedo, 2017; Caldas & Freire, 2020; Moreno-Albarracin et al, 2020), a divulgação (Ling et al, 2018; Shahib & Risky, 2017; Nor et al., 2019; Agustiniingsih et al., 2017), mídias sociais e ação comunicativa, que são importantes para entender as diferenças significativas que ocorrem no volume transmitido às instituições sociais.

Com base nos dados analisados, apresenta-se a seguir a análise de conteúdo de conferências e entrevistas sobre prestação de contas, gestão e participação social na arrecadação de direitos.

3 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a análise qualitativa desta tese, foram observados 450 sites de conselhos de direitos sociais ou municípios com essa função, com foco nas atas, conferências, deliberações e notas técnicas, incluindo conferências sobre arrecadação e aplicação de recursos, do ponto de vista jurídico ou contábil, bem como cartilhas ou manuais organizados por órgãos e organizações do terceiro setor sobre o assunto.

Os dados foram organizados e digitados, em um único artigo, no bloco de notas, registrados e transferidos para o software Iramuteq 0.7 para realização da análise lexical do material obtido sobre controle e participação social na gestão de fundos de direitos. A partir dessas etapas de coleta, análise e classificação, foram elaborados gráficos com o objetivo de ilustrar as relações entre as turmas e os principais temas utilizados nas entrevistas que serão descritas a seguir.

Os resultados foram inicialmente apresentados pelo diagrama do zipf, conforme mostra a figura a seguir, na qual é mostrado que muitas palavras são pouco repetidas, ou seja, há um grande número de palavras com poucas repetições ou baixa frequência, sendo identificado palavras fartas, ou seja, palavras que não foram publicadas ou que aparecem apenas uma vez no texto.

Assim, o diagrama apresentou certa regularidade, pois poucas palavras são repetidas com frequência, enquanto muitas palavras são evocadas com menos repetição.

A partir da construção da figura de análise de similaridade, foram destacados os termos também destacados na nuvem de palavras, e relacionados às variáveis e dimensões que foram desenvolvidas nesta tese. Dessas relações pode-se deduzir que a gestão e o controle social estão ligados às prefeituras, à sua estrutura organizacional, e que a participação social é, sim, responsabilidade dos cidadãos para o aperfeiçoamento da sociedade.

Em seguida, também foi possível elaborar o dendrograma dos dados analisados mostrando as classes que surgem das partições de conteúdo. Esta ferramenta é essencial na análise léxica porque permite descrever e nomear melhor as classes. Ressalta-se que o percentual apresentado no dendrograma indica o grau de participação das palavras de cada classe sobre o total de palavras do corpus.

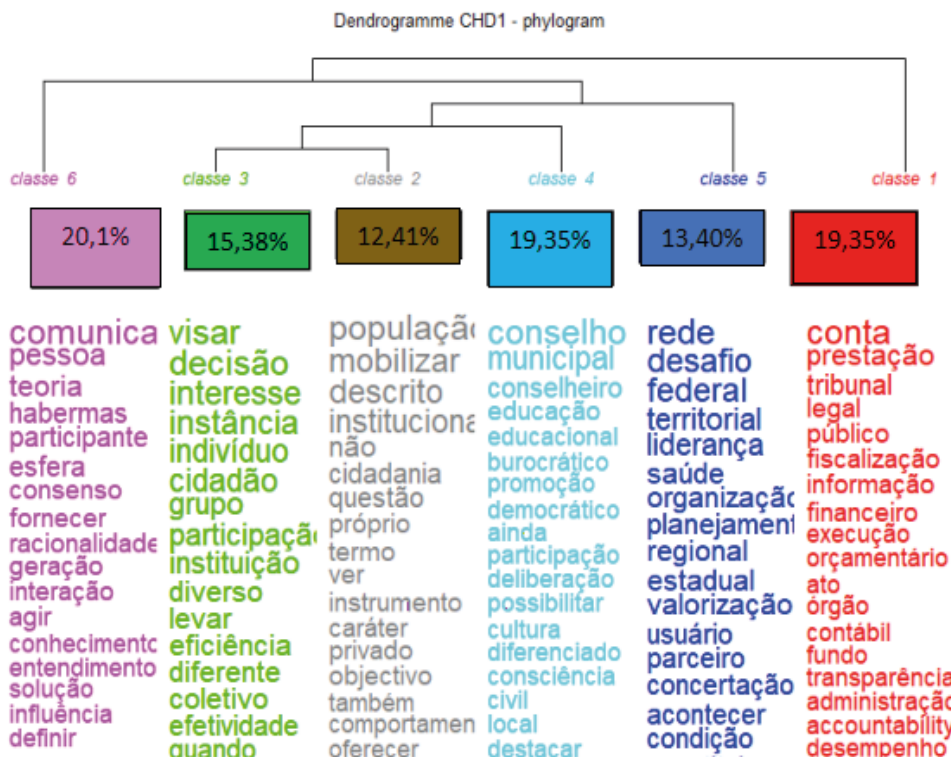


Figura 3 - Dendrograma: Conferencias y charlas

Fuente: elaboración propia

Por esses motivos, o corpus desta pesquisa foi dividido em dois subcorpus, sendo um deles identificado como classe 1, vermelha, que concentra 19,35% das palavras, sendo as mais relevantes aquelas relacionadas à prestação de contas e aos aspectos formais

Essa constatação segue a linha de estudos que relacionam o controle social com a atuação dos conselhos de administração, especialmente os municipais (Cançado, 2016; Gurgel & Justen, 2013, Scholmer et al, 2014, Silva, 2014).

Segundo Nascimento y Menandro (2006), apesar da complexidade que implica na decomposição de tantos elementos em um mesmo modelo analítico, na lógica do AFC¹ utilizada neste estudo é simples, ou seja, quanto mais próxima uma classe estiver da outra no plano, visualizado no gráfico, mais expressões comuns os entrevistados possuem; pelo contrário, quanto mais distantes estiverem as duas classes no plano fatorial, interpreta-se uma oposição entre os conteúdos expressos pelos entrevistados.

Uma vez apresentados todos os dados da pesquisa, o corpus e o subcorpus, as figuras e gráficos que explicam as principais variáveis que se destacam nas conferências e palestras sobre controle social na gestão de fundos de direitos sociais, foi elaborado um roteiro de entrevistas para trazer para esta tese, os fatores que determinam melhores resultados na gestão e controle social, com a participação da sociedade civil, nos processos de fundos de direitos.

Após a análise qualitativa dos dados das conferências e apresentações, foram realizadas entrevistas com 18 profissionais com conhecimento técnico sobre a coleta de temas, no período de janeiro a março de 2021, sendo todas as entrevistas realizadas por meio de reuniões virtuais por meio do Google meet , em virtude do processo de distanciamento social decorrente da pandemia do COVID, sendo as respostas transcritas em texto pelo google doc e posteriormente formatadas para Word e Iramuteq.

Segundo Thiry-Cherques (2009, p.23) o ponto de saturação de uma entrevista ocorre quando os entrevistados começam a repetir suas respostas, sem acrescentar novas informações, conforme indicado a seguir:

[...] em um determinado contexto, os especialistas tendem a concordar entre si, mais do que novatos e leigos sobre o assunto de sua competência. É uma tendência ao conformismo, uma adesão natural ao estabelecido e verificado. A seleção intencional que estabelece a saturação é considerada representativa quando a entrevista ou observação nada acrescenta ao que já se sabe sobre o fenômeno ou categoria investigada.

O ponto de saturação ocorreu na décima oitava entrevista. A duração média das entrevistas foi de 1 hora e 25 minutos, o que significou um total de 37 horas e 50 minutos de gravação e transcrição de 125 páginas. A entrevista mais curta durou 50 minutos e 45 segundos e a mais longa 1 hora, 42 minutos e 36 segundos.

Quanto ao gênero dos 18 entrevistados, 11 eram homens e 7 mulheres. A média de idade dos entrevistados foi de 47 anos, com desvio padrão de 1,54, e o tempo médio

1 El proceso de cálculo del AFC resulta del cruce de las ocurrencias de cada forma léxica en el vocabulario del corpus con las clases resultantes del CHD, para presentar las relaciones existentes entre estas clases en un plano factorial cartesiano dividido en 4 cuadrantes de coordenadas X e Y: cuadrantes superior derecho e izquierdo (QSD y QSE) e inferior izquierdo y derecho (QID y QIE). A partir de este gráfico, se puede analizar la proximidad léxica de los componentes del corpus.

gasto em atividades relacionadas à pesquisa foi de 27 anos, com desvio padrão de aproximadamente 8,5 anos. As estatísticas descritivas desses grupos de pesquisa são apresentadas na tabela a seguir.

A escolha dos entrevistados considerou, além das características profissionais e experiência de cada um em profissões que de alguma forma convergem para as dimensões investigadas neste estudo, seu interesse e dedicação em participar de ações da sociedade civil, além dos esforços públicos institucionais, na tentativa de contribuir para a satisfação das demandas sociais, apesar das limitações de tempo e recursos.

| Entrevistados | Edad | Tempo Experiencia | Univariate Statistics Idade | Univariate Statistics Experiência |
|---------------|------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| | | | All | All |
| 1 | 52 | 32 | | |
| 2 | 51 | 28 | N | 18 |
| 3 | 65 | 32 | Min | 36 |
| 4 | 55 | 10 | Max | 65 |
| 5 | 51 | 22 | Sum | 903 |
| 6 | 59 | 30 | Mean | 50,16667 |
| 7 | 48 | 40 | Std. error | 1,578553 |
| 8 | 51 | 42 | Variance | 44,85294 |
| 9 | 46 | 20 | Stand. Dev | 6,697234 |
| 10 | 44 | 22 | Median | 50,5 |
| 11 | 60 | 25 | 25 prntil | 46 |
| 12 | 44 | 33 | 75 prntil | 52,75 |
| 13 | 46 | 30 | Skewness | 0,325091 |
| 14 | 48 | 20 | Kurtosis | 0,909457 |
| 15 | 51 | 31 | Geom. Mean | 49,74505 |
| 16 | 50 | 10 | Coeff. Var | 13,34997 |
| 17 | 36 | 30 | | |
| 18 | 46 | 28 | | |

Tabla 1 - Perfil dos entrevistados

Fuente: elaboración propia

Ressalte-se que praticamente todas as palestras e conferências analisadas no capítulo anterior deste estudo foram promovidas ou tiveram a participação efetiva do Ministério Público, sendo que as cartilhas ou manuais foram elaborados com o apoio do judiciário, fato que foi relevante não contar com entrevistas com esses autores nesta tese, a fim de evitar repetições conceituais na metodologia proposta. Nesse sentido, buscou-se a experiência de contadores, assistentes sociais, economistas e advogados envolvidos com grupos de educação e participação popular nas ações de gestão social de instituições, principalmente do terceiro setor.

O corpus desta parte específica da análise da entrevista foi composto apenas pelas respostas dadas pelos entrevistados, de forma que os mesmos itens solicitados no roteiro da entrevista não fossem repetidos, gerando um total de ocorrências inválidas, tendo em vista que as perguntas repetir nas 18 entrevistas. Nesse sentido, as estatísticas textuais foram: número de textos: 18; Número de Ocorrências: 9.119, refere-se ao total de palavras; Quantidade de Formulários: 1.366; Número de 178harts: 693 (7,60% das ocorrências e 50,73% das formas), com média de ocorrência de 506,61.

Após a análise textual das respostas das entrevistas, observou-se a análise de similaridade, por se tratar de um gráfico que representa a ligação entre as palavras do corpus textual, além de permitir uma melhor análise das palavras centrais de cada ramo com suas respectivas repetições, destacando as palavras: “social”, com aproximação dos termos “instituição”; “ao controle”; “doação” e “órgão”; “como”, com aproximação dos termos “sociedade”, “profissional” e “público”; e mais abaixo no gráfico observou-se o destaque para “conselho”, com aproximação das palavras “fundo”, “participação” e “estrutura”.

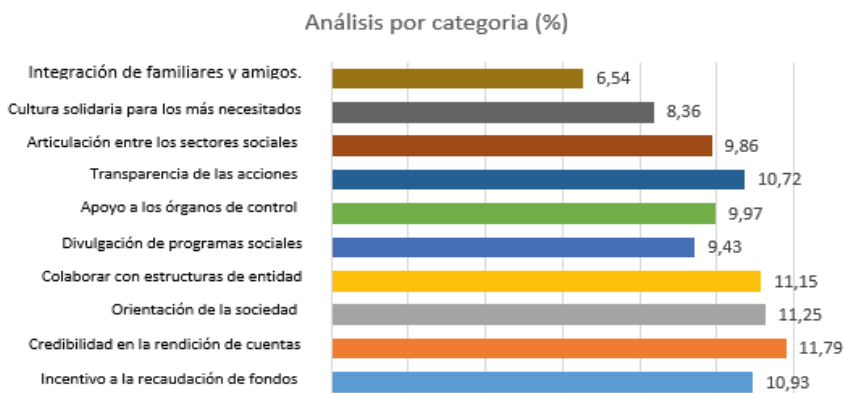


Gráfico 3 - Análisis por categoría

Fuente: elaboración propia

A teoria da ação comunicativa - TAC, baseia-se no conceito de ação, a capacidade dos sujeitos sociais de interagir dentro e entre grupos, perseguindo racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação e, nesse sentido, esta Teoria Habermasiana prioriza a compreensão do ser humano na sociedade e nas ações de natureza comunicativa, destacando a intervenção no diálogo entre diversos sujeitos (Gutiérrez, 2013). Essa teoria vai ao encontro das categorias apresentadas no Gráfico 25, com destaque para a articulação entre os setores sociais, orientação para a sociedade e divulgação de programas sociais. A categoria de cultura solidaria também está relacionada com a Teoría Habermasiana, como destaca Pinto (2004):

“Na ação comunicativa, os participantes não são orientados principalmente

para o seu próprio sucesso individual; eles perseguem seus objetivos individuais com a condição de poderem harmonizar seus planos de ação com base em uma definição comum da situação. Assim, a negociação da definição da situação é um elemento essencial do complemento interpretativo que a ação comunicativa requer.” (Habermas, 1984, p. 285).

A necessidade de colaborar com a estrutura das entidades envolvidas nos processos de captação e destinação de recursos incentivados é um fator importante para destacar a importância da captação de conselheiros neste processo. (Cardoso, 2018).

Embora haja relativa autonomia na escolha dos representantes dos conselhos, a falta de conhecimento adequado dos instrumentos, verbas e recursos dificulta o pleno desenvolvimento das atividades dos conselhos públicos, daí a importância de capacitar os conselheiros. Por mais que se comprometam com o exercício ativo da cidadania e com a fiscalização dos atos de governo, a falta de conhecimento e de respaldo técnico impede o efetivo controle social, geralmente pela incipiente atuação de alguns conselheiros envolvidos.

O controle social por meio da comunicação digital também é um tema que pode ser explorado a partir deste estudo, pois regula os acordos comuns entre os atores quanto às atitudes e comportamentos adequados, o que influencia as ações de acordo com as normas e expectativas e, portanto, pode funcionar como um incentivo para a cooperação de cada grupo social, pois através da comunicação digital, os membros da corporação têm mais liberdade para se comunicar em qualquer lugar, desde que queiram, de qualquer forma, de forma rápida, utilizando diversos recursos midiáticos (Entschew & Suchanek, 2017).

No que se refere ao aprofundamento dos determinantes da responsabilização e da participação social nesta tese, foi realizada uma série de entrevistas com profissionais especializados envolvidos em processos de captação de recursos com participação popular, com análise aprofundada dos aspectos que permitem ou inibem melhores resultados.

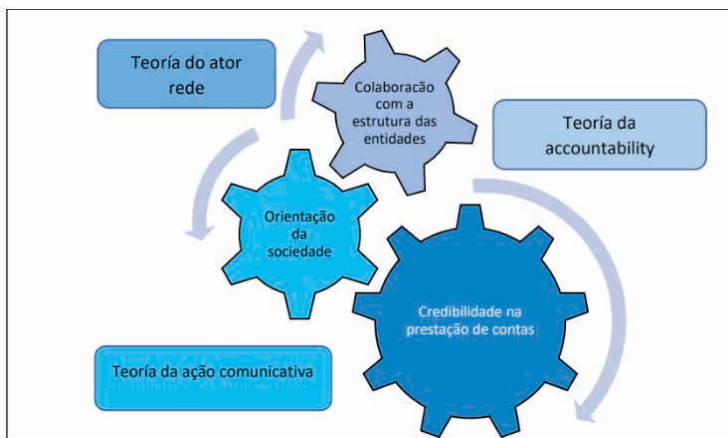


Figura 4 – Participação social vs Teorías

Fuente: elaboración propia

Os entrevistados apresentaram respostas que sustentam as teorias que fundamentaram esta tese e, do ponto de vista do monitoramento municipal, percebe-se uma relação entre a participação dos atores envolvidos, tanto no controle quanto na sociedade civil, para uma efetiva cobrança de contribuições espontâneas de recursos de fundos de direitos sociais (Avritzer, 2008; Tenório, 1998; Albuquerque et al, 2007; Duarte & Alcadipani, 2016)

Com o desenvolvimento e divulgação dos resultados desta pesquisa, espera-se que, do ponto de vista teórico, seja possível colaborar com novos estudos que relacionem a estrutura municipal com os programas macrofederais de desenvolvimento, inserindo a ação comunicativa como uma contribuição teórica nos estudos para a participação cidadã e melhoria na qualidade da gestão pública.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou desenvolver e validar categorias de análise a partir de observações com profissionais envolvidos em processos de gestão e controle social. Para isso, foram levantados todos os congressos, apresentações e documentos das comissões que tratam dos fundos de direitos, especificamente sobre prestação de contas e controle social da gestão dos fundos, e com base no material obtido, foi elaborado um roteiro de entrevista. temas discutidos na análise documental qualitativa.

Pode-se observar que os termos mais encontrados no corpus de análise documental, que foi dividido em dois subcorpus, enfocaram a prestação de contas e aspectos formais do controle legal do uso dos recursos do fundo, bem como os termos conselho, população, comunicação e rede, contribuindo para a compreensão da importância do controle social na aplicação dos recursos do fundo legal.

Com os principais termos apresentados no corpus e respectivo subcorpus, foi realizada uma série de entrevistas a profissionais de diversas áreas, mas que tiveram dentro destas algumas experiências em controle e gestão social, e através das respostas procuramos perceber quais os determinantes observados. dentro de um conjunto de categorias de análise.

As categorias mais relevantes abordadas nas respostas foram a importância do incentivo à captação de recursos, credibilidade na prestação de contas, orientação à sociedade, colaboração com a estrutura das entidades, divulgação dos programas sociais, apoio aos órgãos de controle, transparência das ações, articulação entre os setores sociais e a cultura da solidariedade. para ajudar os necessitados. As que mais se destacaram do ponto de vista do controle e gestão social foram credibilidade na prestação de contas e orientação à sociedade e a categoria colaboração com a estrutura das entidades.

Com essas categorias mais representativas, especialmente a credibilidade na prestação de contas como elemento central, verifica-se uma convergência entre os resultados

encontrados na literatura, na análise quantitativa e na análise de conteúdo, destacando que os elementos participação por meio de conselhos, controle interno e estrutura de entidades não apresentam resultados se analisadas isoladamente, mas para um efetivo controle social, esses elementos devem necessariamente atuar de forma sistemática, considerando as fragilidades das estruturas municipais, a precária comunicação e as diferenças culturais em um país de dimensões continentais.

REFERÊNCIAS

- Abu Bakar, N. B., & Saleh, Z. (2015). Review of Literature on Factors Influencing Public Sector Disclosure: The Way Forward. *Asian Journal of Business and Accounting*, 8(2), 155-184.
- Agustiningsih, S. W., Murni, S., & Putri, G. A. (2017). Audit Findings, Local Government Characteristics, and Local Government Financial Statement Disclosure. *Review of Integrative Business and Economics Research*, 6(3), 179-187.
- Ahmad, D. H. A., Joseph, C., & Said, R. (2020). Reasons for Non-Disclosure of Accountability Practices Information on the Website of Malaysian Local Governments. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 10(3), 292-308.
- Albuquerque, J. H., Andrade, C. S. D., Monteiro, G. B., & Ribeiro, J. C. (2007). Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. In *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade* (Vol. 7, No. 2007, pp. 26-39).
- Ayliffe, T., Schjødt, R., & Aslam, G. (2017). Social accountability in the delivery of social protection. *Development Pathways*. Disponível em <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5f1863ed3a6f40727dc2e42d/DFID-Social-Accountability-Literature-Review.pdf>.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Revista Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64.
- Azevedo, S. U. (2017). *Disclosure e influência social na captação de recursos em organizações sem fins lucrativos*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi:10.11606/T.12.2017.tde-21062017-113719. Acesso em 13.04.21, de www.teses.usp.br
- Baialardi, C. F., da Rosa, P. A., & Petri, S. M. (2015). O Contador como colaborador da conscientização tributária. *Revista ambiente contabil*, 7(1), 18-34.
- Bahramirad, S. (2018). *Citizen Accountability in Open Government: A Case of a Canadian Local Government* (Doctoral dissertation). Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2020). Orientações sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP.
- Borba, J. (2011). Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília, DF: Ipea, 7, 65-76.

Caldas, O. V., & de Souza Freire, F. (2020). Determinantes do Nível de Legibilidade das Prestações de Contas dos Entes Federativos Estaduais no Brasil/Determinants of the Level of Legibility of State Income Statement in Brazil. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 17(7), 114-137.

Cançado, A. C., & Pinheiro, L. S. (2016). Gestão social e controle social: oportunidades e desafios da participação direta. *Amazonia, Organizações e Sustentabilidade*, 5(2). Acesso em: 15/10/21. https://www.researchgate.net/publication/312150916_Gestao_social_e_controle_social_Oportunidades_e_desafios_da_participacao_direta

Cardoso, H. R. (2018). Participação popular e controle social: uma análise dos conselhos públicos à luz da teoria Hartmann. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 116.

Castells, Manuel. (2012). *Networks of outrage: social movements in the Internet age*. Cambridge: Polity Press. ISBN: 978-0-7456-6298-5.

Cortes, S. V. (2011). As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 7.

Cunha, E. S. M., Almeida, D. D., Faria, C. F., & Ribeiro, U. C. (2011). Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 297-321.

Degasperi, N. C., & Mainardes, E. W. (2017). What motivates money donation? A study on external motivators. *Revista de Administração (São Paulo)*, 52(4), 363-373.

Dias, J. C. R., & Vasconcelos, M. T. C. (2015). As Características Qualitativas da Informação Contábil no Desenvolvimento do Controle Social: uma Análise da Percepção dos Conselheiros Municipais do Recife sobre a Utilidade das Informações Contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 14-40.

Duarte, M. D. F., & Alcadipani, R. (2016). Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 23, 57-72.

Entschew, E. M., & Suchanek, A. (2017). Digital communication: A new challenge for moral discernment. *Zfwo Zeitschrift für Wirtschafts-und Unternehmensethik*, 18(3), 347-369.

Fonseca, I. F. D. (2011). Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 7, 372.

Fuchs, C. (2015). Mídias Sociais e a Esfera Pública. *Contracampo*, 34(3).

Fung, A. (2004). *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press.

Gurgel, C.; Justen, A. (2013). Controle social e políticas públicas: a experiência dos conselhos gestores. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 2, p. 357-378.

Gutierrez, G. L., & de Almeida, M. A. B. (2013). Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas*, 58(1).

- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press.
- Hesarzadeh, R., & Bazrafshan, A. (2018). Corporate reporting readability and regulatory review risk. *Baltic Journal of Management*.
- Lavalle, A. G. (2011). Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 7, 33-42.
- Ling, S., Gao, S., & Liu, W. (2018). The Role of Social Media in Promoting Information Disclosure on Environmental Incidents: An Evolutionary Game Theory Perspective. *Sustainability*, 10, [http://doi:10.3390/su10124372](https://doi.org/10.3390/su10124372).
- Lopes, V. L., Ibdaiwi, T. K. R., de Almeida, D. M., Lopes, L. F. D., Costa, V. M. F., & Alves, C. P. (2014). Responsabilidade social versus ação social: a percepção de empresas colaboradoras. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 5(1), 269-287.
- Jang, M. H., & Rho, J. H. (2016). IFRS adoption and financial statement readability: Korean evidence. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(1), 22-42.
- Martins, H. (2003). Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública. Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para a obtenção do grau de doutor em administração. Brasil.
- Melo, M. A., & Baiocchi, G. (2006). Deliberative democracy and local governance: towards a new agenda. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(3), 587-600.
- Moreno-Albarracín, A. L., Licerán-Gutierrez, A., Ortega-Rodríguez, C., Labella, Á., & Rodríguez, R. M. (2020). Measuring What Is Not Seen—Transparency and Good Governance Nonprofit Indicators to Overcome the Limitations of Accounting Models. *Sustainability*, 12(18), 7275.
- Nascimento, A. R. A. D., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 72- 88.
- Nor, W., Hudaya, M., & Novriyandana, R. (2019). Financial Statements Disclosure on Indonesian Local Government Websites a Quest of Its Determinant(s). *Asian Journal of Accounting Research*, 4(1), 112-128.
- Ortega-Rodríguez, C., Licerán-Gutiérrez, A., & Moreno-Albarracín, AL. (2020). Transparência como Elemento-Chave na Responsabilidade em Organizações Sem Fins Lucrativos: Uma Sistemática. *Sustainability* 2020, 12, 5834; doi:10.3390/su12145834 www.mdpi.com/journal/sustainability
- Pinto, C. R. J. (2004). Espaços deliberativos e a questão da representação. *Revista brasileira de ciências sociais*, 19, 97-113.
- Pires, R. R. C.; Vaz, A. C. N. (2010). Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez. P. 253-304.
- Pivac, S., Vuko, T., e Cular, M. (2017). Analysis of Annual Report Disclosure Quality for Listed Companies in Transition Countries. *Economic Research-Ekonomska-Istraživanja*, 30(1), 721-731.

Santos, V. L. D. C., & Santos, J. E. D. (2014). As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. *Holos*, 6, 307-328.

Schommer, P. C.; Dahmer, J.; Spaniol, E. L. (2014). Controle Social no Brasil Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, *Consocial Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, p. 1-55,

Shahib, H. M., & Risky, F. R. (2017). Accountability in the Internet Era: A Lesson from Local Governments in Indonesia. *Hasanuddin Economics and Business Review*, 1(1), 57-74.

Silva, F. C. C. (2014). Controle social: reformando a administração para a sociedade. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 24.

Thiry-Cherques, H. R. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, 3(2), 20-27.

Trussel, J. M., e Parsons, L. M. (2007). Financial reporting factors affecting donations to charitable organizations. *Advances in Accounting*, 23, 263-285.

Uygur, S. A. (2020). *Fraud in the charity sector in harton and wales: accountability and stakeholder oversight* (Doctoral dissertation, school of business and management. Thesis submitted in fulfilment of the requirement for the degree of Doctor of Philosophy of Royal Holloway, University of London). Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/334959027.pdf>.

Walker, S. (2016), Revisiting the roles of accounting in society, *Accounting, Organizations and Society*, vol. 49, no. 2, pp. 41–50. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2015.11.007>

Yao, K. (2015). Who gives? The determinants of charitable giving, volunteering, and their relationship. University of Pennsylvania. *Wharton Research Scholars*. 126.http://repository.upenn.edu/harton_research.scholars/126.

EXECUÇÃO FISCAL E MOROSIDADE JUDICIAL: IMPACTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Data de submissão: 09/12/2022

Data de aceite: 01/02/2023

Walquírya Vieira da Cruz Soares

Centro Universitário Univertix, *campus*
Matipó, bacharelado em Direito
Matipó MG
<http://lattes.cnpq.br/8779266819814460>

Laína Souza Ventura dos Reis

Centro Universitário Univertix, *campus*
Matipó, bacharelado em Direito
Matipó MG
<http://lattes.cnpq.br/4484863144953863>

RESUMO: A quantidade crescente de processos judiciais leva à discussão sobre morosidade na prestação jurisdicional. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi analisar os impactos dos processos de execução fiscal no andamento dos processos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O trabalho analisou também, de forma breve, possíveis soluções para o problema, oriundos de projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, avaliando dados obtidos no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes às Execuções Fiscais pendentes e sua relação com o total de processos em

trâmite, a taxa de congestionamento e o tempo de tramitação dos processos, entre os anos de 2019 e 2020. Dentre esses dados foi possível verificar que a Execução Fiscal é a grande responsável pela morosidade no judiciário. Diante disso, faz-se necessária a criação de alternativas realmente viáveis, como a desjudicialização, para sanar esse problema de acúmulo no judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: Execução Fiscal; Morosidade Judicial; Razoável Duração do Processo; Desjudicialização da Execução Fiscal

TAX ENFORCEMENT AND JUDICIAL DELAY: IMPACTS ON THE PROCEEDINGS IN THE MINAS GERAIS COURT OF JUSTICE

ABSTRACT: The growing number of lawsuits leads to the discussion about slowness in judicial provision. In this context, the objective of this work was to analyze the impacts of tax enforcement processes on the progress of cases, within the scope of the Court of Justice of the State of Minas Gerais. The work also briefly analyzed possible solutions to the problem, arising from bills pending in the National Congress. This is a descriptive study with a quantitative approach, evaluating data obtained from the

website of the National Council of Justice (NCJ), referring to pending Tax Executions and their relationship with the total number of pending cases, the congestion rate and the processing time. of the processes, between 2019 and 2020. Considering these data, it was possible to verify that the Tax Execution is largely responsible for the delays in the judiciary. Thus, it is necessary to create really viable alternatives, such as the reduction of judicial involvement, to settle this problem of accumulation in the judiciary system.

KEYWORDS: Tax enforcement; Judicial delay; Reasonable Process Time; De-judicialization

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre como a morosidade interfere no andamento e acúmulo de processos no sistema judiciário. Neste contexto, destaca-se que os processos de Execução Fiscal estão entre os grandes responsáveis por esse congestionamento judicial (CNJ, 2021).

Estima-se que o tempo médio de tramitação de um processo na primeira instância é de dois anos e seis meses, já os processos que estão em fase de execução o tempo médio é de seis anos e quatro meses, porém esse tempo pode aumentar de forma expressiva se o processo estiver tramitando na justiça federal, podendo atingir uma marca de oito anos, dois meses e nove dias (CNJ, 2021).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vem evidenciando essa situação. O total de execuções fiscais pendentes configura em 407.160 (quatrocentos e sete mil e cento e sessenta) processos, já a taxa de congestionamento chega a uma porcentagem altíssima de 83% e o tempo de tramitação desses processos baixados na execução fiscal, atingem na justiça estadual, a marca de 4 anos e 1 mês, deixando o Tribunal de Minas Gerais em 5º (quinto) lugar se comparado aos outros tribunais (CNJ, 2021).

Diversos fatores podem ser apontados como propulsores da morosidade na Execução Fiscal. Dentre eles, pode-se destacar a dificuldade em localizar o devedor, pois em muitos dos processos estagnados no âmbito judicial a citação foi inexistente, em alguns outros não há sequer a citação válida (CNJ, 2011); em muitos casos também há uma grande dificuldade em encontrar os bens do devedor, pois muitos ocultam esses bens para evitar penhora, ludibriando assim, o sistema judiciário. Outro fator que pode ser apontado diz respeito às falhas legislativas em relação à Execução Fiscal (CNJ, 2011).

Este tipo de estudo torna-se relevante pela necessidade de melhorias no sistema judiciário a fim de possibilitar a real celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, que tem a sua efetividade constitucionalmente assegurada, pois, é dever do Poder Judiciário aplicar o direito ao caso concreto, conferindo uma célere proteção ao direito reclamado (MORAES, 2003).

Assim, mediante toda a situação abordada, a questão norteadora do presente estudo foi: Qual o impacto dos processos de Execução Fiscal no andamento dos processos judiciais no Tribunal de Justiça de Minas Gerais? O objetivo deste trabalho foi avaliar dados

referentes as Execuções Fiscais pendentes no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) entre os anos de 2019 e 2020. É importante fazer trabalho como esse para mostrar o impacto desses processos na Execução Fiscal e na eficiência do judiciário para assim apresentar alternativas extrajudiciais que podem contribuir com o descongestionamento do sistema judiciário, por meio de ideias preconcebidas através de alguns projetos de lei em trâmite.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Machado (2018), a Execução Fiscal pode ser definida como a ação de que dispõe a Fazenda Pública para a cobrança de seus créditos, sejam tributários ou não, desde que inscritos como Dívida Ativa.

Determina, assim, o artigo 1º da Lei nº 6.830/80 que a Execução Fiscal seguirá o procedimento nela descrito, com aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil, visando à cobrança de dívida ativa (CDA) da Fazenda Pública. (BRASIL, 1980).

Segundo Porto (2005), a Lei de Execução Fiscal regula a satisfação dos créditos fazendários pelo procedimento da execução, independentemente da natureza pública ou privada dos créditos em si, os títulos devem possuir certeza e liquidez, que deverão ser confirmados em procedimento prévio e legalmente disciplinado.

Assim, é possível compreender que a cobrança de título fiscal, por meio de um procedimento próprio, foi pensada com o intuito de acelerar a satisfação coativa, em prol do interesse público que necessita das receitas para a sua própria subsistência (CHIMENTI *et al.*, 2008).

Destaca-se que a competência para julgar os processos de Execução Fiscal varia conforme a natureza do crédito a ser cobrado. Desse modo, dívidas ativas inscritas por autoridades estaduais ou municipais serão julgadas pela Justiça Estadual, ao passo que a Justiça Federal possui competência para julgar as execuções fiscais em que forem partes a União, suas autarquias e empresas públicas, bem como os Conselhos profissionais. A Justiça Eleitoral tem competência para julgar as cobranças relativas a multas eleitorais, e, por fim, a Justiça do Trabalho julga as execuções fiscais relativas a multas aplicadas por órgão fiscalizador das relações de trabalho (NOLASCO, 2018).

Ocorre que, quando o processo de Execução Fiscal chega ao judiciário, as tentativas de recuperação do crédito tributário através do procedimento administrativo já foram exauridas, provocando a inscrição do contribuinte em dívida ativa. Dessa forma, o processo judicial acaba por repetir as etapas do administrativo, como localização do devedor ou patrimônio capaz de satisfazer a dívida. Assim, como a tentativa de satisfazer a dívida pelas vias administrativas foram falhas, os títulos já chegam ao judiciário com uma menor probabilidade de recuperação, ocasionando dessa forma um congestionamento processual que acarreta na morosidade do sistema judiciário (CNJ, 2021).

Tal fator fere diretamente o princípio constitucional denominado princípio da razoável duração do processo, que está elencado no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que assegura que tanto o processo judicial quanto o administrativo deverão ter uma razoável duração, justamente para evitar processos extremamente longos, nos quais, muitas vezes, os interessados não conseguem ver a satisfação de seu direito. Assim, se um processo tramita por mais tempo do que o previsto em lei, o princípio da segurança jurídica também será ferido e tal fator enfatizará que a justiça não cumpriu com o seu dever de sempre buscar a efetivação do exercício da tutela jurisdicional (MENDES, BRANCO, 2013).

Na tentativa de dirimir essa morosidade no sistema judiciário e disponibilizar uma justiça justa, ágil e efetiva, foi encaminhado para o Congresso Nacional alguns projetos de lei sobre Execução Fiscal. Um dos projetos de lei (PL n. 5.080/2009) adotou proposta da transferência de procedimentos do processo judicial para as vias administrativas, atribuindo à Fazenda Pública a obrigação de arrolar os bens do executado para a penhora antes de buscar o sistema judiciário (CNJ, 2021). Já o Projeto de Lei nº 6.204/2019, prevê que as execuções de obrigações pecuniárias líquidas, certas e exigíveis envolvendo sujeitos capazes e solventes sejam conduzidas, com exclusividade, pelos chamados agentes de execução. Tais agentes seriam terceiros imparciais que não pertencem ao Poder Judiciário, mas estão submetidos à fiscalização judicial (HILL, 2020). Por fim, e mais especificadamente no âmbito da Execução Fiscal, o Projeto de Lei nº 4.257/19 altera a Lei nº 6.830/80 (BRASIL, 1980) permitindo à Fazenda Pública praticar, administrativamente, atos próprios de execução judicial, como a penhora e o leilão.

Desta feita, é possível afirmar que os mencionados projetos de lei, se inserem em uma tendência que vem sendo conhecida como Desjudicialização da Execução Fiscal.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa. A presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa, pois visa traduzir as informações em números, para então analisá-las e classificá-las (GIL, 1991).

Foram avaliados dados referentes as Execuções Fiscais pendentes e sua relação com o total de processos em trâmite, a taxa de congestionamento e o tempo de tramitação dos processos.

Os dados foram obtidos no *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais precisamente no Relatório Justiça em Números, e serão referentes ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) entre os anos de 2019 e 2020. Sendo apresentados de forma estatística descritiva.

4 | RESULTADOS

Foram analisados dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especificadamente dos anos de 2020 (ano-base 2019) e 2021 (ano-base 2020).

Na Tabela 1 estão os casos de processos baixados, novos, pendentes e suspensos na Execução Fiscal em todo o âmbito do Poder Judiciário:

| Ano | Proc. Baixados | Proc. Pendentes | Proc. Suspensos | Proc. Novos |
|------|----------------|-----------------|-----------------|-------------|
| 2020 | 4.566.353 | 30.179.276 | 7.600.169 | 3.059.486 |
| 2021 | 3.917.481 | 26.832.697 | 6.175.341 | 2.389.182 |

Tabela 1: Dados processuais do poder judiciário - execução fiscal.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

A fim de esclarecer as categorias utilizadas, bem como a dinâmica básica do processo executivo fiscal, segue a figura abaixo:

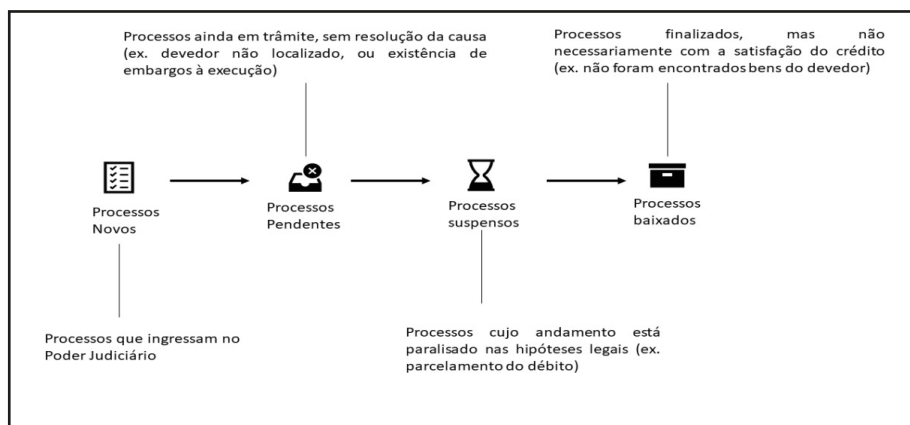


Figura 1 categorias analisadas

Fonte: Elaboração própria

Foi possível identificar que o número de processos, em cada uma das categorias, caiu de um ano para o outro, e que o número de processos pendentes é maior do que os números de processos baixados, suspensos e novos. Tal fator evidencia a questão da morosidade no judiciário, pois a quantidade de processos que ainda estão tramitando é bem maior do que a quantidade de processos que estão sendo finalizados.

A Tabela 2 descreve o número de processos pendentes no Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

| Ano | Quantidade |
|-------------|-------------------|
| 2020 | 423.882 |
| 2021 | 407.160 |

Tabela 2: Número de processos pendentes – TJMG.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Na Tabela 3 estão o total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes na primeira instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

| Ano | Porcentagem |
|-------------|--------------------|
| 2020 | 12% |
| 2021 | 11% |

Tabela 3 Total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes na primeira instância – TJMG

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

O total de Execuções Fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes no 1º grau, no TJMG, configura uma média de 12% de acordo com o relatório de 2020 e 11% de acordo com o relatório de 2021. Assim, é possível constatar que a porcentagem apresentada pelo TJMG é de certa forma baixa se comparada à média nacional para a Justiça Estadual, situada em 43% no relatório de 2020, e 40% no relatório de 2021.

Na Tabela 4 é possível verificar a taxa de congestionamento na Execução Fiscal:

| Ano | Porcentagem |
|-------------|--------------------|
| 2020 | 78% |
| 2021 | 83% |

Tabela 4: Taxa de congestionamento na Execução Fiscal – TJMG.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

A taxa de congestionamento na Execução Fiscal no TJMG, conforme o relatório de 2020 chegou em 78%. Lado outro, no relatório do ano de 2021 chegou a 83%. Houve um aumento na taxa de congestionamento de um ano para o outro.

Na Tabela 5 consta o tempo médio de tramitação do processo de Execução Fiscal baixado no TJMG:

| Ano | Tempo médio |
|------|----------------|
| 2020 | 11 meses |
| 2021 | 4 anos e 1 mês |

Tabela 5: Tempo médio de tramitação do processo de Execução Fiscal baixado – TJMG.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Conforme aponta o relatório de 2021, o tempo médio de tramitação de um processo de execução fiscal até a baixa é de 8 anos e 1 mês, levando em conta todo o Poder Judiciário Nacional. O relatório de 2020 apontava a média de 8 anos. Nesse contexto, em relação ao TJMG, os dados do relatório de 2020 apontam uma média 11 meses de tramitação do processo baixado. Entretanto, os dados do relatório de 2021 crescem consideravelmente, apontando uma média de 4 anos e 1 mês. Em ambos os casos, a média do TJMG está abaixo da média nacional para a Justiça Estadual, situada em 7 anos e 10 meses em ambos os relatórios.

Através dos dados acima, foi possível constatar que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresenta números abaixo da média da Justiça Estadual, o que pode ser visto como ponto positivo. Entretanto, deve-se ressaltar que Minas Gerais se encontra entre os cinco tribunais do país com a maior quantidade de processos em trâmite, conforme aponta a Tabela 1. Assim, é bastante expressivo o número de pessoas afetadas pela demora na resolução do processo de Execução Fiscal.

Os dados do relatório de 2021 apresentam queda em relação ao de 2020 nas análises de número de processos de Execução Fiscal pendentes e na relação destes processos com os demais processos pendentes em primeira instância. No entanto, mesmo com o número de processos em queda, a taxa de congestionamento aumenta no relatório de 2021. Arelado a isso, o tempo de tramitação do processo baixado também apresenta aumento no relatório de 2021. Tais informações sugerem que a morosidade na execução fiscal não está atrelada apenas ao expressivo número de processos.

5 | DISCUSSÃO

O CNJ (2021) afirma que os processos de Execução Fiscal representam, em média, 36% do total de casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Assim, em cada 100 processos de Execução Fiscal que tramitaram no ano de 2020, apenas 13 foram baixados.

Diante do expressivo número de processos pendentes e de sua relação com o problema da morosidade, é possível especificar o número de processos de Execução Fiscal pendentes no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

Os dados apontam uma queda no número de processos pendentes no relatório de 2021, em relação ao de 2020. Em 2020 foram levantados 423.882 processos pendentes, ao

passo que, em 2021, o número cai para 407.160 processos ainda em trâmite. Essa queda se mostra coerente com a tendência demonstrada, pelos dados da Tabela 1, mencionada anteriormente.

Entre os tribunais que possuem o maior número de processos de execução fiscal pendentes (TJSP, TJRJ, TJPR, TJRS e TJMG), a maior taxa de pendências em feitos de Execução Fiscal está no TJSP, com 59% dos processos de Execução Fiscal pendentes em relação aos demais processos de primeiro grau pendentes. Tal resultado deixa o TJMG em 5º lugar se comparado aos outros tribunais mencionados acima (CNJ, 2021).

Entretanto, os números se encontram um pouco abaixo da média geral para a Justiça Estadual. Entre os já mencionados tribunais que apresentam o maior número de Execuções Fiscais pendentes, o TJMG se coloca no 4º lugar quanto à taxa de congestionamento, ultrapassado o TJRJ e ficando atrás do TJSP, TJRS e TJPR (CNJ, 2021).

Observando que o tempo médio de tramitação do processo cresceu consideravelmente entre os relatórios de 2020 e 2021, fica claro que a morosidade ainda é um problema que afeta o jurisdicionado, que precisa esperar em média 4 anos e 1 mês para o encerramento do processo de execução fiscal. Tal situação impacta na efetividade da prestação jurisdicional. Nos dizeres de Hill (2020), o jurisdicionado, quando vai à Justiça, não busca apenas um pronunciamento abstrato quanto a seu direito, mas sim sua efetiva concretização.

Desse modo, a prestação jurisdicional é tida como efetiva quando alcança, de fato, a satisfação do direito debatido em juízo, solucionando o conflito não apenas por um pronunciamento formal, mas pela concretização de um direito garantido legalmente. De outro modo, a morosidade no julgamento provoca a descrença do jurisdicionado na efetividade do Poder Judiciário em garantir o julgamento das demandas em tempo razoável (MARTINS, GODOY, 2022).

De acordo com o CNJ (2021) o processo de Execução Fiscal já chega exaurido no poder Judiciário, pois as tentativas de satisfazer o crédito na seara administrativa já foram frustradas. O processo judicial acaba repetindo as etapas já realizadas pela administração fazendária, como exemplo, tentativa de localizar o devedor ou patrimônio capaz de satisfazer a dívida. Chega ao judiciário títulos de dívidas já cobradas por outras vias e por consequência, com menor probabilidade de recuperação.

Segundo Faria (2022), continuar usando esse mecanismo é uma lógica completamente equivocada, pois deve-se reconhecer que existe um problema e que para esses problemas serem resolvidos é necessário criar uma perspectiva de mudança.

Desta feita, o Estado de Minas Gerais fez um levantamento de dados e concluiu que um processo de Execução Fiscal custa em média cinco mil reais. Constataram que cerca de 79% das Execuções Fiscais do Estado de Minas Gerais eram de valores menores do que o seu custo. Assim, decidiram que qualquer Execução Fiscal com valor inferior à média de custo não deveria prosperar, porque se a função da Execução Fiscal é recuperar

créditos que se tornarão dinheiro público e serão aplicados no próprio meio social, não justifica gastar mais com algo que não trará retorno (MINAS GERAIS, 2015).

Assim, em 2011, o Conselho Nacional de Justiça publicou um relatório reunindo e resumindo pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apontando conclusões e propostas para superar o problema.

Diante de tais impressões, as propostas apontadas são no sentido de instituir melhorias nas instâncias administrativas e, mesmo, dotar a instância administrativa de poderes para que suas decisões façam coisa julgada no que tange aos fatos, transformando as instâncias administrativas em verdadeiras primeiras instâncias. (CNJ, 2011).

Os resultados do IPEA, por sua vez, apontam para o baixo grau de cooperação entre os atores envolvidos na execução fiscal (judiciário, advocacia, legislativo etc.). Ressalta-se o problema da localização do executado na fase de citação, bem como de seus bens, demandam esforços que agilizem a cooperação e o compartilhamento ágil de informações nesse contexto. Outro ponto a destacar diz respeito à garantia do direito de defesa. O relatório aponta impressões no sentido de que a simplificação dos procedimentos da execução fiscal não afetaria o direito de defesa do executado, já que, conforme a pesquisa, os devedores utilizam pouco os mecanismos legais previstos, preferindo pagar o débito, parcelar ou aguardar a prescrição (CNJ, 2011).

As propostas acima se concentram no âmbito judicial, sustentando um aprimoramento do sistema existente. Há, entretanto, outro grupo de propostas que defendem a utilização de expedientes externos ao Poder Judiciário, tendência que vem sendo reconhecida pelo termo “desjudicialização” da execução, havendo discussões tanto no âmbito específico da Execução Fiscal, quanto no âmbito mais amplo, abarcando outras formas de execução civil (CNJ, 2011).

Cuida-se, pois, de transferir para entidades particulares determinados atos do processo de execução que, atualmente, ficam a cargo do Judiciário, possibilitando que os juízes se concentrem na função de julgar o conflito e garantir o respeito aos direitos fundamentais (DOURADO, SOARES, 2021).

Em 2013, um grupo de trabalho instaurado pela Portaria 155/2013 do Conselho Nacional de Justiça, apresentou relatório alusivo à Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição (CNJ, 2013). Neste relatório, encontra-se uma nota técnica tratando da desjudicialização da execução fiscal.

Nesta nota técnica, admite-se que o modelo atual, no qual o Fisco é obrigado a ajuizar a execução mesmo sem uma análise prévia de sua viabilidade, resulta em uma quantidade de demanda difícil de administrar, além de gerar altos custos e baixo retorno (CNJ 2013).

O relatório reconhece que o elevado número de processos e o longo tempo de tramitação são problemas graves, que apontam para a ineficiência do atual modelo, que

não traz retorno na recuperação dos créditos tributários e ainda impacta na morosidade dos demais processos (CNJ, 2013). Nesse sentido, o relatório afirma que “alterações legislativas no sentido da desjudicialização da execução fiscal ou de etapas dessa cobrança são essenciais ao bom funcionamento do Poder Judiciário e à recuperação mais eficiente desses ativos” (CNJ, 2013, p.68), instituindo-se medidas relativas à identificação antecipada dos bens do devedor, “evitando-se a chegada ao Judiciário de cobranças sabidamente ineficazes” (CNJ, 2013, p.68).

O projeto de Lei nº 5.080/2009, visa criar uma nova legislação para reger as execuções dos débitos da fazenda pública (BRASIL, 2009), alterando substancialmente a atual Lei de Execução Fiscal. Trata-se de projeto anterior ao atual Código de Processo Civil de 2015, mas que já revelava desde esta época a tendência à desjudicialização da Execução Fiscal, prevendo em seu artigo 9º a possibilidade de constrição preparatória de bens, a nível administrativo. Desse modo, a autoridade administrativa (Município, por exemplo) poderia efetuar constrição (“penhora”) e avaliação de bens do devedor antes mesmo de ajuizar a ação de Execução Fiscal. O projeto ressalta no parágrafo único do art. 1º que adoção dos novos trâmites previstos no projeto não será obrigatório para Municípios, autarquias e fundações de direito público (BRASIL, 2009).

A ideia, portanto, é transferir para a fase administrativa as atividades que demandam tempo do Poder Judiciário, como a localização, constrição e avaliação dos bens do devedor, cabendo ao juiz, posteriormente, efetuar a efetiva expropriação do bem, garantindo o crédito da Administração Pública (GONÇALVES, 2015)

Por sua vez, o projeto de Lei nº 4.257/2019, que visa instituir a Execução Fiscal Administrativa e a Arbitragem Tributária, determina em seu artigo 16-A, que se o executado garantir a execução por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, pode optar pela adoção do juízo arbitral. Não é uma imposição, mas com isso, se as partes desejarem, poderão levar os Embargos à Execução a arbitragem. Assim, a Administração Pública poderá negociar junto ao particular, o que evidencia que a ideia preconcebida no projeto de lei é trazer um maior espaço para a renegociação entre as partes (BRASIL, 2019)

Além disso, o projeto prevê também, através de alteração na lei 6.830/80 (BRASIL, 1980), que a própria Fazenda Pública notifique o executado administrativamente, podendo lavrar termo de penhora averbado no registro civil competente, caso o executado não pague espontaneamente, ou mesmo a realização de leilão extrajudicial de veículo penhorado (FRANCO, ARAÚJO, 2021).

Desta feita, cabe aqui mencionar que, apesar de estar em trâmite uma proposta específica para tentar sanar o grande problema das Execuções Fiscais, o artigo 190 do Código de Processo Civil, já menciona que os negócios jurídicos processuais da Fazenda Pública podem ser solucionados de forma autocompositiva, pois passam nessa margem de negociação ao mesmo tempo que tem uma eficácia desjudicializadora, evitando que aquela demanda vá até o judiciário (FARIA, 2022).

Segundo Ribeiro (2019) a atividade executiva não necessariamente precisa ser realizada pelo magistrado, desde que haja a garantia da imparcialidade. Assim, é certo dizer que já temos uma modelagem jurídica para realizar esse tratamento nas Execuções Fiscais, bastando direcionar o Código de Processo Civil e os projetos de lei em trâmite para criar um arcabouço de técnicas suficientes para aperfeiçoar as formas de resolver o gargalo da execução (FARIA, 2022).

Além disso, é necessário melhorar a estrutura das esferas administrativas, a fim de buscar a efetividade máxima das medidas propostas pelos projetos de lei em trâmite. Conforme Ribeiro (2019), as próprias agências fazendárias também possuem deficiências na localização de bens do devedor, sendo necessário adotar expedientes que melhorem, sobretudo, a gestão dos bancos de dados das agências fazendárias.

Para Faria (2022), a Execução Fiscal deve trabalhar com três tipos de devedores. O primeiro devedor pode ser classificado como aquele que realmente não tem condição de sanar o débito, pois não possui condição de suprir a sua própria necessidade básica. O segundo tipo de devedor pode ser caracterizado como aquele que apresenta dificuldades, possui algum patrimônio, mas que por um momento está passando por uma dificuldade financeira e precisa de um tempo para que possa se organizar e voltar a cumprir com as suas obrigações. Já o terceiro devedor pode ser classificado como aquele que omite os seus bens, usa de pessoas interpostas, frauda a execução, ludibriando assim, o próprio sistema judiciário. Porém, o problema é que a Execução Fiscal é tratada de forma indistinta para qualquer um desses devedores o que acarreta o acúmulo de processos no sistema judiciário.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa, foi possível perceber que a Execução Fiscal é a grande responsável pela morosidade no judiciário, não só pela quantidade de processos pendentes, mas também por questões estruturais que necessitam de reformulação.

Além disso, constatou-se que a desjudicialização da Execução Fiscal é uma alternativa realmente viável que pode ajudar a sanar o acúmulo de processos, porque os procedimentos extrajudiciais tenderão a ser muito mais céleres do que as execuções judiciais. Tal fator, assegurará a aplicabilidade do princípio constitucional da razoável duração do processo através da efetividade da justiça.

Por fim, foi possível compreender que os projetos de lei em trâmite no Congresso, cada um com suas respectivas contribuições, têm uma função remodeladora que poderá diminuir o gargalo causado pelas execuções fiscais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6830.htm. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei nº 4257, de 6 de agosto de 2019**. Modifica a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para instituir a execução fiscal administrativa e a arbitragem tributária, nas hipóteses que especifica. [S. I.], 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias//materia/137914>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei nº 5080, de 20 de abril de 2009**. Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. [S. I.], 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostaslegislativas/431260>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CHIMENTI, Ricardo Cunha; ABRÃO, Carlos Henrique; ÁLVARES, Manoel; BOTTESINI, Maury Ângelo; FERNANDES, Odmir. **Lei de execução fiscal comentada e anotada: lei 6.830, de 22.09.1980: doutrina, prática, jurisprudência**. 5. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p.37

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **A Execução Fiscal no Brasil e o impacto no Judiciário**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/handle/123456789/67>. Acesso em: 24 abr. 2022

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/> Acesso em: 24 abr. 2022

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/> Acesso em: 24 abr. 2022

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição – Relatório Final**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/03/relatorio_rubens_curado.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022

DOURADO, Flávio Augusto Vilhena; SOARES, Douglas Verbicaro. A Desjudicialização da Execução Civil no Brasil. **Revista Amor Mundi**, Santo Ângelo, v. 2, ed. 5, p. 13-36, mês/ano maio/2021. DOI <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i5.106>. Disponível em: <https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/106/72>. Acesso em: 17 nov. 2022.

FARIA, Professor Márcio. [live] Execução Fiscal: novas perspectivas. YouTube. 19 mai. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fhdsXJ7Sopg>. Acesso em 17 ago. 2022

FILHO, João Aurino de Melo (coord.) **Execução Fiscal Aplicada** Análise pragmática do processo de execução fiscal. 5 ed. Salvador: Juspodivm, 2016

FRANCO, Marcelo Veiga; ARAÚJO, José Henrique Mouta. A desjudicialização da Execução Fiscal: reflexões sobre o PL 4.257/2019. **Empório do Direito**, São Paulo/SP, 30 maio 2021. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/adesjudicializacao-da-execucao-fiscal-reflexoes-sobre-o-pl-4-257-2019>. Acesso em: 24 out. 2022.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Marcelo Barbi. Execução fiscal: um retrato da inoperância, o (bom) exemplo português e as alternativas viáveis. **Revista de Processo**, São Paulo/SP, v. 40, ed. 247, mês/ano setembro/2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_bibliotec_a/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.18.PDF. Acesso em: 17 nov. 2022.

HILL, Flávia Pereira. Desjudicialização da execução civil: reflexões sobre o projeto de lei Nº 6.204/2019. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, RJ, ano 14, v. 21, ed. 3, p. 164 - 205, setembro a dezembro 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/54202/34876>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz **Curso de Processo Civil** vol. 3 Execução. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

MARTINS, Ronan Medeiros; GODOY, Sandro Marcos. Desjudicialização da execução, a experiência portuguesa e o projeto de lei N. 6.204/2019: uma análise econômica do direito. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, RJ, ano 16, v. 23, ed. 2, p. 1162 - 1187, maio a agosto 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/54202/34876>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet **Curso de Direito Constitucional** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **TJMG, TCEMG e Prefeituras: Parceria para a Execução Fiscal eficiente**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A80E40A68E9318E0168ED3F40E8547D>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13ª ed. São Paulo: atlas, 2003.

NOLASCO, Rita Dias. **Execução fiscal**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Álvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Processo Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/186/edicao-1/execucaofiscal>. Acesso em 06 Jul 2022.

RIBEIRO, Flávia Pereira. Análise dos projetos de lei - Também o PL 4.257/19 - Para a desjudicialização da execução fiscal: a execução administrativa sueca e a imparcialidade. **Migalhas**, [S. l.], 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/355880/analise-dos-projetos-de-lei-paradesjudicializacao-da-execucao-fiscal>. Acesso em: 17 ago. 2022.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo **Curso Avançado de Processo Civil** vol. 1 Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

UMA ANÁLISE DA PRISÃO PREVENTIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOB O OLHAR DA MAGISTRATURA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO

Data de aceite: 01/02/2023

Natália Ximenez Campanile

Universidade de São Paulo
Departamento de Antropologia da USP
Iniciação Científica. Bolsa: Cnpq
São Paulo

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Universidade de São Paulo
Orientadora: Departamento de
Antropologia da USP
São Paulo

1 | INTRODUÇÃO

A tendência mundial ao encarceramento em massa é uma realidade brasileira nas últimas décadas, como mostram dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Condições insalubres e negligências na prestação de alimentação, saúde e educação são alguns dos aspectos gritantes que levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a reconhecer, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, que

o desrespeito à dignidade humana no sistema carcerário brasileiro configura um “estado de coisas inconstitucional”, em que há sucessivas inconstitucionalidades admitidas pelo Poder Público e pela comunidade em geral¹.

Nesse contexto, chama a atenção que o Brasil possua a terceira maior população carcerária do mundo, ultrapassando mais de 800 mil pessoas privadas de liberdade, com um sistema prisional marcado por práticas de violações aos direitos humanos já conhecidas e toleradas pelo poder judiciário. Essa realidade, poderia ter impactado a forma como o sistema de justiça criminal atuou diante dos riscos da pandemia da Covid-19 em cárceres. Ainda assim, ao que parece, continuaram sendo recorrentes os discursos de legitimação do sistema punitivo (ZAFFARONI, 1991), inclusive durante uma situação de calamidade pública.

Este Projeto de Iniciação Científica partiu da hipótese de que, desde o início

¹ <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/acoes-contra-pandemia/painel-de-monitoramento-dos-sistemas-prisionais>

da pandemia, quase nada foi registrado em decisões judiciais de prisão preventiva no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) a respeito do estado de calamidade pública e da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para se evitar aglomerações, conforme resultados de outra pesquisa (VASCONCELOS, MACHADO, WANG: 2020), cuja conclusão foi que o direito à saúde de pessoas presas foi sistematicamente desconsiderado nesse contexto. Além disso, o TJSP parece ter desrespeitado a recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que fossem evitadas as prisões preventivas, e as manteve com a mesma frequência de antes da pandemia da Covid-19.

O meu objetivo com esta pesquisa foi verificar se realmente a pandemia foi ou não considerada nas decisões sobre prisões preventivas tomadas entre os anos de 2020 e 2021 no TJSP e, em caso afirmativo, porque isso assim se deu. Para responder à pergunta, se fez necessário observar o cotidiano defensores(as), magistrados(as) e promotores(as), para compreender o que pensavam sobre a recomendação 62/2020 do CNJ e como perceberam tal situação.

Meu interesse em estudar esse tema surgiu quando eu estava estagiando no gabinete de um desembargador criminal, em 2021. Ali, tive a sensação de que a pandemia não parecia influenciar as decretações de prisões preventivas no TJSP. Por isso, nesta pesquisa, a proposta de observar e entender os discursos e fazeres jurídicos de defensores(as) públicos(as), magistrados(as) e promotores(as) diante de tais decisões.

2 | METODOLOGIA

2.1 Introdução

Trata-se de uma pesquisa em que, além de uma revisão bibliográfica sobre prisões preventivas no estado de São Paulo, houve trabalho de campo com a realização de nove entrevistas. A escolha metodológica de realizar entrevistas ocorreu porque estudar o direito é também estudar o cotidiano de quem influencia o que chamamos de justiça, no caso, defensores(as), juízes(as) e promotores(as).

As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, ou seja, foram abordados pontos importantes para o aprofundamento do problema de pesquisa, mas com espaço para que os(as) entrevistado(as) incluíssem informações e elaborassem teorias.

Cabe registrar que, no caso do Direito, é costume o estudo e a pesquisa não serem empíricos e se restringirem à análise de dados e a considerações teóricas. A pesquisa empírica pode representar um diferencial porque, por meio da descrição minuciosa e da recorrência dos dados de campo, é possível potencializar análises de dados e reflexões teóricas. Nesse sentido:

“Estudar o Direito, suas práticas, instituições e tradições, a partir de uma perspectiva empírica, é o que permitirá perceber, como inúmeras pesquisas já apontaram, que o Direito que se pratica está muito distante do Direito que

se idealiza. Olhar para a realidade fática, construída de acordo com métodos das ciências humanas e sociais, vai possibilitar ver em que medida essa distância se verifica e, a partir disso, sem negar nem criminalizar as eventuais discrepâncias, engendrar, pelo contrário, o que é necessário fazer para alterar o rumo desses caminhos tão dissonantes, seja para aproximá-los, seja para começar a pensá-los a partir de outro viés que frutifique em práticas e medidas que viabilizem transformações positivas a serem usufruídas pelos Tribunais e, principalmente, pela sociedade”(LIMA; BATISTA, 2014)

Ademais, a revisão bibliográfica teve como foco a importância do olhar antropológico para o direito, o estudo sobre “os de cima” (NADER, 2020), as prisões preventivas e estudos sobre o CNJ e sua Recomendação 62/2020.

2.2 Entrevistas

As entrevistas trataram do cárcere em tempos de pandemia, a fim de avaliar como pensavam e agiam promotores(as), desembargadores(as) e defensores(as) frente a decisões que, durante a pandemia, implicaram prisões preventivas.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa *“É uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”* (p. 17).

Foram, portanto, coletados depoimentos com o objetivo de compreender, o mais profundamente possível, o assunto estudado. Como a realidade objetiva jamais pode ser totalmente captada, inclusive porque ela é dinâmica e depende de perspectivas, as representações da realidade, nesta pesquisa qualitativa, foram exploradas de diversas formas, como será demonstrado a seguir.

2.3 Participantes

Foram realizadas 3 entrevistas com os(as) magistrados(as), 3 com defensores(as) e 3 com promotores(as).

Como, à época, eu estagiava na segunda instância do TJSP, houve uma abertura para eu acompanhar tarefas desempenhadas diariamente por desembargadores e, como eu conhecia defensores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (NESC), também consegui acompanhar o dia a dia desses profissionais. Além disso, participo do Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR), coordenado por minha orientadora, e, por meio deste grupo de estudos, um promotor que dele também participa me possibilitou contatar outros promotores com quem realizei entrevistas.

Não foi definido, *a priori*, um número exato de entrevistados(as). Por meio dos profissionais com quem eu já tinha contato, alcancei outros, usando o método “bola de neve”². Principalmente em razão do tempo para a realização do trabalho de campo, foram entrevistados somente os(as) 9 profissionais mencionados(as).

2 file:///C:/Users/55119/Downloads/10977-Texto%20do%20artigo-18568-2-10-20200217.pdf

2.4 Instrumento

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. No presente caso, essas perguntas básicas foram formuladas com vistas à discussão de como os(as) entrevistados(as) consideravam a Covid-19 frente a decisões de prisões preventivas. A ideia era que as entrevistas dessem margem a novas hipóteses a partir das respostas dos(as) entrevistados(as).

As questões da entrevista semiestruturada (ANEXO 1) foram formuladas tendo como referência uma revisão bibliográfica sobre o tema das prisões preventivas durante a pandemia da Covid-19.

2.5 Procedimentos

2.5.1 Cuidados éticos

Inicialmente, elaborei convites aos(às) participantes da pesquisa. Em uma Carta Convite (ANEXO 2), explicito a relevância da pesquisa, o objetivo da entrevista e o assunto a ser abordado, bem como disponibilizei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 3). O objetivo foi informar aos(às) participantes, entre outros aspectos, que eles(as) teriam acesso às informações sobre o andamento da pesquisa, liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e que eu lhes garantia confidencialidade e o sigilo das informações que me fornecessem. Os TCLEs foram entregues e assinados por todos os(as) entrevistados(as).

2.5.2 Análise de dados

A análise se iniciou com a transcrição das entrevistas. Em seguida, após uma primeira leitura, foram filtrados os pontos em que havia menções às prisões preventivas e à pandemia, relacionando opiniões similares e discrepantes entre os(as) entrevistados(as), já em diálogo com alguns dos textos lidos. Por fim, elaborei a síntese dos resultados e as considerações finais, de modo a avaliar se a Covid-19 foi ou não considerada, por magistrados e magistradas, em decisões relativas à decretação de prisões preventivas, e como defensores(as) e promotores(as) se valeram do estado de calamidade pública para a construção de seus argumentos.

3 | ANTROPOLOGIA E DIREITO

Não é simples caracterizar a antropologia do direito, mas uma possibilidade é afirmar que seus estudos procuram entender como diferentes grupos compreendem e praticam “direito” e “justiça” no conjunto de seus mecanismos de regulação (VILLAS BÔAS FILHO, 2017).

Além disso, nesta pesquisa eu escolhi estudar “os de cima”. Isto significou analisar como se comportam e o que pensam os detentores de poder no sistema judiciário. Conforme já observado (NADER, 2020), uma grande parte da literatura baseada no trabalho de campo foca no estudo de grupos vulnerabilizados, grupos historicamente desfavorecidos, havendo relativamente poucas pesquisas sobre integrantes das classes médias e superiores.

A escolha de conversar com quem tem o poder de decidir ocorreu pela importância de definir o papel do cidadão-erudito para se obter um novo olhar sobre as relações dominantes-subordinados(as), no caso, relações entre operadores do sistema de justiça e jurisdicionados(as). Portanto, o objetivo foi estudar integrantes dos grupos que formulam e decidem no interior do sistema de justiça.

Considero importante para analisar uma estrutura de poder e compreender como vivem grupos nela considerados subalternizados, observar tanto “colonizadores” quanto “colonizados”, pois se tratam de duas faces da mesma moeda.

Assim, Nader propõe que estudar “os de cima” ajudaria a entender “os de baixo”, porque as instituições e seus sistemas de rede afetam a todos, especialmente a vida das pessoas mais vulnerabilizadas que os(as) antropólogos(as) mais tradicionalmente estudam.

Contudo, me deparei com muitos obstáculos para conseguir acompanhar os(as) profissionais de direito e realizar as entrevistas. Nader observa que os poderosos estão fora de alcance em vários planos diferentes, e sua conclusão é que isso ocorre porque alguns deles não querem ser estudados e/ou são pessoas que se declaram sempre ocupadas. Posteriormente, serão abordadas as dificuldades encontradas enquanto entrevistadora.

4 | O CNJ E SUA RECOMENDAÇÃO 62/2020

Durante a pesquisa, surgiu o interesse de entender como funcionam as Recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente o quanto as Recomendações, em geral, são seguidas por juízes(as), defensores(as) e promotores(as) e se elas possuem ou não um viés político.

Norberto Bobbio (BOBBIO, 2001) analisa que conselhos – ou recomendações – fazem parte do mundo normativo e possuem a mesma função de comandos: direcionar o comportamento humano. Uma Recomendação do CNJ, portanto, não é distinta de um comando do Código Penal porque ambos possuem a mesma natureza jurídica, constituindo-se como fontes do direito. Porém, os conselhos não são tão eficazes como os comandos. Segundo Bobbio, a aceitação de uma Recomendação depende de seu conteúdo e é apenas observada quando o seu destinatário se convence da racionalidade do que é aconselhado.

Para Bobbio, quem de fato torna o pronunciamento de um conselho facultativo são os próprios(as) magistrados(as) que optam por não levar a letra do seu pronunciamento a sério. Dessa forma, mesmo que um conselho não seja obrigatório, ele funcionará como tal quando seus(suas) destinatários(as) o levarem a sério. No contexto da pandemia da

Covid-19, percebe-se que utilizar a Recomendação 62 do CNJ foi uma escolha institucional e ideológica. Alguns profissionais do direito concluíram que seguir a Resolução acabaria rompendo com a garantia da ordem pública, enquanto outros entenderam que era importante adotar medidas alternativas para reduzir as contaminações dentro do cárcere.

Outros estudos³ verificaram que a Recomendação 62 do CNJ ou foi ignorada ou citada expressamente como ato normativo, mas sem caráter vinculante, ou seja, sem obrigação de ser seguida. Os resultados obtidos nessas pesquisas indicaram que a Recomendação 62 teve pouco impacto sobre as decretações de prisão preventiva.

A Resolução 62/2020 possibilitava que, durante o período de calamidade pública causada pela Covid-19, a prisão preventiva ocorresse apenas em casos extremos, evitando aglomerações no sistema prisional, onde havia e há maiores possibilidades de se disseminar a doença entre a população carcerária. A orientação se deu em razão das condições insalubres das prisões do país, onde há alta transmissibilidade de doenças infecciosas, tanto devido à superlotação quanto à impossibilidade de serem cumpridos protocolos sanitários básicos⁴.

Além disso, um relatório do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), demonstrou como a esmagadora maioria das pessoas presas, que deveriam ter sido beneficiadas pelo documento do CNJ com a liberdade provisória ou outras medidas alternativas à prisão, foram mantidas no cárcere durante o primeiro ano da pandemia.⁵

Somado a isto, como analisado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)⁶, o esforço do CNJ para apresentar Recomendações voltadas à prevenção da Covid-19 no sistema prisional reconhece o protagonismo desse órgão judiciário na decretação de prisões preventivas, na determinação de liberdades provisórias, bem como nos atos de prevenir e responsabilizar situações de violação dos direitos humanos de pessoas privadas de liberdade.

A Recomendação 62/20, então, evidenciou a preocupação com aglomerações inerentes aos espaços de confinamento punitivo. Ademais, realçou o reconhecimento de que a atuação do Poder Judiciário é central para a realidade do encarceramento em massa, o que poderia ser minimizado, no momento da pandemia, por medidas de desencarceramento.

Assim, a Recomendação pondera sobre o alto índice de transmissibilidade do vírus por fatores como “a aglomeração de pessoas, a insalubridade dessas unidades, as dificuldades para garantia da observância dos procedimentos mínimos de higiene e o isolamento rápido dos indivíduos sintomáticos, insuficiência de equipes de saúde (...)”⁷.

Em São Paulo, houve uma imensa resistência em adotar o desencarceramento como

3 <https://www.ibccrim.org.br/media/posts/arquivos/arquivo-28-03-2020-20-50-52-567900.pdf>

4 CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação N° 62, de 17 de março de 2020a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

5 <https://iddd.org.br/wp-content/uploads/2021/08/idd-d-relatorio-impacto-2020-final.pdf>

6 <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/1016>

7 <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>

medida preventiva à pandemia. As muitas decisões que indeferiram a liberdade condicional demonstraram que, entre o exercício do poder punitivo do Estado e o direito fundamental à saúde de pessoas privadas de liberdade, o que prevaleceu foi a força das práticas punitivas (VASCONCELOS, MACHADO, WANG: 2020; COSTA, 2020).

Durante a primeira etapa da pesquisa, fiz um diário de campo onde anotei fatos que observei no meu estágio, o que ouvi e li na convivência com desembargadores e réus.

Conforme já indiquei, estagiei, durante o ano de 2021, na segunda instância do TJSP, na 12ª vara criminal, no gabinete de um desembargador que, na opinião das pessoas que circulavam pelo fórum, podia ser considerado um juiz “garantista”. Isto significa que, frente a outros juízes e juízas, ao menos a nível de percepções gerais, ele tendia a tomar decisões em favor de direitos de réus e réas, absolvê-los(as) e costumava julgar favoravelmente pedidos de *habeas corpus*. Por isso, havia a expectativa de que as decretações de prisões preventivas, sentenciadas por ele, seriam mais raras, e a Recomendação 62 mais acolhida.

Contudo, conforme observei, isso não ocorreu. Casos em que a pandemia causada pela Covid-19 aparecia para justificar um indeferimento de pedido de prisão preventiva só ocorriam quando, comprovadamente, a pessoa se encaixava em algum grupo de risco, mesmo sendo recomendado que as decretações fossem diminuídas quando se tratasse de crimes sem violência ou grave ameaça.

Ouvi, de um assistente do desembargador, em uma situação de decisão de *habeas corpus*, que a prisão preventiva deveria ser declarada – para um acusado que supostamente havia cometido um crime sem violência ou grave ameaça – apenas para dar um “susto”. Se em meio à pandemia, diante de um suposto crime sem violência ou grave ameaça, um acusado em uma situação de vulnerabilidade econômica e social, primário, foi preso e colocado em meio a dezenas de outros, na mesma situação que ele, o que esperar em um contexto considerado normal, ou seja, em que não se está enfrentando um estado de calamidade pública?

Devido a, no estágio, eu lidar diariamente com o sistema carcerário, fiz algumas ponderações, ao observar processos que chegavam ao gabinete, que considero relevantes para a pesquisa. Citarei aqui três que mais me chamaram a atenção.

O primeiro caso ocorreu no final de 2021, e está registrado em um processo em que o réu confessou estar traficando entorpecentes (crime sem grave ameaça). Ele foi apreendido com menos de 5g de crack, era primário e confesso. Em audiência de custódia, chorando, afirmou ser jardineiro. Contudo, seu patrão não pagou seu salário e, por isso, foi vender drogas durante o dia, em uma praça, para poder comprar fraldas e alimentos para seus 4 filhos.

Ele dizia que, se fosse condenado e ficasse preso por muitos anos, seus filhos não contariam com a presença do pai, como ele mesmo não contou. Declarou como isso influenciou negativamente sua vida e afirmou, várias vezes, que só cometera o delito pelo desespero da fome. Disse, por fim, ainda chorando: “*nunca mais vou fazer isso doutora, eu*

aprendi minha lição; se for preciso, vou catar latinha para alimentar meus filhos, mas não vou fazer isso de novo”. Mesmo assim, ele foi condenado a 5 anos de prisão, em regime fechado.

Outro caso marcante se deu durante uma audiência de custódia. O réu, relatando os fatos, ao invés de falar que os policiais o abordaram, disse: “*os policiais me abortou*”. Quão simbólico é um homem negro e pobre cometer o ato falho de dizer que foi abortado ao invés de abordado!

Na área cível, para a vítima ser ressarcida, o agente acusado de cometer uma violação paga-lhe uma indenização, mas, na área penal, o agente “paga” com a sua própria liberdade, sem contar as inúmeras e corriqueiras violações de direitos humanos que ultrapassam a pena de privação de liberdade. Podemos metaforizar que essas pessoas, muitas vezes, sofrem, de fato, uma espécie de aborto.

Por fim, perdi a conta de em quantos casos o réu teve sua prisão preventiva decretada, ao longo de 2021, não sendo considerada a Covid-19 na decisão, tendo, por vezes, a pena agravada com o argumento de que cometera o crime durante uma situação de calamidade pública. Portanto, muitas vezes, a pandemia não foi usada para liberar indivíduos da cadeia, mas para aumentar penas com o argumento de que acusados não pertenciam a grupos de risco e que o grau de reprovabilidade de suas condutas seria maior porque haviam se aproveitado da pandemia, com ruas vazias, para cometerem crimes.

5 | ENTREVISTAS

5.1 Resultados

Para apresentar os resultados, os dividi em três temas: pandemia e prisão preventiva (1), recomendações do CNJ (2) e teletrabalho (3). Após a exposição de cada tema, farei uma síntese dos resultados, apontando as semelhanças e diferenças que mais se destacaram nas declarações dos(as) entrevistados(as).

Em relação ao tema 2, conforme já mencionado, eu me questioneei, ao longo da pesquisa, se a Recomendação 62 do CNJ, na opinião dos(as) entrevistados(as), era ou não seguida. Entendi ser necessário esclarecer qual a visão dos(as) profissionais acerca das Recomendações, em geral, para então, entender melhor se a Recomendação 62 havia sido ou não por eles(as) considerada.

O tema 3 é de igual relevância porque, ao tentar compreender o cotidiano dos(as) participantes e como pensavam sobre o tema aqui tratado, considerei relevante analisar o quanto a pandemia não só impactou pedidos, pareceres e julgamentos, mas também o ambiente de trabalho dos(as) analisados(as).

É importante ressaltar que, apesar de dispostos separadamente, os 3 temas surgiram de forma integrada nos discursos, tanto que, posteriormente, os analisarei em conjunto.

5.2 Caracterização dos participantes

Conforme já apontado, foram entrevistadas 9 pessoas, tendo o tempo das entrevistas variado entre 30 minutos e 1h30min.

Em relação aos(a) defensores(a), houve uma mulher e dois homens, todos atuantes no TJSP, sendo um deles integrante do Núcleo de Estudos do Sistema Carcerário (NESC).

Em relação aos desembargadores, só foi possível entrevistar profissionais homens e de uma Câmara: a 12^a. Apesar de ser desejável contemplar diferentes Câmaras e gêneros, não houve resposta de desembargadores de outras Câmaras nem de mulheres.

Além disso, o objetivo inicial era entrevistar apenas magistrados(as) e defensores(as), principalmente pela questão do tempo, mas, após um encontro do NADIR, em que a pesquisa foi debatida, se considerou relevante também contemplar promotores(as) para averiguar semelhanças e diferenças entre profissionais dessas três áreas do sistema de justiça. O total de entrevistas, portanto, que antes seriam distribuídas entre magistrados(as) e defensores(as) foi redistribuído.

5.3 Tema 1: Pandemia e prisão preventiva

Defensores(a)

A: *“Eu costumo fazer um paralelo com o Código de Processo Penal, quando teve as medidas cautelares diversas da prisão⁸. Achemos que menos pessoas iriam ser presas, mas não foi o que aconteceu (...), na verdade, foi o efeito reverso, [pois], na prática, os juízes que soltaram, já soltariam normalmente, mas colocavam a Recomendação como argumentação (...). Talvez, no início, teve diferença com crime sem violência, mas, com o passar do tempo, as coisas voltaram ao normal. Por seis meses a Recomendação acabou sendo usada de forma diferente, depois só serviu como argumentação de algo que já aconteceria sem pandemia”.*

O(a) participante conta que, no seu dia a dia, não sentiu reflexos da pandemia em termos de diminuição de prisões provisórias, porque trabalha com uma juíza que já decidia por medidas cautelares (diversas da privação de liberdade) e assim continuou. Além disso, ele(a) não tinha a expectativa de que seria diferente, pelo que conhecia do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Ministério Público. *“O Ministério Público ainda usava a situação da calamidade pública para mostrar como a pessoa foi ruim: as pessoas presas em casa e a outra saindo para praticar crime”.*

Segundo a sua percepção, portanto, a maioria dos membros do MP entendeu que houve acusados que se valeram da pandemia para cometer crimes, de modo que a situação pandêmica seria até um agravante a pesar contra a pessoa acusada. Destacou, ainda, que a única decisão que realmente fez diferença em relação às prisões preventivas foi a do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual nenhuma pessoa poderia ser mantida

⁸ Previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, as medidas cautelares, em vez de restringir a liberdade/locomção do indivíduo, restringem outros direitos.

presa durante a pandemia sob o argumento de que não pagou fiança⁹.

B: *“O cenário em que vivemos é o da exclusão da população preta, pobre, periférica, com punição e exclusão social”.*

Sua percepção foi que, mesmo no momento mais crítico da pandemia, foi negada a liberdade até para pessoas idosas, gestantes, mulheres com filhos com menos de dois anos e para pessoas que cometeram crimes sem grave ameaça ou violência: *“antes da pandemia, 70% das pessoas tinham suas prisões preventivas decretadas, e se manteve esse número. Inclusive, há estudos e dados sobre isso, o que mostra como a pandemia não mudou o cenário”*¹⁰.

O(a) participante comentou uma decisão que lhe chamou a atenção: a 6ª Câmara Criminal do Estado de São Paulo utilizou o argumento de que não sabia se o acusado morava bem, se a condição iria ser melhor na prisão ou em casa e por isso não poderia se basear no estado de calamidade pública para decretar seu alvará de soltura.

C: *“A pandemia obrigou as pessoas a parar, mas o sistema carcerário nunca parou. Agora tem uma doença que mata as pessoas, não as soltar é dizer ‘que morra’. (...) As pessoas sabem que mandam outras para esses lugares indignos e por isso a pandemia escancarou a realidade que já existia, da vida humana. Estão mandando as pessoas para elas morrerem e eles sabem disso”.*

O(a) participante narrou que o primeiro impacto da pandemia foi o isolamento social, mas que a prisão é a antítese disso, porque as pessoas são forçadas a ficarem aglomeradas, o tempo todo, em um lugar superlotado. O medo era que se alguém pegasse o vírus, todos se infectassem, porque é impossível adotar medidas de isolamento em presídios superlotados. *“Vários países tiveram solturas em massa, mas no Brasil não teve nada. Serviu para reafirmar que a prisão é também uma pena de morte”.*

Este participante lembrou que praticamente não há médicos no sistema carcerário, e por isso sequer havia quem atestasse se uma pessoa que estava presa era ou não de um grupo de risco. Pelo o que presenciou, não houve diminuição no número de decretações de prisões preventivas, mesmo em relação a crimes sem grave ameaça ou violência. Contudo, viu muitos casos em que era pedida e acolhida a agravante de que o indivíduo se aproveitou da situação de calamidade pública para cometer o crime. *“Eles inventaram a agravante. Algo que era para ter efeito de maior flexibilização, humanização, garantia maior de direitos, foi usado para mais punitivismo”.*

Desembargadores(as)

A: *“Liberdade é a regra, mas existe a sociedade, de um lado, querendo proteção, e os presos, do outro (...). Assim, existem dois focos de pensamento: um (...) no homem e na*

9 Habeas Corpus n. 568.693 – ES

10 <https://www.conjur.com.br/2020-jun-08/justica-sp-deferiu-pedidos-soltura-base-cnj>; <https://www.conjur.com.br/2020-jul-07/tj-sp-mantem-prisoas-porque-condicoes-moradia-presos-sao-ruins>; http://www.sap.sp.gov.br/download_fi-les/covid-19/boletim-covid-14-03-22.pdf.

sua individualidade e um que pensa muito no capital em detrimento da pessoa. Esse último grupo encara o sistema jurídico ‘nós aqui e eles lá’. Essa é uma visão imediatista, mas eu acredito que pensar no ser humano é pensar no futuro. A maioria dos magistrados tem essa visão imediatista e não entende, por exemplo, o racismo estrutural. Por isso, existem muitos desembargadores insensíveis aos problemas da sociedade, e isso não é incomum”.

O(a) participante pontuou que grande parte das pessoas que foram soltas estavam ligadas a crimes relacionados a tóxicos e furtos, casos em que era possível o alvará de soltura, inclusive antes da pandemia. Neste sentido, declarou que a pandemia não aumentou as solturas, mas foi mais uma justificativa para decretar a liberdade. Contudo, reconheceu que a pandemia também influenciou decisões de aprisionamento.

Contou que, por exemplo, adiantou algumas progressões de cumprimento da pena, do regime semiaberto para o aberto, por conta da pandemia, até mesmo de acusados(as) de terem cometido crimes com violência contra a pessoa. *“De toda a forma, independentemente da pandemia, é necessário prestar atenção na gravidade, risco de integridade à terceiros, reiteração”.* A seu ver, muitas pessoas foram soltas e não houve aumento da criminalidade por conta disso.

B: *“Eu só posso falar pela visão da 12ª Câmara e pela minha percepção do que ocorreu durante o momento mais crítico da pandemia”.* O(a) participante declarou que a pandemia implicou grandes mudanças nas decisões de primeira instância, então, com mais solturas em primeira instância, não houve muitas mudanças na segunda, onde trabalha. Pelo que percebeu, a pandemia colaborou para que mais pessoas fossem soltas¹¹.

Em relação ao Ministério Público (MP), este(a) desembargador(a) sentiu que houve poucos pareceres para soltar ou não decretar a prisão preventiva, tanto que, mesmo durante a pandemia, o MP continuou recorrendo das decisões que determinavam a soltura. Já a Defensoria Pública, percebeu que impetrou muito mais *habeas corpus* do que antes.

C: *“No contexto da 12ª Câmara, que é o contexto do garantismo, não houve grande alteração. Nossa visão, em regra, é que a prisão preventiva é, por excelência, excepcional, apenas aplicável quando outras cautelares não se revelarem suficientes. (...)”.* O(a) entrevistado(a) afirmou que sua visão já era a de que a prisão preventiva deveria ser a exceção, e, para ele(a), ela continuou sendo excepcional durante o período da pandemia.

Em geral, ele(a) não esperava que a pandemia iria trazer mudanças significativas: *“Já estou nessa vida há muitos anos e sei como o Judiciário pensa”.* Este(a) entrevistado(a) declarou que não deixaria de decretar uma prisão por conta da pandemia quando a julgasse necessária.

Promotores(as)

A: *“Só ia para a prisão quem não tinha jeito, porque a prisão preventiva já era para*

11 A primeira instância, onde em geral começam as ações, é composta por juízes(as) da região em que ocorreu o fato. Na segunda instância desembargadores julgam recursos interpostos por uma por ambas as partes após a decisão de 1ª instância..

crimes mais graves e por isso não teve menos presos durante a pandemia. Para o preso, a pandemia não mudou, mas para nós sim". O(a) participante contou que, em relação a crimes sem grave ameaça, continuava pedindo a prisão, porque a maioria não era réu primário.

B: *"A prisão preventiva é excepcional e não se pode conceder medidas que não estão previstas em lei"*. Pelo que observou em seu dia a dia, no início, a pandemia impactou todos os tipos de prisão. *"Foi uma situação completamente inusitada, houve fechamento dos fóruns, as atividades em tribunais se tornaram remotas (...), com trabalhos informatizados como regra"*.

Em relação às prisões preventivas, no início, percebeu que houve preocupações e até medidas como a proibição de visitas nos presídios. Para ele(a), ninguém queria que a situação no sistema prisional ficasse caótica, até em razão da "segurança pública". Entende que as medidas foram adotadas por razões sanitárias e que foram efetivas.

"Como não começou a ter morte generalizada nem muitos casos, a tendência foi a volta das prisões preventivas, porque, no início, estavam preocupados com a possibilidade de que viesse a se instalar uma contaminação generalizada".

Sentiu que houve observância da legalidade, desde o início da pandemia. Este(a) entrevistado(a) trabalha na procuradoria de *habeas corpus*, onde há, segundo ele(a), a preocupação de avaliar a gravidade dos crimes. No início, quando estavam suspensos os julgamentos coletivos, percebeu que houve pareceres da procuradoria concordando em soltar réus, inclusive em alguns poucos casos em que os crimes tinham sido cometidos com violência. Nos casos sem violência ou grave ameaça, apontou que foi mantida a prisão preventiva quando o réu era reincidente, não só nos tribunais superiores como nas decisões de primeiro grau.

C: *"Num primeiro momento, parecia que haveria solturas, mas ficou claro que as solturas não iam resolver nada. O ambiente prisional pode ser reflexo da sociedade, e grande parte da população mora na favela [onde] já não se tem saúde. Além disso, ficamos todos com receio de que houvesse grande soltura, uma distopia. Havia um medo de coisas terríveis, grandes contingentes de decisões de liberdade, mas depois foi esclarecido"*.

Para ele(a), no começo da pandemia, não se sabia bem o que fazer, e a primeira reação foi promover o isolamento da forma mais eficaz possível, o que implicou mais restrições e menos visitas às pessoas presas. Inicialmente, considerou que a pressão para a obtenção de liberdade foi maior, depois ela diminuiu e as demandas também mudaram. Afirmou que, em nenhuma situação, pediu para soltar acusados que estavam em situação de prisão preventiva.

5.4 Tema 2: Recomendações do CNJ

Defensores(a)

A: *“As Recomendações são feitas com a intenção de terem eficácia, mas a realidade de São Paulo não segue isso. O Tribunal de Justiça tem uma postura que não aceita ordem de ninguém, até em relação ao STJ, com a lógica de que é só recomendação, não vou seguir”.* O(a) participante declarou que as Recomendações têm um viés político, a fim de mostrar que o Judiciário *“está fazendo sua parte”*.

B: *“Houve um descumprimento reiterado da Recomendação 62 do CNJ”.* Ainda assim, o(a) participante declarou que a Recomendação continuou sendo usada, por defensores(as), em quase todos os pedidos de soltura dos(as) acusados(as).

C: *“As Recomendações têm efeito mais simbólico, político”.* Para este(a) entrevistado(a), a Recomendação 62 do CNJ foi bastante ignorada, porque acredita que quem decidiu pela liberdade provisória assim já decidia, antes da pandemia, e quem ignorou a Recomendação 62 já ignorava outras. *“Ninguém passou a soltar mais”.*

Desembargadores(as)

A: *“Teve desembargador que ignorou a Recomendação com a justificativa de que é apenas recomendação”.* Este(a) participante explicou que o CNJ e o STJ trabalham em harmonia, por isso o CNJ procura criar Recomendações quando verifica certas discordâncias no âmbito do STJ. As Súmulas Vinculantes, a fim de se uniformizar certas decisões, surgem nesse contexto e, mesmo assim, o que se percebe é que muitos juízes não as seguem. *“Do ponto de vista administrativo, o CNJ é ótimo, do ponto de vista jurídico não, e por isso o STJ cria Súmula Vinculante para ajudar o CNJ”.*

Em relação à Recomendação 62, ouviu muitos juízes questionando o CNJ, com receio de que *“a criminalidade fosse para rua”*. De toda forma, explicou que soltou muitas pessoas que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça usando a Resolução (...), mas sem citá-la, apenas se valendo de suas ideias. Entendeu que essa Recomendação teve efeitos práticos e que, como qualquer outra, possuía uma faceta política.

B: *“A sensação que tive é de houve uma diminuição dos aprisionamentos por conta da pandemia, uma tendência maior de soltura, principalmente em relação àqueles crimes mencionados na Recomendação 62, os sem violência ou grave ameaça. Estava ocorrendo um encarceramento crescente nos crimes de tráfico e furto e minha impressão é de que nesses dois casos houve uma diminuição”.*

O(a) participante declarou ter analisado caso a caso com base na Resolução 62 e, a seu ver, ela surtiu efeitos práticos, mas talvez não suficientes. Para ele(a), houve expectativas, quando saiu a Recomendação, de menos decretações de prisões preventivas, mas, com o tempo, voltou-se a decretá-las e a própria Resolução passou a ser *“temperada”* por essa nova realidade, perdendo o efeito e a importância de frear aprisionamentos.

Em relação ao CNJ, declarou que suas Recomendações têm efeito prático e são polêmicas, porque não existe uniformidade no mundo do direito. Nesse sentido, lembrou que até Súmulas e leis são polêmicas. Percebeu que muitos juízes mencionaram a Resolução 62 para soltar, mas muitos usaram o argumento de que, como se tratava de “mera recomendação”, ela não impedia outros entendimentos. O(a) participante observou que sempre é possível manipular, ter interpretações e leituras diversas de normas. Mesmo assim, de forma geral, considerou a Recomendação muito importante, em um primeiro momento, porque ela advertiu o(a) aplicador(a) da lei da necessidade de fazer uma triagem qualitativa, caso a caso, para, de fato, avaliar se havia ou não a necessidade de manter pessoas presas.

“A Resolução acabou deixando um juízo casuístico nas mãos do julgador, mas exigiu uma avaliação criteriosa da necessidade da prisão preventiva. Ela foi feliz e rápida. O Brasil é muito grande, tem muitas realidades. Se você está lidando com um país plural, há todo tipo de pensamento, ideia, corrente, e é preciso lidar com essa pluralidade de realidades. As pessoas pensam diferente, e é bom que seja assim. O que seria do quadrado se todos pensassem no redondo?”

C: *“Eu diria que, em geral, os juízes não dão bola para as Recomendações, com o argumento de que é só uma recomendação. Entendo que aqueles que já concordam com o teor das recomendações têm argumento de reforço, e aquele que não compactua, ignora porque é recomendação. É tudo pré-estabelecido”.*

O(a) participante lembrou de ter usado argumentos que estavam na Recomendação 62 em casos mais leves como furtos, receptação, estelionato, mas apenas como reforço, porque, antes, seu posicionamento já era restritivo em relação à prisão preventiva. Sua expectativa era que a Recomendação repercutisse na diminuição do número de prisões, mas, na prática, pelo que observou, ela não repercutiu.

Na sua visão, as Recomendações representam mais uma manifestação política do CNJ, principalmente em relação à omissão do governo, do que uma mudança na prática e, mesmo assim, percebeu uma resistência no Judiciário, que, segundo ele(a), ocorreu e ocorre por conta do conservadorismo de vários membros da magistratura.

Promotores(as)

A: O(a) participante acredita que os juízes, assim como os promotores, usaram bem a Recomendação, quando necessário. Não esperava que a pandemia fosse resultar em menos prisões, mas achou que o documento do CNJ foi seguido. Declarou que o CNJ é “*puramente político*”.

B: *“Aqui, em São Paulo, a Recomendação 62 do CNJ foi cumprida na sua integralidade. Não lembro de um acórdão que desprezasse a análise dos critérios indicados pelo CNJ que, portanto, teve eficácia plena dentro dos limites jurídicos”.*

Considerou que a Resolução 62 teve suas virtudes, porque conseguiu destacar

riscos que, no início, ninguém sabia quais seriam, e pontuou a necessidade de valorar melhor certas análises. Nesse sentido, observou que acórdãos passaram a dar relevância e a fazer ponderações a partir de critérios previstos na Recomendação.

Na sua opinião, as Resoluções são apenas recomendações e o CNJ não tem o poder de legislar, sendo obrigação de todos os profissionais do direito assim as considerarem. Não soube dizer se as Recomendações são mais eficazes, a depender do tema, mas acha natural que os Conselhos recebam pressões da sociedade e escutem a população. Contudo, entende que *“o tipo de providências que isso gera acaba desenvolvendo controvérsias, porque há divergências quanto às Resoluções serem apenas recomendações ou ordens”*.

C: *“Tenho impressão de que o CNJ é um órgão político, tem composição política, muito política, e lá existe um caráter de prestação de serviço público que é muito influenciado por setores da sociedade mais liberais ou garantistas que têm uma visão crítica da prisão e querem mostrar efeito, divulgação de ideias e conceitos, composição política, além de resultado político, e por isso o CNJ tem uma atuação político- institucional”*.

Para este(a) entrevistado(a), os defensores tendem a abraçar as Recomendações e usaram muito a Resolução 62 do CNJ para pedidos de liberdade em *habeas corpus*, porque, segundo ele(a), a prisão é “meio” insalubre. Entende que, até maio ou junho de 2020, ninguém tinha certeza da segurança, dos riscos e das medidas de saúde que deveriam ser tomadas em relação à pandemia, o que rendeu algumas solturas. Por conta dessa insegurança, no começo, acha que a Recomendação teve algum efeito, mas que em 2021 ela praticamente não era mais usada.

Observou que, dependendo do tema e das lacunas das leis, as Resoluções entram e passam a ser usadas como parâmetros.

5.5 Tema 3: Teletrabalho

Defensores(a)

Todos(as) os(as) defensores(as) relataram estar em trabalho híbrido e que acreditavam que assim iriam continuar.

Desembargadores(as)

A: Informou que não morava na capital, por isso ficava a maior parte dos dias em casa e só ia ao tribunal quando necessário.

B: Como as sessões eram sempre virtuais, declarou que ia para o gabinete raramente, apenas por conta dos processos físicos. Acreditava que o regime 100% presencial não iria voltar. *“A gente descobriu coisas né? A justiça, até por conta de pessoas da minha idade, tinha uma certa resistência ao computador, mas, com a pandemia, acabamos descobrindo o meio virtual”*. O(a) participante observou que advogados não precisavam mais viajar para despachar, barateando e acelerando o andamento dos processos.

C: Este(a) participante contou que quase nunca ia ao gabinete e que não via seus

funcionários há mais de 2 anos. Considerou haver um lado bom nessa mudança, porque o Tribunal se adaptou à situação, os advogados se beneficiaram, o serviço passou a fluir melhor, a ser menos burocrático, fazendo com que o sistema se tornasse mais ágil. Observou, inclusive, que as sustentações orais haviam aumentado significativamente, mas que houve um grande impacto em relação à sociabilidade. Além disso, declarou que uma consequência do teletrabalho poderia ser um afastamento ainda maior entre réus e juízes, na primeira instância, com prejuízos sérios para um bom julgamento.

Promotores(as)

A: Atestou que as audiências estavam se dando de forma híbrida e que trabalhava quase todo o período de casa. Acreditava que iria continuar assim.

B: *“O trabalho virtual virou rotina, hoje em dia, tanto no primeiro quanto no segundo grau. A tragédia da pandemia acabou trazendo um avanço imenso de cultura de trabalho e trabalho informatizado muito mais ágil”.* Todavia, para este(a) entrevistado(a), nem tudo deveria ser informatizado. As audiências, por exemplo, precisariam continuar sendo presenciais.

Em segundo grau, considerou que a experiência estava demonstrando que o teletrabalho é muito mais rápido e conveniente. Inclusive, em relação às sustentações orais, percebeu que os advogados passaram a preferir essa nova forma de comunicação, por poderem dispensar o deslocamento, e assim economizar tempo e dinheiro. O(a) participante narrou que as Câmaras Criminais, antes da pandemia, não trabalhavam no sistema de julgamento virtual, mas, em 2022, mais de 90% dos casos seguiam sendo julgados virtualmente.

C: O(a) participante percebeu que o Tribunal julgou muito mais em 2021 do que em outros anos, e atribuiu isso ao teletrabalho. *“Nos últimos dois anos, as coisas mudaram muito, acelerou o rendimento do trabalho, o acesso à justiça melhorou, a celeridade está sendo mais eficaz”.* No caso deste(a) participante, todavia, por conta de processos físicos e sessões presenciais, ele não conseguiu ficar no regime de teletrabalho durante os 5 dias da semana.

“Agora, a vítima ou o advogado podem falar com a gente por WhatsApp e o atendimento ao público pode ser via vídeo. Mas eu acredito na necessidade de convivência, não estamos preparados para o teletrabalho total. Um pouco é bom, mas, totalmente, não é possível. Precisamos de convivência”.

5.6 Síntese dos resultados

Na análise das entrevistas, foi possível perceber que há uma grande divergência entre promotores(as) e defensores(as). Em primeiro lugar, chama a atenção a duração das entrevistas. Com os(as) promotores(as), a média de tempo de conversa foi de menos de 30 minutos, enquanto com os(as) defensores(as), entre uma hora e meia e duas horas. Os(as)

primeiros(as) acreditavam que práticas correntes no Judiciário são justas, e entenderam que seus pareceres foram corretos.

Já os(as) defensores(as) se mostraram desacreditados(as) e críticos(as). Para eles(as), os presídios brasileiros são conhecidos pelo seu “estado de coisas inconstitucionais” (ADPF 347), mas, entre os anos de 2020 e 2021, houve ainda mais descumprimentos e desrespeitos para com os direitos dos(as) presos(as). Para eles(as), a pandemia não trouxe mudanças no sistema carcerário e a Recomendação 62/20 não influenciou nas decretações de prisões preventivas. A diferença foi que os(as) promotores(as) chegaram a esta conclusão por acreditarem que já se prendia o mínimo possível de acusados(as), enquanto os(as) defensores(as) concluíram que a pandemia não teve força para mudar a lógica punitivista que entendem estar em vigor.

Em relação aos desembargadores, é importante pontuar, novamente, que só foi possível entrevistar homens, e de apenas uma Câmara Criminal. Houve diversas tentativas de entrevistas com desembargadoras, e em diversificadas Câmaras, considerando, inclusive, que cada grupo é conhecido por ser mais ou menos punitivista. Contudo, não obtive respostas. Deste modo, foram entrevistados apenas desembargadores considerados garantistas, cujas decisões costumam ser mais benéficas para os acusados. Acredito que isso influenciou os resultados desta pesquisa .

Analisando o total de entrevistados, percebi que promotores(as) se encontraram mais otimistas, defensores(as) mais pessimistas, enquanto desembargadores se posicionaram em um meio termo. Os magistrados entrevistados acreditavam na importância do CNJ e afirmaram que a Recomendação 62/2020 foi seguida “dentro do esperado”, mas também criticaram o sistema de justiça.

Todos(as) os(as) entrevistados(as) estavam trabalhando de casa ou em regime híbrido, e mencionaram que dificilmente o trabalho voltaria a ser 100% presencial.

Além disso, percebi que entre eles(as) havia divergências quanto à eficácia das recomendações do CNJ. Contudo, quase todos(as) acreditavam que elas expressavam um viés político.

Por fim, foi possível perceber a importância de estudar “os de cima”, utilizando a pesquisa empírica a fim de tentar entender, dentro dos limites de uma pesquisa de IC, como pensaram e como agiram os(as) profissionais de direito em tempos pandêmicos em relação ao aprisionamento. Como resultado geral, ficou perceptível que cada profissional possuía opiniões próprias sobre o sistema de justiça, inclusive durante a pandemia de Covid-19, embora cada subgrupo de entrevistados(as) também tenha demonstrado algumas linhas comuns de pensamento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chamou a atenção a diferença de perspectivas de cada categoria profissional,

pois elas parecem viver em realidades diferentes. Apenas defensores(as) confirmaram o que eu já havia observado no cotidiano trabalhando com um desembargador, sobre o descumprimento reiterado do direito à saúde de presidiários(as). Estes(as) profissionais não perceberam quase nenhuma mudança durante o estado de calamidade pública e não esperavam que houvesse alguma diminuição nas decretações de prisões preventivas.

Os(as) promotores(as) entrevistados(as) foram enfáticos ao dizer que, antes da pandemia, apenas emitiam pareceres requerendo a decretação de prisões preventivas quando elas eram realmente necessárias, o que acabava ocorrendo em quase todos os casos. Por isso, como os pedidos só ocorriam quando necessário, para eles(as) a Recomendação foi, corretamente, pouco aplicada.

Por outro lado, mesmo com justificativas diferentes – como citado anteriormente – é interessante observar que promotores(as) e defensores(as) consideraram que houve uma inobservância da Recomendação 62/2020 e que quase nada influenciou nas decretações de prisões preventivas.

Já os desembargadores entrevistados afirmaram que, antes da pandemia, já permitiam a liberdade dos(as) presos(as) que cometiam crimes sem violência ou grave ameaça, desde que fossem réus primários. Na visão deles, a Recomendação 62/2020 possibilitou uma flexibilização ainda maior, que fez diferença para o sistema de justiça.

Os(as) entrevistados(as) pareceram personificar suas instituições. Os(as) defensores(as) já se sentiam, enquanto Defensoria Pública, antes da pandemia, imobilizados(as) pelos(as) outros(as) profissionais, e isto se manteve durante o estado de calamidade pública. O MP continuou pedindo a decretação de prisões preventivas de quase todos os réus e os(as) juízes(as), considerados garantistas, declararam acreditar que a prisão deveria ser uma exceção e que a Recomendação 62 do CNJ flexibilizou o sistema de justiça.

Enquanto estagiária de direito, consegui acompanhar o dia a dia de um desembargador, entender um pouco mais como ele pensava, presenciei alguns de seus conflitos, dilemas e até contradições. Entretanto, durante a pesquisa, ocorreram diversas dificuldades quanto a como me aproximar e estudar “os de cima”, primeiramente, ao tentar marcar entrevistas com os(as) profissionais de direito.

Percebi que os(as) defensores(as) se mostraram mais abertos e as entrevistas foram quase desabafos das angústias que sentiam, daí serem longas. Em relação aos desembargadores, consegui, como já mencionado, apenas entrevistar homens considerados “garantistas”, o que limitou a pesquisa e a compreensão sobre como pensam magistrados(as) com perfis mais conservadores. Em relação aos(as) promotores(as), percebi que gostaram de ser ouvidos, mas demonstraram desconfiança em relação a algumas perguntas e estranharam meu interesse em entrevistá-los(as).

Durante as entrevistas, minha impressão foi que as decisões de juízes(as) e pareceres de promotores(as) seguiram uma lógica quase matemática. Em geral,

prevaleceram análises de fatores relativos à primariedade ou reincidência do acusado, à gravidade do crime e à forma como ele foi cometido em detrimento de considerações sobre outras características pessoais e do contexto social, inclusive pertinentes ao quadro pandêmico.

Enfim, como observado por defensores(as) e promotores(as), parece que decretações de prisões preventivas, em SP, de fato, não diminuíram durante a pandemia e que a Recomendação 62 do CNJ não foi, em geral, considerada uma diretriz a ser seguida. Parece ter sido tomada apenas como mera sinalização que poderia ou não ser acatada, apesar de desembargadores terem declarado, enfaticamente, haver sido por ela influenciados.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2001, pp. 95-102.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação N° 62, de 17 de março de 2020a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Detecções/suspeitas de coronavírus nos sistemas prisionais brasileiros. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYThhMjk5YjgtZWQwYS00ODIktG4NDgtZTFhMTgzYmQ2MGVliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

IBCCRIM: A PANDEMIA DA COVID-19 NOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO BRASILEIROS: ENTRE NARRATIVAS, RECOMENDAÇÕES E REALIDADES <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/1016>.

Infovirus: prisão e pandemia): <http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-produtos/infovirus-prisao-e-pandemia/>.

ITTC. Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo. São Paulo: ITTC, 2012. Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/rel_tecer_justic%CC%A7a_net.pdf.

Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é o quántuplo da registrada na população geral: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml?utm_source=whatsapp&origin=folha.

LIMA, Roberto Kant de; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, 2014: <https://www.defensoria.sp.def.br/dresp/Repositorio/23/Documentos/Relatorio%20SCO%20-%20COVID%2019%20maio.pdf>.

NADER, L. (2020). Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. *Antropolítica*, (49).

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa **qualitativa** em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natalia Pires de; MACHADO, Maíra Rocha; WANG, Daniel Wei Liang. COVID-19 nas prisões: um estudo das decisões em habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1472-1485, set. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/82222/78320>.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Antropologia jurídica. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. CAMPILONGO, Celso Fernandes et al (coord.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/42/edicao-1/antropologia-juridica>.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução Vania Romano Pedrosa, Air Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

ANEXO 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

PARA TODOS

1. No seu dia a dia, a pandemia teve ou não grande impacto? (Se sim: Qual/Quais impactos?) Concordou ou não concordou com o isolamento social e a recomendação de evitar aglomerações?
2. O(a) senhor(a) acha ou não que todas as pessoas deveriam ter feito quarentena, independentemente de ser grupo de risco?
3. Tem conhecimento de quantas pessoas morreram de Covid nas prisões, no Brasil? E em São Paulo?
4. O(a) senhor(a) acha que a pandemia teve algum impacto em relação as prisões preventivas?
Se sim: qual? Se não: Por quê?
5. Conhece ou não a recomendação 62 do CNJ? Ela foi considerada em processos em que você foi juiz/defensor/promotor?
6. Se sim, a Recomendação 62/CNJ aparecia frequentemente?
7. Durante meu estudo, li um artigo de Natalia Pires de Vasconcelos, chamado “COVID-19 nas prisões: um estudo das decisões em habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo”. Ela, em conjunto com mais dois autores, analisa que a Recomendação 62/CNJ tem pouco impacto nas decisões que decretaram prisões preventivas no período de meu estudo. Eles observaram que citar a recomendação não levou o TJSP a conceder liberdade antecipada ou prisão domiciliar às pessoas presas, mesmo quando elas afirmavam fazer parte de algum dos grupos de risco ou que seu suposto delito não envolvia violência ou grave ameaça — fatores que deveriam favorecer decisões pelo provimento do habeas corpus, segundo a Recomendação 62. O que o(a) senhor(a) acha disso? Me pareceu que para o

dia a dia fora das prisões o isolamento social e evitar aglomeração eras medidas justificadas, mas nas prisões não, nem quando se tratava, por exemplo, dessas questões citadas pela autora, em que o CNJ recomendou que não se prendesse preventivamente. Gostaria de saber sua opinião.

8. Esperava ou não que a pandemia poderia ser um motivo para ter menos decretações de prisões preventivas? Qual era a expectativa e qual foi a realidade?

9. Gostaria de dizer algo mais?

PARA DEFENSORES

1. O(a) senhor(a) utilizou ou não a pandemia (e a recomendação) na Defesa como argumento para que o paciente não fosse preso preventivamente?

2. Se sim, em quais casos? Poderia me dar exemplos? (Quero saber se foi apenas para casos de grupo de risco).

3. Nos casos em que a pandemia foi citada na Defesa, a decisão chegou a comentar o caso? Se sim, consegue ter uma ideia, mais ou menos, de quantos por cento dos casos em que atuou deixaram de prender (ou prenderam) por conta da Covid-19? Poderia me dar exemplos?

PARA PROMOTORES

1. O(a) senhor(a) utilizou ou não a pandemia (e a recomendação) na Acusação como argumento para que o paciente não fosse preso preventivamente?

2. Se sim, em quais casos? (quero saber se foi apenas para casos de grupo de risco).

3. O(a) senhor(a) usou ou não a calamidade pública como motivo para agravar a pena ou prender preventivamente, por considerar que nesses casos o abalo à ordem pública é maior?

4. Nos casos em que a pandemia foi citada na Acusação, a decisão chegou a comentar o caso? Se sim, consegue ter uma ideia, mais ou menos, de quantos por cento dos casos em que atuou deixaram de prender (ou prenderam) por conta da Covid-19? Poderia me dar exemplos?

PARA JUIZES

1. O(a) senhor(a) utilizou ou não a pandemia (e a recomendação) nas argumentações para prender ou soltar preventivamente os pacientes?

2. Se sim, foram apenas em casos com pacientes considerados grupos de risco, ou foram consideradas também outras circunstâncias, como a gravidade do delito, as aglomerações nas prisões etc.?

3. O(a) senhor(a) usou ou não usou a calamidade pública como motivo para agravar

a pena ou prender preventivamente, por considerar que nesses casos o abalo à ordem pública é maior?

4. O(a) senhor(a) esperava ou não que a pandemia fosse mais ou menos comentada pelos defensores e pela PGJ nos Hcs?

CNJ

1. O(a) senhor(a) já ouviu falar no Conselho Nacional de Justiça/ CNJ? Se sim, o que ouviu falar? O que sabe a respeito desse Conselho?

2. O(a) senhor(a) acha ou não acha que as Recomendações do CNJ costumam ser seguidas? Se não, tem ou não tem alguma opinião sobre por que isso acontece?

3. Há quem diga que aceitar um conselho depende mais do conteúdo do que foi aconselhado do que da autoridade ou órgão que o emitiu. Um conselho deve ser seguido quando o seu destinatário se convence da racionalidade do que é aconselhado. Qual sua opinião sobre esse tema?

4. O(a) senhor(a) se lembra de alguma Recomendação do CNJ? Se sim, qual? Por quê?

ANEXO 2

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM UMA PESQUISA SOBRE AS PRISÕES PREVENTIVAS DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS

Prezado(a),

Sou estudante de Ciências Sociais (USP) e de Direito (PUC). No momento, estou fazendo um trabalho de Iniciação Científica, orientada pela professora Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, do Departamento de Antropologia da USP. Estou estudando o impacto da pandemia causada pela Covid-19 em prisões preventivas ocorridas em São Paulo, durante os anos de 2020 e 2021.

Sua contribuição me será de grande valia e, por isso, gostaria que me concedesse uma entrevista, de aproximadamente 30 minutos, para conversarmos sobre o tema.

A proposta é agendarmos a entrevista para um dia e local que nos forem convenientes, preferencialmente presencial, mas se necessário online. A sua identidade será mantida em sigilo e, de qualquer modo, lhe será entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do qual constarão os dados da pesquisa e as condições de sua colaboração. Esclareço que já fiz e estou fazendo o mesmo com Promotores(as), Defensores(as) e Desembargadores(as) atuantes no sistema criminal do TJSP.

Posso contar com a sua colaboração?

Coloco-me à disposição para lhe fornecer quaisquer outras informações e fico no aguardo de seu contato para, espero, logo agendarmos a entrevista!

Agradeço muitíssimo a sua atenção.

Cordialmente,

Natália Ximenez Campanile – natalia_ximenez@usp.br

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo

Celular/ Whatsapp: (11)94503-5185

São Paulo, 23 de maio de 2022.

ANEXO 3

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM UMA PESQUISA SOBRE AS PRISÕES PREVENTIVAS DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS

Prezado(a),

Sou estudante de Ciências Sociais (USP) e de Direito (PUC). No momento, estou fazendo um trabalho de Iniciação Científica, orientada pela professora Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, do Departamento de Antropologia da USP. Estou estudando o impacto da pandemia causada pela Covid-19 em prisões preventivas ocorridas em São Paulo, durante os anos de 2020 e 2021.

Sua contribuição me será de grande valia e, por isso, gostaria que me concedesse uma entrevista, de aproximadamente 30 minutos, para conversarmos sobre o tema.

A proposta é agendarmos a entrevista para um dia e local que nos forem convenientes, preferencialmente presencial, mas se necessário online. A sua identidade será mantida em sigilo e, de qualquer modo, lhe será entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do qual constarão os dados da pesquisa e as condições de sua colaboração. Esclareço que já fiz e estou fazendo o mesmo com Promotores(as), Defensores(as) e Desembargadores(as) atuantes no sistema criminal do TJSP.

Posso contar com a sua colaboração?

Coloco-me à disposição para lhe fornecer quaisquer outras informações e fico no aguardo de seu contato para, espero, logo agendarmos a entrevista!

Agradeço muitíssimo a sua atenção.

Cordialmente,

Natália Ximenez Campanile – natalia_ximenez@usp.br

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo

Celular/ Whatsapp: (11)94503-5185

São Paulo, 23 de maio de 2022.

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DISCENTE

Data de aceite: 01/02/2023

Patrick Cezar da Silva e Silva

Docente nos municípios de Angra dos Reis / RJ e Mangaratiba / RJ e Discente em Graduação em Matemática – Universidade Federal Fluminense (UFF)

discente e de sua família.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Epistemologia. Antropoceno. Pandemia. COVID-19.

RESUMO: O presente trabalho aborda as concepções do impacto da pandemia nas ações da Educação Ambiental na vida dos alunos. Assim como forma de Educação ambiental, diante de inúmeras práticas de reaproveitar o lixo através da reciclagem, reuso e reutilização, a população pode modificar hábitos atuais em rumo à sustentabilidade, à geração futura e essa só ocorrerá com a conscientização, prática e projetos ambientais começando na própria casa. Com o isolamento social, sendo uma das medidas preventivas contra a COVID-19, em casa, o aluno pode desenvolver inúmeras práticas que favoreçam a preservação do ambiente, no qual vive. Várias mudanças habituais, por meio do desenvolvimento de avanços tecnológicos e das ciências, têm mostrado a necessidade de utilizar instrumentos, recursos e programas que desenvolvam as ações da Educação Ambiental na vida do

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é necessária na formação dos alunos da Educação Básica desde os anos iniciais, na pré-escola. A educação ambiental se faz necessária, pois o ambiente de interação do ser humano com fatores extrínsecos é envolvido por transformações sociais, culturais, econômicas e morais. Nesse período de isolamento, devido a COVID-19, em casa, o aluno pode realizar pequenas ações como a própria redução do desperdício de alimento, de água, de energia e de consumo de material descartáveis, sem pensar no seu retorno ao meio externo de sua casa, as propostas de higienização do corpo e dos alimentos, para evitar a contaminação e sua proliferação, se comunicar com outras pessoas, inclusive com amigos e familiares, por meio de dispositivos, plataformas,

aplicativos e outras ferramentas online pelo computador, smartphone ou notebook com uma consciência ecológica, seja no ato da compra do eletrônico, buscando conhecer a procedência, os materiais utilizados na fabricação, analisando se vai na contramão da obsolescência programada do produto antigo ou se ainda pode ser utilizado pelo próprio dono ou para outra pessoa que gostaria de utilizá-lo. O discente, em seu ambiente domiciliar, tem um amplo campo de pesquisa para propor adequações em seus hábitos, partindo de pequenas mudanças, mas de grande valor ecológico. Este trabalho pretende apresentar a importância de novas ações da Educação Ambiental sobre o ambiente do aluno no período Antropoceno. O objetivo é divulgar as oportunidades de práticas que promovam a Educação Ambiental, inclusive no ambiente familiar do educando.

2 | O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Muito se fala sobre Educação Ambiental, principalmente no período Antropoceno. Segundo Layrargues (2020), a partir da análise do atual cenário político brasileiro, constrói sua argumentação para defender a necessidade de uma educação ambiental indisciplinada. Para o campo da educação ambiental, a proposta de Galieti (2020) aporta uma importante contribuição ao ressaltar a necessidade de fortalecer a luta para que os sujeitos historicamente excluídos e subalternizados (pela colonialidade, pela escravidão, pelo machismo, pela LGTBfobia, pela miséria econômica, pelo racismo ambiental) tenham direito e acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos que fundam a sociedade contemporânea. O trabalho educativo aqui descrito se inspira na Pedagogia de Paulo Freire, cuja estratégia epistemológica principal é a interação dialógica dos sujeitos entre si e com a realidade. Representa uma tentativa de trazer, junto às mudanças, mas as diversas configurações que assume o imaginário dos sujeitos (Tavares et al, 1998). Nos programas sociais e econômicos, muito se discutem os aspectos ambientais e de sustentabilidade, a fim de garantir condições de vida digna as gerações futuras. Mas a prática e a luta por defesa ambiental pertencem a todas as classes, sem distinção de idade, de gênero ou de naturalidade. Atividades que promovam a defesa ambiental, como de compostagem, reciclagem, reuso, reutilização, redução de consumo e de medidas mitigatórias e compensatórias sobre os impactos nocivos ao ambiente são essenciais a todos os povos. Segundo Kadosaki (2020) a modernidade, através da separação entre corpo e mente, mundo e homem, natureza e cultura, continuou sustentando a ilusão da superioridade humana, prolongando um ideal de humanidade que nada mais é do que o reflexo do seu arquétipo fundador, o Homem. Uma das suas consequências mais catastróficas da razão absoluta é o Antropoceno, sendo este também fonte de sua derrocada. O homem é responsável por seus atos, ou a natureza artificial é o resultado das ações humanas. A epistemologia é uma ciência que identifica aspectos dessa relação entre homem e ambiente, aponta métodos e teorias que sustentam os saberes científicos, bem como uma vacina que cure todos

os males, ou, a princípio, a necessidade atual e essencial a esse momento. Chakrabarty (2009) diz que sem tal conhecimento da história profunda da humanidade (história humana localizada na história profunda do mundo) seria difícil alcançar uma compreensão secular de porque as mudanças climáticas constituem uma crise para os seres humanos. Hoje existe uma variedade de conhecimentos variados em diversas áreas, junto com formas e instrumentos tecnológicos modificados que amparam o tal saber da área de estudo. Porreca (2020) afirma que a gravidade da eclosão da pandemia da COVID-19, com os seus devastadores efeitos, estabeleceu um paradoxo. O choque pandêmico, inesperado e violento, paralisou inúmeros setores da sociedade e, conseqüentemente, grande parte das pessoas. Contudo, por motivo de sobrevivência, gerou um movimento de ruptura nas antigas estruturas e dinâmicas pessoais e sociais, convencionalmente institucionalizadas e cristalizadas nos pilares do individualismo e relativismo, urgindo reconstruir diferentes estilos de vida e formas humanas de relacionar. As pessoas buscam compreender, aceitar, adaptar, valorizar e criar novas formas de manter e promover a vida ameaçada. Segundo esse mesmo autor, apesar da resistência de negar, desqualificar e reduzir a gravidade da pandemia, o vírus uniu a população. As redes sociais nunca se tornaram a mesma dos últimos dias. Relatos, experiências, vídeos, conferências e receitas apareceram de inúmeras formas em fóruns, chats e aplicativos virtuais. Cursos em sistema da EAD, modelos semipresenciais e formações continuadas a distância ganharam destaque nesse período, onde muitos indivíduos trabalham em serviços essenciais e, com o tempo escasso, correm para se conectar após o expediente ou àqueles que, presos em casa em quarentena, em sistema home office, acessam as plataformas educativas pelo AVA, Ambiente Virtual de Aprendizagem. Atributos humanos de solidariedade e compaixão ultrapassaram os muros da religião, etnia, idioma, orientação sexual ou camada social (BARROS, 2020). Cabe apresentar que, no campo da educação ambiental, contra a obsolescência programada e a falácia, se faz necessário compreender sobre um falso dilema entre economia e saúde. BORBA (2020) cita que o dilema entre o valor intrínseco de uma vida e o valor das coisas transacionadas no mercado só se apresenta para aqueles que, já de saída, tomam como orientação normativa que tudo está sujeito a precificação, inclusive a vida. Essa espécie de utilitarismo econômico, que opera sobre a premissa da maximização individualista das expectativas, desconhece que a própria economia não funciona num mundo neutro. A economia capitalista é usada para a satisfação dos desejos e necessidades materiais que são exclusivamente humanas. A educação na formação do indivíduo é essencial. E com ela vem os novos ensinamentos. As pessoas devem estar preparadas para conhecerem as propostas das mudanças sociais, que ocorrem constantemente. Com esse novo vírus a gente aprende que é fundamental a valoração das ciências, é indispensável a aplicação dos recursos governamentais na formação dos cientistas e é de suma importância o apoio da sociedade nas ações que promovam a essência da Educação Ambiental.

3 | CONCLUSÃO

Com a pandemia, a sociedade aprende que, mesmo as pessoas distantes um dos outros ou utilizando máscaras para evitar a propagação e a contaminação do vírus, deve existir a preocupação com a sustentabilidade, a partir das ações que promovam a Educação Ambiental no aspecto epistemológico, nas vivências e nas experiências vividas a partir de atividades com instrumentos e recursos tecnológicos que se utiliza. A COVID-19, hoje, contribui para a valoração das ciências e para o investimento aos fins científicos, apesar de grandes perdas de pessoas na convivência diária nas instituições de ensino, na família, no trabalho e na comunidade local. Pensar nas gerações futuras depende das práticas dos educandos atuais e, conseqüentemente, de seus sucessores.

REFERÊNCIAS

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X), pp. XX-XX, mês. 2020.

GALIETA, Tatiana. A Noção de Desenvolvimento como Eixo Estruturante para a Reflexão Sobre Temáticas Socioambientais: Contribuições de Três Campos de Conhecimento. Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X), pp. XX-XX, mês. 2020.

SÁNCHEZ, C. PELACANI, B. ACCIOLY, I. Educação Ambiental: Insurgências, Re-existências e Esperanças. Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X), pp. I-XX, Junho. 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Trad. D. Bottman, F. Ligocky, D. Ambrosini, P. Novaes e C. Rodrigues. Critical Inquiry, n. 35, 2009.

KADOSAKI, T. Y. Reanimar o corpo para vivificar o mundo: Schopenhauer como ponto de inflexão da modernidade. Cadernospetfilosofia, v. 18, n. 1, Maio. 2020.

PORRECA, W. Espiritualidade / Religiosidade: Possíveis companhias nos desafios pandêmicos – COVID-19. Caderno de Administração. Maringá, v. 28, ed. esp. Junho. 2020.

BARROS, F. B. Sobre dor, sofrimento e esperança: o novo coronavírus e a condição humana no antropoceno. Ethnoscintia, v. 5, n.1, 2020. Disponível em: <http://www.ethnoscintia.com/index.php/revista/article/viewFile/290/113>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BORBA, E. Contaminação do mundo da vida: que filosofia surge de um espirro? Voluntas: Revista Internacional de Filosofia. Santa Maria, v.11, e.37, p.1-11, Julho.2020.

TAVARES, M. G. de O. et al. Educação Ambiental, estudo e intervenção do meio. OEI-Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653).

CAPÍTULO 6

INCUBADORA DE EMPRESAS NO IF GOIANO CAMPUS RIO VERDE: EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO

Data de aceite: 01/02/2023

Silvia Ferreira Marques Salustiano

Professora/Coordenadora, Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Lavínnia Barros Ribeiro

Mestranda em Engenharia Aplicada e Sustentabilidade e Bolsista FAPEG (Incubadora IF For Business), Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Frankcione Borges de Almeida

Professora/ Doutora em Ciências Ambientais, Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Evaristo Fernandes Lima

Consultor na EFL Mais FBL Consultoria Empresarial Ltda

Graduadas e 5) Gerenciamento Básico. Como principais resultados, destacam-se os quatro (4) empreendimentos pré-incubados e cinco (5) incubados. Além de diversas parcerias firmadas tanto para recebimento de apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), quanto para formação de pessoas, com apoio do SEBRAE, ANPROTEC e SEDI. Quanto às perspectivas, o que se pretende é melhorar os serviços prestados aos empreendimentos incubados, aumentar o número de empreendimentos atendidos e receber a certificação CERNE1 em 2023.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo cerne; empreendedorismo; inovação; empresas nascentes.

RESUMO: O objetivo deste relato de experiência é demonstrar a importância da certificação para a incubadora *IF For Business*. Especificamente apresentar o seu nível de maturidade, esclarecer o método de certificação do CERNE1 a partir da ferramenta de gestão PDCA, para implantar os cinco processos-chaves: 1) Sensibilização e Prospecção; 2) Seleção; 3) Desenvolvimento do Empreendimento; 4) Graduação e Relacionamento com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE) é uma metodologia padronizada de gestão de atuação das incubadoras para desenvolver empreendimentos incubados em negócios bem sucedidos. O CERNE foi desenvolvido e patenteado pela ANPROTEC. O processo de certificação foi formalizado em

2015 pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O referido modelo foi criado com base em experiências bem-sucedidas nacional e internacionalmente e alinhado com as melhores práticas e tendências da fronteira da incubação (ANPROTEC, 2022).

A certificação CERNE garante para as incubadoras algumas vantagens, especialmente com relação à gestão, suas estratégias e seus processos. O que implica em aumento da transparência e da quantidade de empreendimentos atendidos, melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados, maior visibilidade e menor variabilidade na gestão dos processos. As incubadoras certificadas apresentam gestão mais eficiente, pois monitoram o processo de evolução de suas empresas incubadas com mais efetividade. Quanto aos empreendimentos incubados nessas incubadoras, as principais vantagens identificadas foram uma maior maturidade como negócio, maior acesso ao recebimento de recursos financeiros para inovação, além de serem mais procurados por investidores (ANPROTEC et al., 2021).

O objetivo do presente relato de experiência é demonstrar a importância da certificação para a incubadora *IF For Business*. Especificamente apresentar o nível de maturidade da Incubadora de Empresas do IF Goiano, Campus Rio Verde, esclarecer o processo de certificação do CERNE1 e demonstrar a estratégia de implantação dos cinco processos-chaves: 1) Sensibilização e Prospecção; 2) Seleção; 3) Desenvolvimento do Empreendimento; 4) Graduação e Relacionamento com Graduadas e 5) Gerenciamento Básico.

DESENVOLVIMENTO

A Incubadora de Empresas do IF Goiano, Campus Rio Verde (*IF For Business*), foi implantada no final do ano de 2020, caracterizada como uma incubadora de empresas mista vem contribuindo para o desenvolvimento de negócios regionais, oriundos do corpo interno (docente e discente) do Campus Rio Verde, muito embora esteja respaldada para amparar projetos de toda a comunidade, seja ela interna ou externa.

Atualmente a *IF For Business* está envidando esforços no processo de implantação do Modelo Cerne I, uma vez que a certificação traz vários benefícios para a própria incubadora e para as empresas apoiadas, tais como a redução da variabilidade, a ampliação da quantidade e da qualidade dos empreendimentos, a melhoria na transparência e na padronização dos processos e a ampliação da taxa de sucesso dos empreendimentos (CERNE, 2018).

O planejamento da implantação do CERNE acontece com o início de um ciclo conhecido como “Ciclo PDCA”, muito utilizado na implantação de Sistemas da Qualidade (MARIANI, 2007). Assim, após o planejamento (“Plan” em inglês), passa-se para a fase

de desenvolvimento (“Do” em inglês), ou seja, a implantação da prática; o próximo passo é controlar (“Check” em inglês) se a implantação atingiu os objetivos estabelecidos; fechando o ciclo, tem-se o aprimoramento (“Action” em inglês) da prática, que irá alterar o planejamento inicial, começando um novo ciclo, conforme demonstrado na Figura 1.

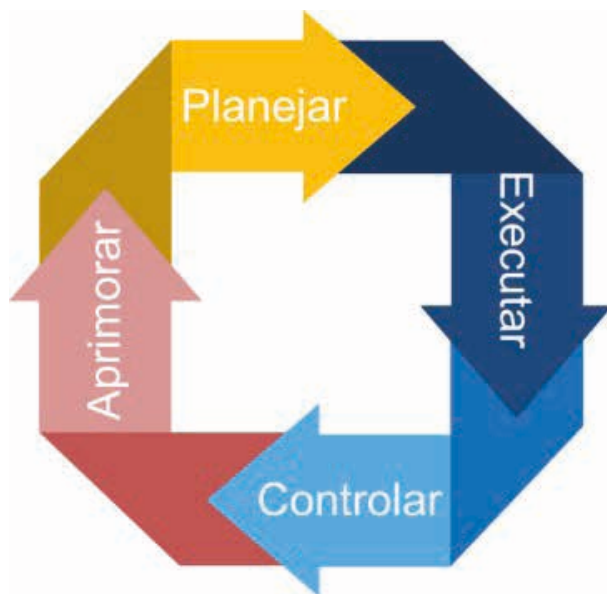


Figura 1. Ciclo de Implantação das Práticas-Chave do Modelo Cerne

Fonte: Manual de Implantação CERNE (2018, p.8)

Seguindo os princípios norteadores do Manual de Implantação do Cerne para credenciamento nível 1 (Cerne, 2018), os seguintes processos-chave estão sendo adotados pela incubadora:

1 - Sensibilização e Prospecção: visando qualificar os potenciais empreendedores para adequada concepção do negócio, a *IF For Business* realiza palestras, oficinas, workshops, etc. com propósito sensibilizar a comunidade para empreender e iniciar o próprio negócio, além de favorecer a prospecção de empreendimentos com alto potencial de impacto e crescimento para o desenvolvimento da região.

2 - Seleção: a *IF For Business* já lançou 03(três) editais para o recebimento de propostas de empreendimentos para pré-incubação e incubação e, atualmente, possui quatro (4) empreendimentos pré- incubados e cinco (5) empreendimentos incubados. Após a escolha dos empreendimentos, a incubadora formaliza o contrato de parceria.

3 - Desenvolvimento do empreendimento: para cada empreendimento é elaborado um plano de desenvolvimento exclusivo. Neste planejamento, são considerados 5(cinco) eixos: empreendedor, tecnologia, mercado, capital e gestão. A incubadora

considera esses eixos para ofertar serviços e agregar valor ao negócio e no decorrer das atividades os empreendimentos pré-incubados e incubados são constantemente monitorados para definir o melhor momento da graduação.

4 - Graduação e relacionamento com graduados: a *IF For Business* dará suporte para que o empreendimento incubado realize uma transição natural na “mudança de *status*”, ou seja, de incubada para graduada. Serão realizados acompanhamentos da evolução da incubada no novo espaço físico. A implantação da *IF For Business* é recente, por isso ainda não ocorreu a graduação de empresas atualmente incubadas.

5 - Gerenciamento básico: em termos organizacionais, já existe uma equipe, com competências adequadas à operacionalização e dedicação suficiente para apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos pré-incubados e incubados. A Figura 2 apresenta os cinco Processos-chave do CERNE1.



Figura 2. CERNE 1 – Processos-Chave

Fonte: Manual de Implantação CERNE (2018, p.10)

Por fim, destaca-se que o processo de ensino-aprendizagem será ferramenta de uso contínuo para o desenvolvimento de empreendimentos de sucesso. Para tanto, os membros diretivos da incubadora estarão em constante aperfeiçoamento em cursos, palestras e eventos realizados por entidades respeitadas (ex.: Anprotec; SEBRAE; Enap, etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principais resultados da Incubadora *IF For Business*, destacam-se os quatro (4) empreendimentos pré-incubados e cinco (5) incubados. Além de diversas parcerias firmadas tanto para recebimento de apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), quanto para formação de pessoas, tais como SEBRAE, ANPROTEC e Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI). Quanto às perspectivas, o que se pretende é melhorar os serviços prestados aos empreendimentos incubados, aumentar o número de empreendimentos atendidos e receber a certificação CERNE1.

AGRADECIMENTOS

IF Goiano – Campus Rio Verde, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI).

FINANCIADORES

IF Goiano – Campus Rio Verde e FAPEG. Esse projeto conta com uma bolsista para auxílio na gestão da Incubadora de Empresas *IF For Business*.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, **O Modelo CERNE na Gestão de Incubadoras**, 2022. Disponível em < <https://anprotec.org.br/site/pesquisa-cerne/> > Acesso em: 18 out. 2022.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; FIA - Fundação Instituto de Administração. **Impactos do Modelo cerne**, 2021. Disponível em < https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/Revista-Cerne-mar2621_v9-final.pdf > Acesso em: 18 out. 2022.

CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos). **Manual de implantação**. Brasília/DF: Anprotec, 2018. 120p.

MARIANI, C. A. (2007). Método PDCA e ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos industriais: um estudo de caso. *INMR - Innovation & Management Review*, 2(2), 110-126. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79051> > Acesso em: 19 out.2022

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ESTUDO EM UM DOS MAIORES POLOS TÊXTEIS DO PAÍS

Data de submissão: 08/12/2022

Data de aceite: 01/02/2023

Bárbara Silvana Sabino

Professora Mestra em Administração no
Câmpus Gaspar do IFSC
<http://lattes.cnpq.br/5435736758557028>

associadas a mais um tipo, não se associam à inovação de processo produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas Empresas. Aglomerados. Vestuário. Inovação. Inovação tecnológica.

RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados de um estudo sobre as inovações tecnológicas implementadas por MPEs da indústria têxtil do vestuário aglomeradas territorialmente. Além de identificar as inovações, ele tem como objetivo analisar os níveis de profundidade, bem como seus impactos. Assim, fundamentou-se com redes, inovações e informações do setor. A pesquisa foi aplicada em Brusque/SC, um dos maiores polos têxteis do país. O método foi quantitativo com cunho descritivo, contou com uma base de dados existente. A amostra foi composta por oitenta e cinco MPEs afiliadas à uma associação local e formada por conveniência. A análise dos dados apontou que as inovações tecnológicas dizem respeito às máquinas e equipamentos e as áreas técnicas são as que apresentaram números superiores de inovações. Chama a atenção o fato de que somente 11% das empresas implementaram apenas inovações tecnológicas; quando

TECNOLOGIC INNOVATION: STUDY IN ONE OF THE LARGEST TEXTILE CENTERS IN THE COUNTRY

ABSTRACT: This article presents the results of a study on technological innovations integrated by territorially clustered MSEs in the textile and clothing industry. In addition to identifying innovations, it aims to analyze the levels of depth, as well as their influences. Thus, it was grounded with networks, innovations and industry information. The research was applied in Brusque/SC, one of the largest textile centers in the country. The method was quantitative with a descriptive nature, relying on an existing database. The sample consisted of eighty-five MSEs affiliated with a local association and formed by visitors. Data analysis showed that technological innovations concern machines and equipment and technical areas are those that presented higher numbers of innovations. It is noteworthy the fact that only 11% of companies implemented only

technological innovations; when associated with one more type, it is not associated with innovation in the production process.

KEYWORDS: Micro and Small Companies. Agglomerates. Clothing. Innovation. Tecnologic innovation.

1 | INTRODUÇÃO

Coutinho; Ferraz(1994) acreditam que o sucesso competitivo passa a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das firmas, em um processo contínuo de inovação, no qual cada organização se esforça por obter peculiaridades que a distingam favoravelmente das demais. Corroborando Romano et al. (2000) afirmam que as empresas que desejam obter vantagens competitivas devem estar preparadas para agir a todo o momento, de forma permanente, antecipando e formulando os problemas e riscos futuros. Para os autores, a inovação só ocorre com o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos tecnológicos que viabilizam a criação de novos produtos, processos ou serviços. Sherwood; Covin (2008) discorrem deles, pois, para estes, o conhecimento tecnológico de uma organização surge a partir das inovações em processos e em produtos.

Isso parece indicar que um dos desafios das empresas está relacionado à busca de inovação. A limitação dos recursos de que as empresas dispõem, especialmente no Brasil, faz com que esse desafio se torne difícil de ser vencido pelas MPEs. Mañas (2001) destaca que o acesso às novas tecnologias representam custo elevado para estas empresas.

Apesar desse quadro, a inovação vem sendo relacionada à existência de aglomerados há algum tempo. Isso por que as aglomerações facilitam a aprendizagem e disseminação de informação, permitindo que ideias se transformem em ações rapidamente. Ainda segundo Powell (1990), oferecem como características a utilização de ativos como conhecimento tácito e inovação tecnológica. Já para Bernardo; Silva; Sato (1999), as aglomerações melhoram a capacidade de inovação, além da produtividade. As relações de uma empresa com outras entidades dentro das aglomerações ajudam-na a acessar mais cedo as novas tecnologias desenvolvidas, maquinários e componentes, conceitos de mercado e assim por diante. Para eles, a inovação é o resultado do processo de interação entre clientes, fornecedores e centros de conhecimento, como as universidades apontadas por Sherwood; Covin (2008).

Para estes dois últimos autores, as firmas que procuram adquirir conhecimento tecnológico por meio de alianças com universidades conseguem alcançá-las com sucesso. Entretanto, eles advertem que estas devem fazer investimentos significativos de tempo e de energia projetados para assegurar-lhes o conhecimento desejado.

Neste contexto, os resultados parciais de uma pesquisa realizada a partir de uma base de dados existente relacionada à indústria do vestuário de Santa Catarina são apresentados nesse artigo. Além de identificar as inovações tecnológicas implementadas

pelas empresas em estudo, ele tem como objetivo analisar os níveis de profundidade das mesmas, bem como seus impactos nas organizações. Para tal, este artigo subdividiu-se em seis capítulos que são: (1) introdução; (2) as micro e pequenas empresas brasileiras do setor têxtil e o panorama mundial dessa indústria por meio de o estudo da indústria têxtil do vestuário, redes de empresas e inovações; (3) metodologia da pesquisa; (4) análise dos resultados; (5) considerações finais e (6) as referências.

2 | AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR TÊXTEL E O PANORAMA MUNDIAL DESSA INDÚSTRIA

No Brasil, quanto ao porte, as empresas podem ser classificadas como Micro Empresa (ME), Pequena (EPP), Média (MDE) ou Grande (GE). O enquadramento é feito, seguindo orientação do Governo Federal (Lei n. 9.317), por intermédio da análise do faturamento anual. Já, as entidades de classe costumam se basear no número de postos de trabalho, como pode ser mais bem visualizado no Quadro 1.

| Porte | Comércio e Serviços | Indústria |
|-------|----------------------------|----------------------------|
| ME | até 9 empregados | até 19 empregados |
| EPP | de 10 a 49 empregados | de 20 a 99 empregados |
| MDE | de 50 a 99 empregados | de 100 a 499 empregados |
| GE | com 100 ou mais empregados | com 500 ou mais empregados |

Quadro 1 – Porte das empresas no Brasil - segundo o Sebrae

Fonte: elaboração própria.

As micro e pequenas empresas passaram a ser estudadas e analisadas com significativo interesse já a partir da década de 70 do século passado. As micro empresas são o resultado de uma política de desburocratização, iniciada em 1979 pelo governo brasileiro, para que esses empreendimentos pudessem sair da informalidade e se fortalecer com maior rapidez.

Novas oportunidades surgiram com a abertura do mercado, a partir da década de 90 quando grandes empresas estrangeiras se instalaram no Brasil e passaram a terceirizar parte da sua produção com outros pequenos empreendimentos especializados. Essas alianças impulsionaram expressivamente a explosão desses organismos menores pelo país.

Estudos realizados pelo Sebrae(2010a), entre os anos de 2000 e 2002, demonstram que a vida das micro e pequenas empresas brasileiras era curta. A metade delas deixava de existir antes de completar dois anos de existência. E foram apontadas por seus empreendedores como as principais razões desses resultados desastrosos: (1) a FALTA DE CAPITAL DE GIRO foi descrita por 24,1% deles como sendo o principal problema;

(2) 16% creditaram aos IMPOSTOS ELEVADOS; (3) outros 8% indicaram a FALTA DE CLIENTES; (4) e por fim, os últimos 7% dos entrevistados justificaram o seu insucesso devido a expressiva CONCORRÊNCIA.

Já outro quadro mais favorável, se configurou nas pesquisas realizadas com base em dados a partir de 2003. O órgão divulgou, em agosto 2008, resultados mais positivos. Estes apontam que 78% dos pequenos empreendimentos que surgiram de 2003 a 2005 continuam no mercado. E que em 2005, o país contava com 5 milhões de micro e pequenas empresas, que corresponderam a 99,2% de todas as empresas brasileiras. Estas empregaram 60% das pessoas economicamente ativas do país. Apesar disso, responderam por apenas 20% do Produto Interno Bruto - PIB.

Neste panorama, o Brasil apresentou-se de 2002 a 2004 como um dos cinco maiores produtores têxteis no *ranking* mundial e, em média, o 40º exportador (ABRAVEST, 2012). Neste período, as empresas têxteis eram em número de 17.766 (Norte – 421; Nordeste – 2.607; Sul - 4.208; Sudeste - 9.667; Centro Oeste – 863) que empregaram 1.134.814 pessoas (93% mulheres e 7% homens) e produziram em média 9.459.368 mil peças/ano (Norte – 426.772; Nordeste – 1.131.677; Sul - 2.523.589; Sudeste - 4.975.829; Centro Oeste - 401.501). As micro e pequenas empresas corresponderam segundo a Abravest (2012), a 70% dessas e foram responsáveis por 11,1% das peças produzidas. Já as médias a 27% do setor (47,8% das peças). Enquanto as grandes empresas apenas a 3% dele, mas produziram 41% do total das peças. Cabe registrar que hoje, o país ocupa a sexta posição no *ranking* de produtores. E no primeiro semestre de 2010, em termos de exportações, Santa Catarina (US\$ 90,024 milhões) ocupou o quarto lugar, perdeu apenas para São Paulo (US\$ 240,6 milhões), Bahia (US\$ 102,8 milhões) e Mato Grosso (US\$ 92,8 milhões). (ABIT, 2012).

Um estudo do Sebrae (2010b) levantou que o Estado catarinense em 2008 possuía 14.016 empresas do setor, sendo 18,9% têxteis que absorveram 37,7% toda a força de trabalho empregada e outras 81,1% eram ligadas ao ramo de confecção, gerando 62,3% dos empregos oferecidos. Quanto ao porte, 90,63% delas são micro empresas e outros 7,76% de pequeno porte. Com isso, percebe-se que a exemplo de outros, o setor têxtil é um expressivo alavancador das micro e pequenas empresas no país e em Santa Catarina. Neste Estado, a região do Vale do Itajaí constitui o segundo maior polo têxtil do país. Só em Brusque, a Associação das Micro e Pequenas Empresas - Ampebr conta com, aproximadamente, 200 afiliadas e pesquisas apontam mais de 300 outros pequenos empreendimentos informais. Neste segmento, segundo o Guia da Indústria SC (2009), Brusque e Blumenau formam um dos maiores polos têxteis do país e contribuem significativamente para que Santa Catarina seja considerado: o maior exportador de camisetas de malha e de tecidos atoalhados do mundo; o maior produtor mundial de artigos de cama, mesa e banho; o segundo maior polo têxtil de confecções de malha mundial. Competido assim, diretamente com os Tigres Asiáticos, em vários casos, atrás apenas da China. Além disso, possui a segunda maior

fábrica de camisetas do mundo e também é o maior produtor de linhas de crochê e fitas elásticas da América Latina. Em termos numéricos, o setor têxtil catarinense abarca 7.266 indústrias que empregam 139,7 mil trabalhadores que representam 15,2% da produção industrial do Estado, concentrando-se 71,08% das indústrias têxteis e 52,52% das de confecções no Vale do Itajaí. Pesquisa recente apresentada pela Abit (2012) apresenta a cidade de Brusque como o principal polo têxtil catarinense. Já em termos da produção têxtil nacional, Ogeda (2012) traz os resultados percentuais comparados ao ano anterior dos últimos quatro anos em que se tem: (1) -1,9% em 2008; (2) -6,4% em 2009; (3) 4,10% em 2010; (4) -14,9% em 2011.

Em termos mundiais, Fachini (et al, 2007) descrevem que o crescimento econômico acelerado da China e de Índia durante a década de 90 do século passado tem fomentado em toda a América Latina discussões da política de importações. O sucesso dessas duas economias asiáticas é acompanhado com admiração e expressivos interesses sobre os efeitos que a integração comercial crescente entre eles tem no setor industrial do continente latino. Já, Mclaughlin (2008) aponta que outro quadro está se configurando. A China, ainda é um dos maiores produtores têxteis e de confecções do vestuário, mas tem perdido, gradativamente, posições no *ranking* mundial de produtores e de exportadores. Um agravante é o fato de não apresentar produtos de qualidade superior. Mesmo assim, a autora ressalta que é preciso reconhecer que esta indústria impulsionou a economia chinesa. Segundo ela, o modo inicial simples de fabricar estruturou situações de inovação tecnológica na China, amadureceu sua economia e está fazendo o país passar por expressivo desenvolvimento econômico. Fatos que estão refletindo em aumento de salários, leis de trabalho reguladoras e severas, inflação doméstica ascendente, por exemplo. Com isso, o país tem perdido lentamente, sua vantagem competitiva por meio de custos inferiores. Isso tem aberto espaço para países como Vietnã, Índia e da Europa Oriental emergir como competidores fortes à produção chinesa.

Reflexo já sentido pelo país em 2007. As empresas norte americanas, importadoras de produtos têxteis, diversificaram suas estratégias de compra, fazendo com que as importações feitas do Vietnã aumentassem 31,3 por cento, sendo 1,5 bilhões de PME e 2,5 por cento da Índia, sendo 2,7 bilhões provenientes de PME. As importações da Indonésia ganharam 1,6 por cento advindas de 1,62 bilhões de PME e 4 por cento de Bangladeche, com 1,55 bilhões de PME. Mesmo assim, os Estados Unidos, ainda, foram responsáveis por 40,2% das exportações têxteis chinesas, em 2007 (MCLAUGHLIN, 2008). Neste contexto, percebe-se que mesmo quadro vem se configurando no Brasil, pois Ogeda(2012) indica que no primeiro bimestre de 2012, a importações têxteis (859 milhões de US\$) no país foram provenientes de: (1º) China; 652 milhões de US\$; 76%; (2º) Índia; 84 milhões de US\$; 10%; (3º) Indonésia; 59 milhões de US\$; 7%; (4º) Coreia do Sul; 33 milhões de US\$; 4%; (5º) Taiwan; 31 milhões de US\$; 4%.

Apesar disso, Ogeda (2012, p.12) alerta que “A compra de peças do vestuário e de

confeções no exterior aumenta 72% neste ano e reduz espaço de produtos nacionais.”. Segundo ela, nos últimos cinco anos a importação neste setor quase triplicou (mil toneladas: 40,1 t em 2007; 45,1 t em 2008; 49 t em 2009; 68,2 t em 2009; 96,4 t em 2009). E que o estado de Santa Catarina, como um dos maiores polos têxteis do país, é um dos estados brasileiros mais prejudicados com as importações neste setor; sendo que via o estado catarinense, 68 mil toneladas foram importadas no primeiro trimestre de 2012; São Paulo é o segundo colocado com 35,9 mil toneladas. As peças importadas já representaram quase 10% de tudo que foi consumido no país em 2011 e a projeção para 2012 é chegar a 12,5%.

2.1 A Indústria Têxtil do Vestuário

A cadeia produtiva têxtil (Figura 1) pode ser subdividida com base na Abravet (2010), entre os segmentos: (1) dos Fornecedores - que fornecem máquinas, equipamentos, insumos químicos, fibras e filamentos; (2) Produtores de Manufaturados têxteis (fios, tecidos e malhas) – esta categoria abarca as áreas de fiação, tecelagem, malharia e beneficiamento; e (3) Confeccionados têxteis (bens acabados) – formado pelas confeções de vestuário, meias e acessórios e pela linha lar e técnicos.

Porém, este trabalho se concentra no terceiro segmento, o de confeccionados têxteis (Figura 1). Este tem como característica estrutural básica, em nível mundial, a infinita heterogeneidade das unidades produtivas em termos de tamanho, escala de produção e padrão tecnológico. Fatores estes que influenciam, decisivamente, os níveis de preços, dualidade, produtividade e a inserção competitiva das empresas nos diversos mercados consumidores (ABRAVEST, 2012).

Já o ciclo de produção da indústria do vestuário é composto de diferentes etapas: (1) *design* – a estilista desenvolve os desenhos de tendência, ilustração e/ou técnico, manualmente ou em ferramentas de desenho computadorizado como o Corel Draw¹; ou Sistemas CAD/CAM; (2) modelagem – pode ser desenvolvida com o uso da *moulage* (direto no manequim de alfaiate; método característico da alta-costura²) ou da modelagem plana (desenvolvida no papel ou por computador, com Sistemas de CAD/CAM – Desenho Auxiliado por Computado e Manufatura Assistida por Computador); (3) gradação (ou gradeamento) - a modelista desenvolve os moldes dos demais tamanhos (P, M, G, GG, EG) a partir do molde base; (4) elaboração do encaixe, risco, corte do molde (manual ou computadorizado), (5) o corte da peça (ou talhação; manual ou automatizado); (6) costura, (7) acabamentos e lavagens (CANTO, 2001; TREPTOW, 2003; ABRAVEST, 2012).

1 Corel Draw - programa desenvolvido pela canadense Corel Corporation. O Corel Draw é um programa para edição de desenhos que trabalha com imagens vetoriais. Estas imagens são desenhos definidos matematicamente interligados por vários pontos unidos por linhas (MINK; MAZZETTI, 2000, p. 88).

2 Alta-costura, do francês *haute couture*, artesanato de luxo que produz modelos exclusivos sob encomenda (RECH, 2001, p. 20)

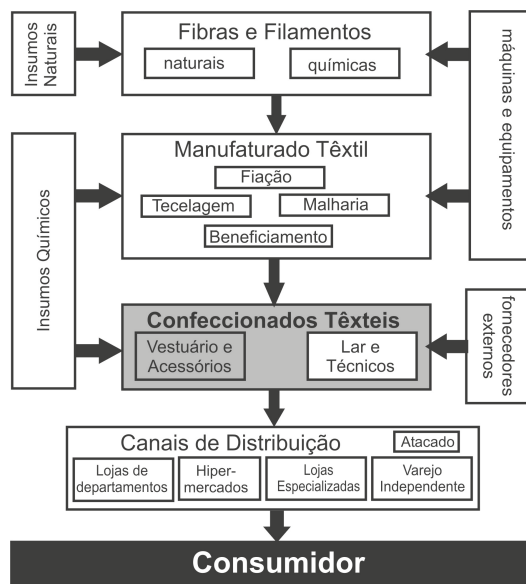


Figura 1 – Cadeia Produtiva Têxtil
 Fonte: adaptado de Abravest (2012).

A informatização dos processos da área do vestuário não é vista como uma questão de modernização (CADDESIGN, 2000; DIÁRIO CATARINENSE, 2003), mas como diferencial competitivo. Facilita o trabalho agilizando as atividades, gera redução de custos e obviamente melhora a produtividade. Os sistemas CAD/CAM para a área, são programas de computador (*softwares*) que atendem as necessidades de profissionais liberais (*freelancers*), confecções/têxteis de pequeno porte às grandes empresas.

Já, na linha de sistemas de Computador para Integração de Manufatura – CIM, Mak; Peng (2008) dedicam seu trabalho ao estudo de técnicas avançadas no processamento de imagens para resolver o problema da detecção automática de defeitos em tecidos. O desempenho do esquema proposto para a detecção do defeito é avaliado *off-line*, utilizando um conjunto de imagens de tecido captadas a partir de uma base de dados constituída por uma variedade de imagens de tecidos homogêneos.

É consenso segundo Jim Rictimond (apud LOFTON, 2008), que existem diversos *softwares* disponíveis, projetados para indústria ou empresas específicas, independentemente do tamanho comercial. Segundo ele, a utilização destes produtos e tecnologias pode fazer com que o negócio tome uma dimensão superior ao que seu número de colaboradores comporta. Corroborando, John Brandon (apud LOFTON, 2008) do Mississippi Desenvolvimento Autônomo – MDA, Divisão de Negócios e Indústria, acredita que com a tecnologia de hoje, as pequenas empresas têm inúmeras opções à sua disposição e podem estar preparadas de maneira eficaz, para enfrentar sua concorrência.

Já Junior do *College Small Business Development Center* (apud LOFTON, 2008),

em Ellisville, reconhece que a Internet facilita também, o desempenho de várias atividades das PMEs. Entre elas o ato de comunicar, compartilhar informações e até mesmo vender. Na sua visão, a tecnologia tem facilitado a competição para as pequenas empresas. num ambiente global.

Percebe-se, com base nas constatações destes autores que atualmente, a maioria dos processos do ciclo produtivo da indústria do vestuário pode ser amparada por tecnologias computacionais. Assim por meio da tecnologia, as pequenas empresas podem operar com a eficiência e o profissionalismo das grandes, e galgar os mesmos caminhos.

2.2 Redes de Empresas

Apesar da atualidade temática, os estudos precursores sobre redes interorganizacionais vêm da Europa, principalmente na Itália. A partir dos anos setenta, aglomerados de empresas menores começaram a ser estudadas. Tais centros, de um único produto, despertaram a atenção de pesquisadores pela alta eficiência decorrente de uma flexibilidade especializada.

Autores como Becattini (1979), Brusco (1982), e Utili *et al.* (1983) passaram a investigar a existência de aglomerados territoriais de um reduzido número de indústrias correlacionadas. Os quais eram formados por pequenas empresas especializadas, que por meio de sua interação atingiam elevados níveis de eficiência produtiva.

Os aglomerados que ali se desenvolveram são exemplos de reação e adaptação às tendências de globalização e à reestruturações geradas pelos novos paradigmas tecnológicos. Concentrados nas regiões norte e nordeste da Itália, principalmente na Emilia-Romagna, Veneto, Toscana e Piemonte. Essas cidades desenvolveram sistemas produtivos eficientes, principalmente embora não exclusivamente, à base das pequenas e médias empresas. Elas se localizam na Terceira Itália, ou Terza Italia, como é chamada a região pelos italianos (PYKE *et al.*, 1990; SERGENBERGER; PYKE, 1992; LOCKE, 1995).

Esse tipo de formação de empresas vem ganhando relevância não só para as economias de vários países industrializados, tais como Itália, Japão e Alemanha, mas também para os chamados países emergentes ou de economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (AMATO NETO, 1999). Com base na bibliografia estudada, percebe-se a existência de diversos modelos com arranjos diferenciados de atividades econômicas por meio da coordenação e/ou cooperação interfirmas.

Esses novos modelos de relações interorganizacionais têm sido expressivamente explorados na literatura das organizações nos últimos 30 anos, inclusive em âmbito nacional. Porém, a diversidade de denominações evidencia que a literatura sobre o estabelecimento e funcionamento de redes não se dá de forma homogênea. Em vários casos, refere-se à aplicação de determinadas dinâmicas setoriais ou industriais específicas, analisando relacionamentos de natureza distinta como redes organizadas em torno de fluxos comerciais, fluxos de informação, de conhecimento ou de tecnologia, por exemplo.

2.3 Inovação

O tema inovação conota diversas visões e conceitos na área organizacional. Apesar de os autores a definirem sob pontos de vistas diferentes, parece consenso sua relação direta com o surgimento de novos produtos e processos. Para Schumpeter (1982), a inovação é um conjunto de funções evolutivas que alteram os métodos de produção, criando diversas formas de organização do trabalho e, ao se produzir mercadorias que não existiam, possibilita a abertura de outros mercados mediante a criação de diferentes usos e consumos. Seguindo esse raciocínio, as inovações caracterizam-se pela introdução de novas combinações produtivas ou mudanças nas funções de produção. Nessa mesma linha, Porter (1989) considera que o modo de operação das empresas exitosas é praticamente o mesmo, sendo que a vantagem competitiva é atingida com iniciativas inovadoras (ver Figura 2), tais como novos processos de produção, novos desenhos de produtos, novas abordagens de marketing ou novas técnicas de gestão de pessoas.

O surgimento da inovação decorre de um processo de interação entre diversos parceiros heterogêneos, como pesquisadores, técnicos, usuários, laboratórios, capitalistas etc, que formam uma rede com esse propósito. Aqueles autores acreditam que inovações de produtos, processos, organizacionais etc são o resultado da criação e da combinação de inúmeros conhecimentos, incorporados em pessoas ou presentes em livros, descobertas científicas, opiniões de usuários, etc. (HASEGAWA; FURTADO, 2001).

Talvez seja por isso que Mattos e Guimarães (2005) visualizem duas fases bem distintas para a inovação, uma voltada para a área de pesquisa - da ciência, laboratórios - e outra com face capitalista - comercialização, marketing. Estas fases são: (1) a invenção ou geração de ideias e a (2) conversão da ideia em negócio, ou seja, inovação = invenção + comercialização.

A análise dos trabalhos de diversos autores retrata que a inovação pode ser de Processo, Produto, Tecnologia ou de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. Esses tipos são dinâmicos, ou seja, uma inovação pode abarcar dois ou mais tipos de inovações, como se pode constatar na Figura 2.

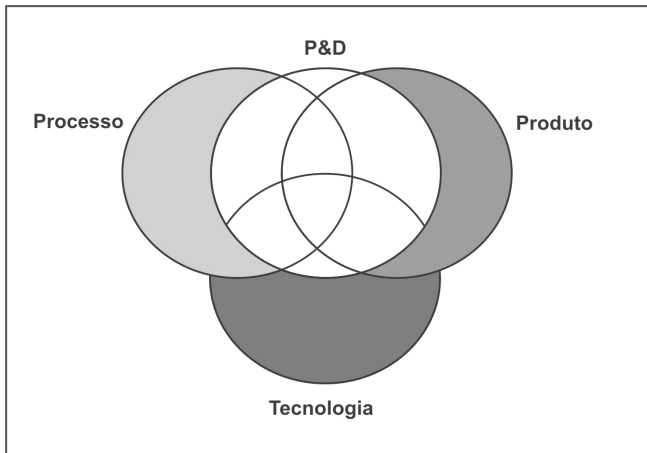


Figura 2 – Tipos de Inovação.

Fonte: Elaboração própria.

Ela (Figura 2) evidencia que uma inovação de P&D pode gerar um novo produto, que necessitará de uma nova tecnologia, que gerará um novo processo produtivo, por exemplo. Schumpeter (1982) usa a expressão destruição criadora para designar o processo em que competição (capitalista) acontece com a introdução de inovações tecnológicas baseadas em produto e ou processo.

Para Tornatsky; Fleischer (1990), inovação tecnológica envolve o desenvolvimento e a introdução de ferramentas derivadas do conhecimento por meio da interação das pessoas com o ambiente. Para esses autores, ela pode ser analisada como um processo constituído pelas fases de: (1) pesquisa, (2) desenvolvimento, (3) avaliação, (4) manufatura e (5) disseminação. Essas fases cobrem o ciclo que vai da pesquisa para desenvolvimento da tecnologia até a utilização da inovação pelo usuário de forma rotineira.

Mas na visão de Rogers (1995), a tecnologia é um projeto para ação instrumental que minimiza as incertezas nas relações causa-efeito das interações necessárias para se atingir o resultado esperado. Sua definição implica na existência de alguma necessidade que uma ferramenta venha a suprir. A ferramenta tem um aspecto material (o equipamento, produtos, etc.) e outro conceitual ligado ao *software*; consistindo na união de conhecimentos, habilidades, procedimentos, princípios, que são à base de informação para ela.

Mañas (2001) acredita que a colocação de novas tecnologias no trabalho e na sociedade é determinada pela lógica da concorrência, em que o importante é garantir e/ou aumentar a fatia de mercado. E Motta (2001) considera que as inovações tecnológicas mudaram a produção, melhorando a qualidade de produtos e serviços, aumentando a eficiência empresarial.

Já Barba-Sánchez; Martínez-Ruiz; Jiménez-Zarco (2007) e Liao (2007) apontam à adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC nos processo como factores-

chave da orientação das firmas para a inovação. Seguindo essa linha, Liao (2007) analisou os efeitos da estratégia da Gestão do Conhecimento e da estrutura organizacional sobre a inovação de produto. Com base em um levantamento em 195 empresas, acredita que quando a estratégia de personalização é adotada pela empresa, como o método Gestão do Conhecimento, a estrutura é enfatizada sobre a centralização ou modernização tecnológica que pode reforçar a inovação. Mas, quando a estratégia codificada é enfatizada, a modernização tecnológica é a única estrutura organizacional apropriada que a empresa pode usar para facilitar a inovação.

Neste contexto, as inovações podem, segundo Damanpour; Szabat; Evan (1989) impactar na área administrativa ou técnica da própria organização: (1) técnica – essas inovações restringem-se ao âmbito operacional e impactam apenas o sistema técnico de uma firma. O sistema técnico é formado pelos equipamentos e metodologias operacionais utilizados para transformar matéria-prima ou informações em produtos ou serviços; (2) administrativa: essas inovações são restritas ao âmbito administrativo e impactam apenas o sistema social da firma. Este sistema é composto pelos membros da firma e das relações entre eles.

Mas em relação à profundidade das inovações, Tushman; Nadler (1997) apresentam níveis de inovação semelhantes aos de Freeman (1994), as quais sintetizam-se em: (1) a incremental – adiciona novas características ao produto; (2) a sintética – usa criatividade de idéias ou tecnologias existentes para um novo produto e a (3) descontínua ou radical – usa novas idéias ou tecnologias para projetar um produto totalmente novo. Kruglianskas; Sbragia; Andreassi (1999) seguem também essa linha, dividindo o nível de profundidade das inovações nas categorias: (1) complexas - resultam de processos longos e exigem o emprego de altos volumes de recursos; (2) radicais - baseadas em descobertas tecnológicas e (3) incrementais - realizadas mediante pequenas mudanças no interior das empresas.

Independente do nível de profundidade da mudança, seja ela incremental ou radical, percebe-se que a tecnologia tem evoluído substancialmente, assim como os produtos. Isso representa um processo de reestruturação expressivo. Para Silva (2001), as mudanças ocorrem com o objetivo básico de manter ou aumentar a competitividade das empresas. O principal motivo para essas mudanças é a necessidade de sobrevivência; a curto, médio ou longo prazo.

Neste sentido, Cole; Matsumiya (2007, p. 89) defendem que a qualidade é vista como algo que completa a inovação, não algo para ser negociado no mercado consumidor. Assim, uma empresa pode obter vantagem competitiva se for capaz de ser pioneira no lançamento novos produtos no mercado, pois outros estarão também, trabalhando em projetos semelhantes. Além disso é preciso agir de forma a absorver, rapidamente, *feedbacks* dos primeiros utilizadores, explorar essas informações em causa própria fazendo os ajustes necessários e definindo padrões para a indústria.

Desta forma segundo os autores, no ciclo de introdução do produto o foco não é o

lucro, mas todos os ajustes necessários à sua funcionalidade e ao avanço na participação de mercado. E então gradativamente, na base de concorrência serão feitos os ajustes de preço e qualidade. Porém, eles advertem que os riscos de prejudicar a reputação da empresa são significativos devido ao encurtamento de tempo entre as fases de desenvolvimento do produto e seu lançamento.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse trabalho é um estudo quantitativo de natureza aplicada, com cunho descritivo. Mattar (1993) e Severino (2000) entendem que a pesquisa descritiva deve ser utilizada quando, entre outros, o propósito for descrever características de grupos; no caso as MPEs de confecções têxteis de vestuário aglomeradas territorialmente, na dimensão da inovação tecnológica.

Esta tipologia envolve também, o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. Neste caso foi aplicado um questionário na forma de levantamento (*survey*). O controle das variáveis foi *ex-post-fact* devido à impossibilidade de se realizar levantamentos anteriores às implantações das inovações tecnológicas, conforme os critérios estabelecidos por Black (1999).

Este trabalho utilizou dados já existentes, os quais foram gerados em 2004 por meio de uma pesquisa de campo com confecções do vestuário aglomeradas territorialmente em Brusque/SC (Fonte omitida). As informações foram complementadas, retomando-se os formulários de entrevista, para a verificação das inovações descritas nas questões abertas destinadas a este tema, que não haviam sido tabuladas e estudadas anteriormente.

Na referida pesquisa, a técnica utilizada foi o levantamento (*survey*) por meio de aplicação de um questionário. Ele foi subdividido em três partes: (1) Identificação da Empresa; (2) Atributos e Contexto; e (3) Outros Dados. A primeira parte procurou traçar o perfil do entrevistado e da firma em termos de: empregos diretos, fases do ciclo do processo produtivo realizado interna e externamente, sistema de comercialização (atacado, varejo e via representantes) e origem da inovação de produtos. Já na segunda, por intermédio de uma escala contínua, o pesquisado preencheu, com base na sua percepção, questões sobre: transferência tecnológica e de conhecimentos, verticalização e terceirização de processos, acesso a recursos, relacionamentos com concorrentes e fornecedores, inovações, qualificação da mão-de-obra da região, aglomerações, instituições de ensino formal e entidades de classe, linhas de crédito local, marca e reputação regional, e adaptação. E por fim, a terceira parte abarca questões relativas à exportação, incremento do faturamento e da lucratividade dos últimos dez anos, inovações e produção (peças e quilos).

O universo em análise é formado por cento e quarenta das duzentas MPEs afiliadas à Ampe da cidade de Brusque-SC, correspondentes àquelas que fazem parte do setor

do vestuário. A amostra, daquele trabalho, foi composta por conveniência. Todas foram contatadas pelo pesquisador, porém três, das oitenta e oito empresas que aceitaram participar da pesquisa, eram fornecedoras. Desta forma, tem-se uma amostra por conveniência, com oitenta e cinco empresas de um universo de cento e quarenta MPEs. Segundo Barbeta (2003), essa amostra apresenta um percentual de confiabilidade de 93,2% com um erro amostral de 6,8%.

4 | ANÁLISE E RESULTADOS

Para a melhor compreensão dos resultados, foram desenvolvidas duas tabelas com resumos. A primeira particulariza as inovações implementadas, focando as tecnológicas (Tabela 1).

| seq | Categoria | Qtd | % Geral | % Inova | % Tec. |
|-----|--|-----|---------|---------|--------|
| 1 | apenas tecnológica | 4 | 5 | 6 | 11 |
| 2 | tecnológica e processo produtivo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 | tecnológica e gestão | 7 | 8 | 11 | 18 |
| 4 | tecnológica e produto | 1 | 1 | 2 | 3 |
| 5 | tecnológica, processo produtivo e gestão | 15 | 18 | 24 | 39 |
| 6 | tecnológica, processo produtivo e produto | 2 | 2 | 3 | 5 |
| 7 | tecnológica, gestão e produto | 3 | 4 | 5 | 8 |
| 8 | tecnológica, processo produtivo, gestão, e produto | 6 | 7 | 10 | 16 |

Legenda:

seq = sequência linear de apresentação da categoria

% Geral = considera todas as empresas em estudo (85 empresas)

% Inova = considera somente as empresas que registram inovações nos questionários (63 empresas)

% Tec. = considera as que inovaram em tecnologias

Tabela 1 – Resumo detalhado das inovações implementadas segundo os tipos de inovações

Fonte: elaboração própria.

A segunda apresenta o quadro geral das empresas que implementaram apenas inovação do tipo tecnológica (Tabela 2). Estas são o fundamento das próximas análises.

| Tipos de Inovações | Qtd Empresas | % Geral | % Inovadoras |
|---|---------------------|----------------|---------------------|
| não registraram inovações nos questionários | 22 | 26 | 0 |
| tecnológica | 38 | 45 | 60 |

Legenda:
% Geral = considerar todas as empresas em estudo (85 empresas)
% Inovadoras = considerar somente as empresas que registram inovações nos questionários (63 empresas)

Tabela 2 – Resumo geral das empresas que implementaram inovações tecnológicas

Fonte: elaboração própria.

A análise dos dados da Tabela 2 evidencia que 45% das empresas em estudo realizaram inovações do tipo tecnológica. Todas são sociedades limitadas, 57% delas são MEs e possuem até 19 funcionários; outros 40% possuem de vinte a quarenta funcionários. Elas têm a idade média de quatorze anos, sendo que a mais nova possui apenas três anos e a mais antiga, trinta e um. O Sistema de Gestão de 75% delas é ainda, o familiar e apenas outras 14% tiveram sua gestão totalmente profissionalizada.

Neste contexto, a inovação tecnológica foi descrita como o único tipo de inovação praticado por apenas 11% das empresas em estudo. As demais empresas que inovaram em tecnologia, geralmente, a combinaram com outro(s) tipo(s) de inovação (ões), como demonstra a Tabela 1. Sob este aspecto, a análise dessa tabela confirma também, que 52% dessas empresas (Tabela 1 - sequências 5, 6 e 7) aplicaram três tipos de inovações conjugadas e outros 16% (sequência. 8) aplicaram quatro. Outros 18% delas (sequência 3) combinaram a inovação tecnológica apenas a inovação de gestão. E os 3% restantes (sequência 4), a associaram à inovação de produto.

Seguindo o sistema da associação de dois tipos de inovações, constata-se que a inovação tecnológica não foi aplicada em conjunto a de processo produtivo (Tabela 2 – sequência 2). Entretanto, quando a inovação do tipo tecnológica aliou-se a outros dois ou três tipos de inovações, a inovação em processos produtivos foi apontada por 60% delas (sequências 5, 6 e 8).

Já, conjugada a inovação de produto foi apontada por 32% (sequências 4, 6, 7 e 8) e a de gestão por 81% (sequências 3, 5, 7 e 8). Assim, mais de dois terços das empresas em estudo ao realizarem inovações tecnológicas, também o fizeram em seus processos de gestão.

Estas constatações remetem à destruição criadora de Schumpeter (1982), expressão utilizada pelo autor para designar o processo em que competição (capitalista) acontece com a introdução de inovações tecnológicas baseadas em produto e ou processo.

Em termos de realização dos processos produtivos, esse grupo de empresas possui uma média de 38% de realização interna. Essa média é afetada consideravelmente pelas atividades de fiação, tecelagem, tinturaria e estamparia que são quase que totalmente

terceirizadas (Tabela 3). Já as atividades de talhação (corte), modelagem e criação possuem valores médios de realizações internas expressivos, seguidas pela atividade de confecção.

| Realização Média | Processos Produtivos | | | | | | | | | |
|------------------|----------------------|--------|-----------|---------|-----------|----------|-----------|--------|---------|---------|
| | Criação | Fiação | Tecelagem | Tintura | Modelagem | Talhação | Confecção | Estamp | Méd.Int | Med.Ext |
| Interna | 64 | 04 | 11 | 01 | 79 | 92 | 44 | 06 | 38 | |
| Externa | 36 | 96 | 89 | 99 | 21 | 08 | 56 | 94 | | 62 |

Legenda:

Méd.Int = Média dos Processos Produtivos Realizados Internamente

Méd.Ext = Média dos Processos Produtivos Realizados Externamente

Tabela 3 – Percentual dos processos produtivos realizados internamente e externamente

Fonte: elaboração própria.

Essas informações (Tabela 3) vêm ao encontro das inovações tecnológicas apontadas pelas empresas em estudo. Este grupo de empresas listou como inovações tecnológicas a aquisição de: *plotters*, computadores, enfestadeiras, máquinas de corte, máquinas de passar, pregadoras de botões, pregadoras de ilhós, estampadoras, máquinas de bordar, teares e maquinário mais moderno para a costura (Tabela 4).

Modelagem e talhação são os processos produtivos mais realizados internamente pelas empresas que implementaram inovação tecnológica (Tabela 3). A operacionalização da atividade de modelagem requer equipamentos como computadores e *plotters* para serem usados com sistemas CAD/CAM. Já a atividade de talhação requer uma máquina enfestadeira para esticar os tecidos, uma máquina de corte manual ou automatizada e computador para gerenciar as máquinas que são controladas por sistemas CAM (ROGERS, 1995; CADDESIGN, 2000; DIÁRIO CATARINENSE, 2003). Evidências que também corroboram Rogers (1995), cuja definição de tecnologia implica em aspectos físicos (equipamentos - *hardware*) e lógicos (programas - *softwares*).

| Categoria (cat) | Radical | | | | Incremental | | | | Ambas | | | | Total | |
|-----------------|---------|-------|-------|---------|-------------|--------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|
| | q | % rad | % cat | % geral | q | % incr | % cat | % geral | q | % mista | % cat | % geral | q | % geral |
| máq.costura | 17 | 49 | 65 | 33 | 8 | 57 | 31 | 16 | 1 | 33,33 | 4 | 2 | 26 | 51 |
| enfestadeira | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| máq.corte | 5 | 14 | 100 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 10 |
| máq.passar | 1 | 3 | 33 | 2 | 2 | 14 | 67 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6 |
| plotter | 1 | 3 | 25 | 2 | 1 | 14 | 25 | 4 | 2 | 66,66 | 50 | 4 | 4 | 8 |
| esteira | 1 | 3 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| máq.estampar | 1 | 3 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| máq.bordar | 1 | 3 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|----|-----|-----|----|----|-----|----|----|---|-----|---|---|----|-----|----|
| tear | 2 | 6 | 100 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 |
| máq. pregar botão | 1 | 3 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| máq. pregar ilhos | 1 | 3 | 100 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| computador | 4 | 11 | 80 | 8 | 1 | 7 | 20 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 10 |
| | 35 | 100 | | 69 | 14 | 100 | | 27 | 2 | 100 | | 4 | 51 | 100 | |
| Totais | 35 | 100 | | 69 | 13 | 100 | | 26 | 3 | 100 | | 5 | 51 | 100 | |

Legenda:

q = quantidade de empresas que registraram essa inovação

% rad = em grau radical // **% incr** = em grau incremental // **% mista** = radical e incremental

% cat = por categoria (item, linha da tabela)

% geral = calculado sob o total de inovações implementadas para esse tipo de inovação (51)

Tabela 4 – Inovações tecnológicas implementadas e seus graus de profundidade.

Fonte: elaboração própria.

O confronto dos dados da Tabela 3 com os da Tabela 4 aponta que as inovações tecnológicas implementadas (Tabela 4) estão diretamente ligadas às atividades dos processos produtivos com os índices mais significativos de realização interna (Tabela 3). Essas informações também possibilitam a análise do impacto da inovação na organização, segundo o trabalho de Damanpour; Szabat; Evan (1989).

Com base nos trabalhos desses autores, infere-se que as inovações tecnológicas implementadas pelas empresas em análise (Tabela 4) afetaram basicamente os processos produtivos, conseqüentemente a área técnica dessas. Pois para eles, inovações podem afetar a área técnica ou a área administrativa das empresas.

A aquisição de máquinas de costura mais modernas e/ou eletrônicas, por exemplo, formam 51% das inovações tecnológicas citadas pelas empresas em estudo (Tabela 4). Sessenta e cinco por cento delas foram consideradas inovações radicais e apenas 31% incrementais. Acredita-se que esses investimentos ocorreram devido ao considerável percentual de implementação interna da atividade de costura (confecção) realizada por essas empresas, que se encontra em 44% (TABELA 3). Parece ser que elas necessitam continuar acompanhando as tendências tecnológicas dessa etapa da produção e manter o maquinário atualizado.

As inovações tecnológicas mais apontadas, depois da aquisição de máquinas de costura mais modernas, foram de máquinas de corte, computadores e *plotters*. Elas representam, respectivamente, 10%, outros 10% e 8% das inovações tecnológicas implementadas (Tabela 4). Essas inovações estão diretamente relacionadas à operacionalização das atividades de modelagem e talhação (corte automático) que pontuam com os mais elevados índices de realização interna (Tabela 3), como já ressaltado.

A aquisição de *Plotters* para a atividade de modelagem representa 8% do total das inovações tecnológicas realizadas por esse grupo de empresas, das quais 25% foram

consideradas inovações incrementais. Acredita-se que vários dos gestores podem ter considerado essa inovação em nível incremental pelo fato de não ser uma nova atividade que estava sendo implantada em suas empresas, pois alternou apenas do procedimento manual para o realizado com auxílio do computador para a plotagem dos moldes. Fato que pode ser respaldado com as informações da Tabela 1. Ela indica a existência de inovações tecnológicas associadas à inovação do tipo processo produtivo (sequências 5, 6, e 8).

Mas, a metade dessas inovações foi considerada tanto radical, quanto incremental (50% ambas). Verificou-se nos questionários que ocorreram várias aquisições do equipamento ao longo dos anos levantados. As quais dão suporte a lógica de que a primeira aquisição foi considerada uma inovação radical para esses estabelecimentos e as demais foram aquisições de *plotters* modernos e tecnologicamente atualizados (incrementais).

Já os computadores foram considerados por esses gestores como inovações radicais. O mesmo aconteceu com a aquisição de esteiras e de máquinas de: passar; estampar; bordar; pregar botões e ilhós; e teares. Acredita-se que estas inovações apontam atividades que provavelmente, não faziam parte do dia-a-dia das empresas em estudo. Com essas aquisições, as empresas agregaram tarefas que antes não tinham condições de executar por falta dos equipamentos. Assim, geraram novos processos de produção e puderam se tornar mais competitivas, como registrado nos estudos de Porter (1999).

Cabe ressaltar que parte significativa (69%) das inovações tecnológicas apontadas pelo grupo de empresas em estudo (Tabela 4) foi em nível radical. Neste sentido, pode-se afirmar que essas empresas introduziram novos métodos aos seus processos produtivos. Questões que remetem aos trabalhos de Schumpeter (1982) .

Os resultados encontrados fazem também, alusão ao Manual Oslo (1993 apud OECD, 2005), correspondem à implementação de processos tecnologicamente novos e/ou aperfeiçoamentos tecnológicos significativos nos processos dessas empresas; visto que acontecem em níveis radicais e incrementais como apontado nos estudos de Freeman (1994), Thusman; Nadler (1997), Krugliankas; Sbragia; Andreassi (1999).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este estudo aspectos que parecem relevantes relacionados às inovações tecnológicas implementadas por micro e pequenas confecções têxteis do vestuário aglomeradas territorialmente em Brusque/SC. Entre essas que a maioria das empresas em estudo, que aplicaram inovações tecnológicas, é ME, com sistema de gestão familiar. Com relação ao tempo de existência, são empreendimentos relativamente novos (média 14 anos).

Somente 11% das empresas em estudo realizaram apenas inovações tecnológicas. As demais empresas que inovaram em tecnologia, geralmente, a combinaram com outro(s) tipo(s) de inovação (ões). Este fato reforça a conclusão expressa por meio da Figura 1.

Ela demonstra que os tipos de inovações não são excludentes. Eles podem ser aplicados simultaneamente.

Seguindo o sistema da associação de vários tipos de inovações, infere-se que na lógica da associação de dois tipos de inovações, a inovação tecnológica não foi aplicada em conjunto apenas a de processo produtivo. Entretanto, quando a inovação do tipo tecnológica foi aliada a mais dois ou três tipos de inovações, a inovação em processos produtivos foi apontada por 60% delas. Estas inovações afetaram mais a área técnica das empresas em estudo do que a administrativa. Pois, os dados evidenciam também, que na visão desses gestores, as inovações tecnológicas são relativas a aquisição de equipamentos e máquinas. Além disso, as inovações tecnológicas descritas vêm ao encontro dos processos produtivos mais realizados internamente por essas empresas.

Infere-se também, que as empresas em estudo ao adotarem a terceirização substancial de certas fases do processo produtivo, afetam diretamente diversos participantes do aglomerado. Pois estes precisam obrigatoriamente, se especializar e desenvolver essas atividades que praticamente não são realizadas internamente por elas. Fato que induz a inferir que as empresas em estudo adotam a estratégia de manter-se no porte de micro e pequenos empreendimentos, quando considerados os números de funcionários, já que o aglomerado dá conta de todos os processos produtivos do setor.

Apesar de a amostra desta pesquisa ser significativa, dentre as confecções têxteis do vestuário afiliadas à Ampe-br, ela possui algumas limitações. A generalização desta deve ser vista com cautela devido a se restringir às confecções afiliadas a Ampe-br e sua realização ter se dado com base apenas na percepção de seus gestores. Trabalho similar poderá ser feito com as outras confecções MPEs de Brusque que não se relacionam com outras ou até mesmo com as empresas de médio e grande porte do município. Assim, poder-se-á estudar a relação dos resultados apurados com empresas de portes diferentes e o fato de pertencerem ou não a um aglomerado. Além disso, no Estado todo, uma vez que Santa Catarina é apontado pelo Guia da Indústria (2009), como o segundo maior polo têxtil de de confecção de malha do mundo.

REFERÊNCIAS

ABIT – Assoc. Brasileira da Ind. Têxtil. Disponível em: www.abit.org.br. Acesso em: jun/2012.

ABRAVEST – Associação Brasileira da Indústria do Vestuário. Disponível em www.abraviest.org.br. Acesso em: jun/2012.

AMATO NETO, J.. **Redes de cooperação produtiva**: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial. Tese (Livro Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BARBA-SÁNCHEZ, V.; MARTÍNEZ-RUIZ, M. del P.; JIMÉNEZ-ZARCO, A. I.. **Drivers, Benefits and Challenges of ICT Adoption by Small and Medium Sized Enterprises (SMEs): A Literature Review.** v.5, Issue 1, Problems and Perspectives in Management, 2007.

BARBETTA, P. A.. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais.** Florianópolis: UFSC, 2003.

BECATTINI, G. Dal Settore Industriale al Distretto Industriale. Alcune considerazioni Sull'unità di Indagine in Economia Industriale. **Revista di Economia e Política Industriale**, n.1, 1979. p. 1-8.

BERNARDO, M. S.; SILVA, A. C.da; SATO, S.. **Distritos Industriais – Clusters.** Texto para Discussão. TDC-3. São Paulo: FEA-USP-RP,1999.

BLACK, T.. **Doing Quantitative Research in Social Science.** London: Sage, 1999.

BRUSCO, S.. The Emilian Model: Productive Decentralization and Social Integration. **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, 1982.

CADESIGN. v. 5. n. 55, São Paulo: Market Press ,2000.

CANTO, A. de L. S. O. **Impacto Tecnológico Na Moda: As Ferramentas do Corel Draw Aplicadas ao Desenho Técnico de Moda.** 2001. 36f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Moda: Criação E Produção). Centro de Artes, UDESC: Florianópolis, 2001.

COLE, R. E.; MATSUMIYA, T.. **Too Much of a Good Thing? Quality as an Impediment to Innovation.** v.50, n.1. California Management Review, 2007, p. 77-93.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Campinas: Papyrus, 1994.

DAMANPOUR, F.; SZABAT, K. A.; EVAN, W. M.. **The Relationship Between Types of Innovation and Organizational Performance.** Journal of Management Studies. v.26, n.6, p.587-601, 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis. MODA E ESTILISMO. Fascículo 7 – Sistemas de Produção, 2003.

FACHINI, G.; OLARREAGA, M.; SILVA, P.; WILLMANN, G.. **Substitutability and protectionism: Latin America's trade policy and imports from China and Índia.** Working Paper 4.188, World Bank Policy Research , Apr.2007.

FREEMAN, C.. The Economics of Technical Change. *Cambridge Journal of Economics*, 18, p.463-514, 1994.

GOLDBERG, V. P.. Relational Exchange: Economics and Complex Contracts. **American Behavioral Scientist**, 23 (3), p. 337-352, 1980.

GUIA DA INDÚSTRIA SC – Guia da Indústria de Santa Catarina. Florianópolis: Ciesc, 2009

HASEGAWA, M. H.; FURTADO, A. T.. Em Direção a um Modelo de Criação e Circulação do Conhecimento em Redes de Inovação. XXV ENAMPAD, **Anais...** Campinas, São Paulo, 16 a 19 /set. 2001.

KRUGLIANSKAS, I.; SBRAGIA, R. e ANDREASSI, T. *Empresas Inovadoras no Brasil: uma Proposição de Tipologia e Características Associadas.*(BR.1017). 1999. Disponível em: www.usp.br/rausp. Acesso em: abr.2005.

LIAO, Y.. **The Effects of Knowledge Management Strategy and Organization Structure on Innovation.** v.24, n.1, *International Journal of Management.* mar.2007, p. 53-60.

LOCKE, R.M. **Remaking the Italian Economy.** Ithaca & London: Cornell University Press, 1995.

LOFTON, L.. **Tech edge? Innovatien enhancing efficiency, eppertunities.**

Small Business February. Mississippi: Mississippi Business Journal, 25-March 2, 2008. p.23.

MAK, K.L.; PENG, P.. **Robotics & Computer-Integrated Manufacturing;** v. 24, n.3, *Pergamon Press* , 2008, p359-369.

MAÑAS, A. V.. **Gestão da Tecnologia e da Inovação.** 9 ed. São Paulo: Erica, 2001.

MATTAR, F. N.. **Pesquisa de marketing.** Volume 2: execução e análise. São Paulo: Atlas, 1993.

MATTOS, J. R. L. de; GUIMARÃES, L. dos S.. **Gestão da Tecnologia e Inovação: uma Abordagem Prática.** São Paulo: Saraiva, 2005.

MCLAUGHLIN, K. E.. **China Economy, Apparel Evolve.** In: _____. *WWD: Women's Wear Daily;* v. 195, n.41. *Business Source Premier*, 25.02.2008. p. 2-3

MINK, C.; MAZZETTI, G.. **CorelDraw9 – Corel Photo Paint 9.** São Paulo: Makron Books, 2000.

MOTTA, P. R.. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar.* Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

ODEGA, A.. **Mercado ameaçado:** recorde de importações afeta têxteis. *Jornal Diário Catarinense,* Florianópolis, 02-04-2012. *Economia*, p. 12

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. *Directrizes e Propuestas para Recabar e Interpretar Datos de la Innovación Tecnológica: el Manual Oslo.* 1996. Disponível em: www.oecdbookshop.org. Acesso em: 2004 e 2005.

PORTER, M. E.. **Vantagem Competitiva.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POWELL, W. W.. *Hybrid Organizational Arrangements: New Form or Transitional Development?* **California Management Review**, v. 30, p. 67-87, fall, 1987.

PYKE, F.; *et al.* **Industrial Districts and Inter-Firm Cooperation in Italy.** Geneva; International Institute for Labour Studies, ILO, 1990.

RECEITA FEDERAL. Disponível em: www.receita.fazenda.org.br . Acesso em: maio.2005.

- RECH, S. R.. **Qualidade na criação e desenvolvimento do produto de moda nas malharias retilíneas**. Florianópolis, 2001. 198f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Florianópolis: UFSC, 2001.
- ROGERS, E. M.. **Everett M. Diffusion of Innovation**. New York: Ed. Free Press, 1995.
- ROMANO, L. N.; et al.. **A Importância do Processo de Planejamento na Gestão de Desenvolvimento de Produtos**. II ° Congresso Brasileiro de Desenvolvimento de Produto. São Carlos, UFSCar, p. 311-318, 2000.
- SCHUMPETER, J. A.. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: www.sebrae.org.br. Acesso em: agosto.2010a.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Santa Catarina em números: têxtil e confecções. Florianópolis: Sebrae, 2010b.
- SERGENBERGER, W. e PYKE, F. (Eds.). **Industrial Districts and Local Economic Regeneration**. International Labour Institute for Labour Studies, ILO, Geneva. 1992.
- SEVERINO, A.J.. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SHERWOOD, A. L.; COVIN, J. G.. **Knowledge Acquisition in University–Industry Alliances: An Empirical Investigation from a Learning Theory Perspective**. Journal of Product Innovation Management; v.25, n.2, mar.2008, p162-179.
- SILVA, C.. **Método para a Avaliação de Desempenho do Processo de Desenvolvimento de Produtos**, Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 2001.
- TORNATSKY, L. G.; FLEISCHER, M.. **The Process of Technological Innovation**. Massachusset: Lexington Books, 1990.
- TREPTOW; D.. **Inventando Moda: Planejamento de Coleção**. Brusque: 2003.
- TUSHMAN, M.; NADLER, D.. **Organizando-se para a Inovação**. In: STARKEY, K. Como as Organizações Aprendem. São Paulo: Futura, 1997, p. 166-189.
- UTILI, G.; SARTI, M.; GOBBO, F.. **L'industria delle Piastrelli di Ceramica Nel Mondo. I Principali Paese Produttori**. Sassuolo: Nomisma Editora, 1983.

CAUSATION E EFFECTUATION E A CRIAÇÃO DA REDE ASTA: INOVAÇÃO NA VENDA DIRETA DE ARTESANATO

Data de aceite: 01/02/2023

Maristela Pessoa

Msc em Artes - PPGARTES-UERJ, Dr^a em Design (PPDESDI-UERJ)
<http://lattes.cnpq.br/9001135673325708>

Andre Ribeiro de Oliveira

Prof.Dr- PPDESDI
<http://lattes.cnpq.br/8100443134568049>

RESUMO: A ideia central do texto é analisar o processo inovador de venda direta de produtos artesanais da Rede Asta, desenvolvida pelo Instituto Realice, a partir do posicionamento de negócios no conceito de *Effectuation* de Saras Sarasvathy. Acrescentando-se as postulações de Ignacy Sachs para o desenvolvimento de empreendedores de pequeno porte e sua inclusão social por meio de “trabalho decente”. A ideia é evidenciar o cenário, as forças existentes, e situar este dispositivo de vendas, assim como outras estratégias criadas pelo Instituto Realice, ao longo de sua existência. Para tal, busca-se trazer alguns pontos das tendências econômicas do mercado brasileiro, e a existência de políticas públicas, com ênfase nos

pequenos e microempresários, entre 2000 e 2013. Período que coincide com a criação e o desenvolvimento das ações do Instituto Realice, criador da Rede Asta.

PALAVRAS-CHAVE: Design e políticas públicas. Cultura e sociedade. Design de negócios. Empreendedorismo. Rede Asta.

CAUSATION AND EFFECTUATION¹ AND THE CREATION OF REDE ASTA: INNOVATION IN DIRECT SELLING OF HADICRAFT

ABSTRACT: The main idea on this text is the analysis on the innovational process of hadicrafted products direct selling, along with the creation of Rede Asta, developed by Instituto Realice. It is supported on some positions about the characteristics of entrepreneurship of Saras Sarasvathy's formulations on Effectuation. In addition to Ignacy Sachs' postulations on the development of small-sized entrepreneurs, their social inclusion through “decent work”. The idea is to highlight the scenario, the existent forces, and also situate, along Instituto Realice's existence, this selling gadget and other strategies created

¹ Os autores optaram em não traduzir os termos *Causation and Effectuation* por não haver equivalências na língua portuguesa que expressem todos os sentidos propostos por Sarasvathy.

by them. To reach that, it is tried to bring up some details of economic tendencies on the Brazilian market, as well as the existence of public policy, with emphasis on micro and small entrepreneurs, from 2000 to 2013. Period of time that coincides with the creation and development of actions by Instituto Realice, creator of Rede Asta.

KEYWORDS: Design and public policy. Culture and society. Business Design. Entrepreneurship. Rede Asta.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a iniciativa de venda direta de artesanato, do Instituto Realice, fundado em 2003, por Alice Freitas e Renata Brandão. Após desenvolver projetos de inserção social e artesanato, voltados para mulheres socialmente vulneráveis, o Instituto Realice busca oportunidades que possibilitem a sustentabilidade do instituto, experimentando diferentes modalidades de vendas.

Em 2008, surge a Rede Asta, inaugurando a venda direta de artesanato por meio de catálogo de produtos, que circula nas redes pessoais de “conselheiras”. Os produtos são vendidos de porta em porta, de modo similar aos cosméticos das Redes Natura e Avon.

O objetivo central é analisar o caráter inovador da Rede Asta, utilizando o conceito de “*Effectuation*” proposto por Sara Sarasvathy² (2011), especialista em empreendedorismo. A autora parte das definições de empreendedorismo de Schumpeter³ (1950) e das posturas gerenciais Drucker (1960)⁴. Segundo Schumpeter ações empreendedoras trariam inovação e seriam salutares, e responsáveis por trazer desequilíbrio ao Mercado. Drucker acrescentaria às ideias de inovação, de Schumpeter, a ideia de risco. Para esse autor em qualquer negócio haveria risco, e não haveria inovação sem risco. Ambos analisariam situações em que o negócio já estaria posicionado, ou haveria os recursos (financeiros e humanos) necessários para iniciá-lo (*causation*). O conceito de *Effectuation* proposto por Sarasvathy, seria adequado quando se teriam uma ideia genérica de negócio. Requereria postura experimental, na qual por meio de escuta e tato, haveria a obtenção de respostas e adaptações necessárias às demandas do Mercado. O negócio seria conceituado e estabelecido à medida que iria acontecendo. Essa postura de experimentação, observação, escuta e planejamento (*effectuation*) seria identificada no processo da Rede Asta, promovendo, assim, inovação para a venda de artesanato feito por comunidades

2 Joseph Schumpeter é reconhecido teórico da econômica moderna, de seus livros destacam-se *Sobre as Formas Econômicas e Sociais do Capitalismo*; *Os Ciclos Econômicos* (1939) e *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1934). Defendia que o empreendedor seria responsável pela inovação no mercado. Distingue o “capitalista” do *empreendedor*. A inovação seria grande impulsionadora da economia, por trazer desequilíbrio e a expansão do mercado, quando haveria introdução de um novo bem, forma de produção ou comercialização de mercadorias; novas fontes de matérias-primas alteração da estrutura de mercado vigente como a quebra de monopólios. Fonte: <https://ebtbrasil.wordpress.com/2010/06/19/empreendedorismo-e-inovacao-por-schumpeter/> Acesso 01-2017.

3 Sara Sarasvathy é professora da Universidade de Virgínia (Darden School of Business). Autora do livro *Effectuation: Elements of Entrepreneurial Expertise*. É especialista em empreendedorismo e Ph.D. em Sistemas de Informação pela Universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos

4 Peter Drucker (1909-2005) Considerado o pai da Administração moderna, defendia que a inovação e a capacidade de correr riscos seriam pontos determinantes para o sucesso de qualquer negócio. Segundo esse autor não haveria negócio sem que houvesse risco e que ações inovadoras dependiam dos riscos.

periféricas.

Alice Freitas e Renata Brandão experimentam diversas alternativas para dar sustentabilidade ao empreendimento. Depois de várias tentativas, viria a inovação com a criação da Rede Asta e a venda direta de artesanato, por meio de catálogo, inicialmente realizada em rede de contatos pessoais dessas empreendedoras, denominadas conselheiras.

O período, no qual desenvolvem o negócio, caracteriza-se por um período em que foram fortalecidas muitas políticas públicas, tanto para empreendedores em geral, e mais especificamente para artesãos. Essas políticas públicas começam a ser criadas a partir da década de 1980, e prosseguem na década seguinte, com grande aprofundamento, nos anos 2000, acompanhadas pelo fortalecimento das ações do 3º setor,⁵ o qual desenvolveria ações de competência do Estado (1º setor) ou do Mercado (2º setor).

A década de 1990, caracterizar-se-ia pela avanço das políticas econômicas neoliberais, que causaram a perda de emprego e grande informalidade do mercado de trabalho. A partir do final dessa década, inicia-se a construção de um cenário favorável para o desenvolvimento de iniciativas com abordagens de inclusão social, responsabilidade social e ações para trabalhadores informais. São muitos os programas governamentais e não governamentais que estão atuando fortemente. Promovendo atividades geradoras de renda, para comunidades excluídas ou desfavorecidas, no Brasil, principalmente com ações voltadas para o artesanato.

1.1 Empreendedoras da Rede Asta

Para ingressar nessa Rede é necessário que artesãs já produzam coletivamente e já vendam por encomendas. Percebe-se que parte significativa das integrantes da Rede obteve algum tipo de capacitação nos programas voltados para o artesanato, que surgem no início dos anos 1980, e são intensificados a partir de 2003, ofertadas por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)⁶ e Organizações Não-Governamentais (ONGs), que buscam habilitar artesãos para o mercado.

A Rede Asta promove a venda de produtos artesanais complementando o atendimento de artesãos, habilitados por programas como os oferecidos pelo SEBRAE. Para mapear o cenário e perceber quais eram as condições que favoreceram as ações do Instituto Realice, buscaram-se as estratégias que norteavam iniciativa de “inclusão social” e “desenvolvimento humano”, por meio do “trabalho decente”⁷, em projetos para

5 O 3º setor definição sociológica de iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. São organizações sem vínculos diretos com o 1º setor (público) representado pelo Estado e com 2º setor (privado) representado pelo Mercado.

6 O Programa de apoio ao Artesanato do Sebrae, criado em 1996, atende a todos os estados brasileiros.

7 Conceito cunhado pela Organização Internacional do trabalho (OIT), e definido pelos objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (definidos pela Declaração aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, em 1998). Destacando-se o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens. Fonte: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>, Acesso em janeiro de 2017

pequenos produtores e artesãos, nos estudos coordenados por Ignacy Sachs (2003) e 30 especialistas, que balizam as ações do SEBRAE.

Os conceitos do SEBRAE, voltados empreendedores, estariam apoiados nas diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como conformariam o cenário e os atendimentos aos artesãos, e são ações que se intensificam a partir de 2004. As informações sobre o Instituto Realice e a Rede Asta foram retiradas de palestras, entrevistas e reportagens com Alice Freitas (uma das idealizadoras do instituto), bem como de artigos acadêmicos que analisam esse empreendimento.

Na análise desse empreendimento, nota-se a importância do apoio do Estado, por meio de políticas públicas para o êxito da constituição da Rede Asta e no consequente aumento de vendas diretas de artesanato, por ela possibilitado. A partir de um ambiente favorável, a Rede Asta pode identificar uma oportunidade de negócio, dando prosseguimento a uma ideia empreendedora, um exemplo do *effectuation* de que fala Sarasvathy, em texto que serviu de base para as análises aqui apresentadas.

Entretanto, o mérito, a visão empreendedora e a oportunidade de negócio que levam a criação da Rede Asta só reforçam a importância das ações colaborativas em diversas instâncias da sociedade, entre agentes governamentais e não-governamentais, fomentando e fortalecendo empreendedores. Por outro lado, as intervenções e incentivos, por parte do Estado, contrariam àqueles que defendem a autorregulação do mercado, até mesmo para os empreendedores iniciantes e de pequeno porte, como é o caso de grupos de artesãos.

2 | CONTEXTO

Sarasvathy (2001) atualiza os conceitos de empreendedorismo cunhados por Schumpeter (1950). Na visão desse autor, os empreendedores seriam responsáveis pelas bases da inovação e do desenvolvimento econômico. E a inovação seria primordial para a economia sair de um “estado de equilíbrio” e entrar em um “processo de expansão”.

Schumpeter vê o “ato empreendedor” como seminal para o movimento dos ciclos do Mercado. Ele entende como salutares os momentos que alteram o Mercado permitindo a introdução de um novo bem, que pode se configurar como um novo método de produção ou comercialização de mercadorias, novas fontes de matérias-primas. Ou a quebra de monopólio que altere a estrutura vigente do mercado.

Os conceitos de Schumpeter traduzem a euforia da economia e o “contexto social da 2ª metade do século passado [no qual houve um ambiente propício que permitiu] um progresso técnico e um crescimento econômico, inéditos, mesmo nos países periféricos, que cresceram a taxas maiores que as dos países centrais” (NOVAES, 2003, p23).

Os conceitos e os contextos dos atos econômicos e seu papel na sociedade

ganham adequações e modificações, de acordo com as necessidades do mercado. Se para as economias ocidentais os anos entre 1950-1960 foram de extrema euforia, também, caracterizam-se pelo acirramento na disputa dos mercados e por posicionamentos ideológicos (capitalismo x socialismo), entre as economias capitalistas e as de vertentes socialistas.

Esse acirramento, do final dos anos de 1960, avança pela década de 1970, desdobra-se em conflitos militares. É agravado pelos modelos de desenvolvimento que causam a degradação ambiental; pela concentração do capital e pelo aprofundamento das desigualdades sociais, tanto nos países ricos como nos periféricos. Entretanto, as desigualdades sociais são mais intensamente percebidas nos países periféricos do que nos países mais ricos. Assim, tanto nos contextos de centro quanto de periferia, ressalvadas as respectivas escalas, vai sendo reproduzido um modelo de concentração de renda, cujas ferramentas de regulação mostram-se bastante perversas.

Para Novaes, o crescimento econômico é um parâmetro no qual se pode mensurar a economia. Para esse autor, “embora seja condição necessária, não é condição suficiente para o desenvolvimento, porque crescimento forte também pode gerar retrocessos sociais e ambientais. Por isso, a análise do desenvolvimento exige critérios qualitativos ao lado de indicadores quantitativos”. Prosegue afirmando que soluções adequadas são aquelas que compatibilizam o social, o ambiental e o econômico. E fala que apesar do grande crescimento industrial e tecnológico dos grandes países industrializados, a década de 1970 se destaca pelos impactos dos danos ambientais e pela crise do petróleo. (op. cit, 2003, p. 23)

Novaes alerta para o “fanatismo de mercado” e adoção de um “modelo selvagem com impactos sociais negativos”, e prossegue dizendo que o cenário das décadas de 1990-2000, representaria, no lugar de avanços, apenas retrocessos: “Esse quadro agravou-se nas últimas décadas com os processos negativos do neoliberalismo, que não cumpriu a promessa de progresso econômico e social universal” (idem, 2003, p23-24)

Entretanto, apesar dos efeitos negativos, Novaes argumenta que seria possível a reversão desse quadro por meio de estratégias orientadas para “modalidades de crescimento com impactos sociais mais positivos e melhor repartição dos resultados, sem esquecer naturalmente da dimensão ambiental”. Privilegiando a geração de empregos e a criação de postos de trabalho com a garantia de ganhos e condições adequadas às estratégias que busquem a inserção produtiva de “excluídos e semi-excluídos”, e com “ênfase na educação e saúde” (idem, 2003, p25).

Novaes colaborou com estudos, coordenados pelo Prof Ignacy Sachs⁸, patrocinados

8 **Ignacy Sachs** (1927) é conhecido por sua concepção como um “*ecossocioeconomista*”. Acredita na combinação de crescimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental. O termo “*ecossocioeconomia*” cunhado pelo economista Karl William Kapp, inspirou a política ecológica nos anos 1970. Ignacy Sachs, há trinta anos, iniciou o debate sobre a criação de novos paradigmas de desenvolvimento, no qual haja abordagens transdisciplinares.

pelo PNUD⁹ e o SEBRAE, com o objetivo de criar medidas capazes de expandir as garantias sociais e políticas, mas, sobretudo, as oportunidades para a massa de pequenos empreendedores. Muitos desses trabalhadores atuando como formais e informais, presentes tanto nas áreas rurais como nas cidades.

Esse fato ganha relevância, no Brasil, se pensarmos que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e a economia informal são responsáveis, atualmente, por absorver mão-de-obra de maneira expressiva, superando os setores clássicos da economia do país. Estima-se que as MPES são as principais geradoras de riquezas em vários setores da economia brasileira (comércio, 53% do PIB; e indústria, 22%). Cerca de 36,3% do setor de serviços é realizado pelos pequenos negócios. A participação desses empreendimentos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1985, representava 21% do PIB. A evolução desses percentuais, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), chegou a 23,2% (2001) e a 27% (2011).

O crescimento e o incentivo às ações empreendedoras poderiam ser explicados como uma estratégia para criar oportunidades de geração de trabalho, tanto para as pessoas que ficam desempregadas como para aquelas que estão subempregadas, ou ainda, segundo Novaes, uma saída “para todos aqueles que são supérfluos para a economia moderna”, e que têm como única opção “se acomodar na economia informal, usando sua engenhosidade e energia na busca de estratégias de sobrevivência” (idem, 2003, p.57).

Na prática, o que ocorre é que quando esses trabalhadores resolvem sair da informalidade, legalizando seu pequeno negócio, ficam “submetidos ao processo de Darwinismo Social”(SACHS, 2003, p.111) do mercado. Por outro lado, a informalidade além de não assegurar representatividade e benefícios sociais, também não proporciona arrecadação para o Estado¹⁰.

Diante do grande número de pessoas fora do mercado formal de trabalho, se fazem necessárias ações direcionadas a um conjunto de forças produtivas, e que deem conta, defendam e estimulem os interesses desses trabalhadores, agora, caracterizados ou atendidos por políticas públicas voltadas para empreendedores.

2.1 Ações empreendedoras e as formas de implementação de negócios

Para Schumpeter (1950), o empreendedor deveria ser alguém versátil, com habilidades técnicas para saber produzir, com base em uma visão capitalista, e que conseguiria reunir recursos financeiros para organizar as operações internas, bem como realizar as vendas dos produtos ou serviços de sua empresa. Segundo o autor, uma

9 **Programa da ONU para o Desenvolvimento.** Rede das Nações Unidas que visa o desenvolvimento em várias áreas. Apoio projetos: apoio técnico aos seus parceiros através de diversas metodologias, conhecimentos especializados e consultoria em ampla rede de cooperação técnica internacional.

10 A elevada tributação faz com que pequenos empresários se utilizem de artifícios contábeis para a retirada do lucro gerado no empreendimento.

sociedade de base capitalista teria seu processo econômico dinamizado pelos negócios privados.

Na década de 1960, Drucker (1960) introduz questões como a imprevisibilidade e o risco à ideia do empreendedorismo de Schumpeter. Tais características e formas de atuação são descritas e exemplificadas nos textos de Sarasvathy, quando essa autora atualiza o conceito de inovação e empreendedorismo de Schumpeter e imprevisibilidade de Drucker, ao formular posturas gerenciais de *Causation* e *Effectuation* para os empreendimentos.

Essas questões trazidas por Sarasvathy, igualmente, poderão ser encontradas no exemplo que será aqui analisado da Rede Asta, criada pelo Instituto Realice, em 2008, para venda de artesanato.

3 | METODOLOGIA

As etapas descritas por Alice Freitas (2009 e 2012) foram confrontadas com as ideias e conceitos expostos por Saras Sarasvathy, nos quais, didaticamente, essa autora apresenta definições de *Causation* e *Effectuation*. Essas estratégias e táticas são escolhidas ou vão sendo configuradas, antecipadamente (*Causation*) ou durante a implementação do negócio (*Effectuation*). Na visão de Sarasvathy, *Effectuation* poderia ser entendido como um procedimento gerencial que vai sendo feito à medida que o próprio empreendimento está acontecendo. Percebe-se que as soluções vão depender da intuição e da capacidade de avaliação e escuta do empreendedor. O que pode levar, na visão da autora, às seguintes perguntas: Como foi possível dar a partida, em meio às condições dadas, às ações? Ou como é possível continuar as ações e ao mesmo tempo construir estratégias, se não tenho certeza de quais palavras podem qualificar ou definir essas ações?(SARASVATHY, 2003)

Sarasvathy enfatizaria que é fácil aconselhar uma pessoa que deseja iniciar um empreendimento ou negócio, partindo de um conjunto consistente de preferências já identificadas ou normatizadas. Para daí, tomar decisões. Argumenta que:

Nós podemos antecipadamente usar as tecnologias de pesquisa de marketing e formular estratégias, para saber a melhor maneira de ter acesso ao mercado, mas em áreas nascentes do e-commerce, por exemplo, os melhores mercados ou estão sendo construídos ou, simplesmente, não existem. (SARASVATHY, 2003)

E a ideia do que é imponderável e ambíguo estaria presente, segundo a autora, nas táticas dos empreendedores que lidam com mudanças, construção de valores e metas. Nesses mercados nascentes e nos negócios iniciantes ela apontaria três justificativas defendidas por March (1972), que trariam um melhor entendimento para decisões em situação de ambiguidade:

A primeira justificativa seria que a meta desenvolvida e as escolhas são processos independentes, tanto conceitualmente como comportamentalmente. A segunda justificativa seria que, na prática, o modelo escolhido nunca

seria plenamente satisfeito, porque desvios são necessários para poderem acomodar mudanças. A terceira seria que dentro de uma teoria normativa (*Causation*), as mudanças de metas seriam inexistentes ou impensáveis. E quando não houvesse nada o que se pudesse dizer sobre um negócio, seria a oportunidade de usar esse tipo de abordagem. (SAVASVATHY, apud MARCH 1972, p.72)

Por não estar convencida, nem com a 1ª ou a 2ª justificativas, Sarasvathy destacaria as colocações de March (1972), bem como sua postura otimista em relação à maioria dos seus colegas teóricos. Sarasvathy prossegue dizendo que, nas últimas décadas, pesquisadores têm lutado contra as ideias otimistas de March, para assumir essas questões aparentemente instáveis (SARASVATHY, 2000, p.244). Assim, defenderia seu interesse por um modelo decisório, que permitiria ajustes e mudanças, dizendo:

O exemplo hipotético trazido por Sarasvathy é a criação de um restaurante *fast-food* de comida indiana, do qual a autora descreve a implantação sob a ótica dos dois processos decisórios – *Causation e Effectuation*. Nas abordagens de *Effectuation* percebe-se: a necessidade do uso eficiente dos poucos recursos disponíveis, pensamento criativo para encontrar soluções baratas para as demandas, a busca por parcerias para implementar a ideia inicial, ou para a cessão de espaço para a venda inicial da comida.

Assim, durante o processo de venda da comida poderiam ser colhidas respostas dos consumidores de forma a aperfeiçoar o menu e o refinamento dos pratos, por exemplo. A autora enfatiza que “Outros detalhes poderiam ser introduzidos, por meio da observação, intuição e percepção [*Effectuation*] sem o uso de planos e métodos [*Causation*], tentativas para obter o processo de satisfação do cliente” (SARASVATHY, apud SIMON, 1959)

Usando como exemplo a criação desse restaurante indiano de *fast food*, Sarasvathy ressalta as potencialidades de novos negócios de bases experimentais. E, a partir daí, descreve várias outras possibilidades de novos negócios que poderiam ser criados com a venda, inicialmente, de comida indiana. Mais do que o ganho com a comercialização da comida, o empreendedor perceberia o surgimento e a criação de um conceito, que se traduz como um universo ao redor da comida. Entrariam em cena conceitos de etnia e exotismo, e que poderiam ser desdobrados em outros produtos e serviços. Tais como, fornecimento e a exploração de comida em diferentes contextos (catering, buffet, festa), produção de conhecimento (aulas de preparação de comida indiana), produção cultural (concertos, palestras sobre hábitos e história indianos) e exploração de temas e viagens (para o Oriente e a Índia).

Em outras palavras, com o uso dos processos de *Effectuation* para construção de um negócio, o empreendedor pode criar vários e diferentes tipos de empresas, em setores completamente díspares. Isso significa que a ideia original (ou conjuntos de causas) não implica nenhuma estratégia universal para a empresa (ou efeito). Ao contrário, o processo de *Effectuation* permite que o empreendedor crie uma ou variadas possibilidades de efeitos, independentemente da generalização dos objetivos ou metas, com

as quais ele tenha começado (...) [outro aspecto importante é que] esse processo habilita a efetivação de vários possíveis serviços (...), e também permite decisões de mudança para trocar objetivos ou modelá-los ao longo do tempo. Fazendo uso das contingências à medida que elas vão surgindo” (SARASVATHY, 2003, p.247)

Assim, o texto aqui apresentado se vale do que é colocado por Sarasvathy e serve de base para analisar os processos decisórios adotados por Alice Freitas e Renata Brandão, idealizadoras do Instituto Realice e Rede Asta, identificando nessas etapas os conceitos e características das decisões de *Effectuation*.

3.1 Instituto Realice, Rede Asta e as ideias de Sarasvathy para *Causation* e *Effectuation*

O Instituto Realice foi criado em 2003. A ideia de Alice Freitas e Renata Brandão foi trazer para o Brasil alguns exemplos de empreendimentos sociais, com os quais tiveram contato durante uma longa viagem, por diversos países¹¹.

A motivação para a iniciativa viria, inicialmente, para atender aos desejos, tanto de Alice, como de Renata, para fazer algo mais prazeroso e reconfortante, e reverter, assim, a insatisfação com seus respectivos empregos. Apesar da segurança financeira, suas rotinas de trabalho trariam pouca satisfação pessoal. Após uma viagem de dois anos (2002-2003), conhecem vários empreendimentos sociais e voltam para o Brasil com o firme propósito de difundir-los, por aqui.¹²

Em 2003, fundam o Instituto Realice. Essa iniciativa se encaixaria no que é descrito por Sarasvathy, porque quando fundam o Instituto ainda não haviam definido nem perfil nem as ações do empreendimento; haveria apenas um desejo do que viria a ser implementado. Sarasvathy diz que boa parte dos pequenos empreendimentos inicia-se com um desejo genérico de levar a cabo uma ideia, para qual se dispõe de poucos recursos (humanos ou monetários). E seria justamente nesses contextos ou situações que as abordagens de *Effectuation* seriam mais adequadas, diferentemente de *Causation*.

É possível identificar os conceitos de *Causation* e *Effectuation*, propostos por Sarasvathy, no processo de formação do Instituto Realice, empreendimento formalizado como OSCIP¹³, em 2003, por Alice Freitas e Renata Brandão. Essas empreendedoras fundam um Instituto que teria por missão uma ideia genérica de pensar soluções de inovação social de inclusão para o Brasil. Reproduzindo ou adaptando, talvez, as experiências que viram durante uma longa viagem, bem como de outras iniciativas brasileiras, como por exemplo, a experiência do Afroreggae¹⁴.

11 Tailândia, Índia, Vietnam e Bangladesh

12 Criam um site na internet onde divulgam os empreendimentos visitados durante a viagem.

13 ONG criadas pela Lei no 9.790/1999, para facilitar os arranjos público-privados. Podem captar recursos financeiros sob a forma de doações, renúncia fiscal do IR das empresas doadoras e estabelecer parcerias ou convênios com o poder público.

14 ONG fundada em 1993, em Vigário Geral (Rio de Janeiro) com a missão de promover a inclusão e a justiça social por meio da arte, da cultura afro-brasileira e da educação. Trabalha para despertar potencialidades artísticas em jovens

Pelo que foi dito, nas duas entrevistas analisadas¹⁵, a dupla de empreendedoras não havia feito, inicialmente, um recorte do seu público-alvo; segmento de mercado; tipologias e características de materiais dos produtos. Assim, aparentemente, não sabiam quem seriam os compradores ou quais pessoas estariam envolvidas na produção. No artigo de Sarasvathy, a pesquisadora fala sobre a criação de negócios de caráter genérico. O exemplo criado por Sarasvathy ilustraria a situação vivida e experimentada pelas empreendedoras do Instituto Realice.

3.2 As abordagens de *Effectuation* no Instituto Realice

No início, partindo de um objetivo genérico, o Instituto Realice começa com a capacitação de um grupo de trinta artesãs de Campo Grande¹⁶, na Cidade do Rio de Janeiro. Com esse grupo, o Instituto Realice desenvolve uma linha de jogos americanos com reaproveitamento de papel jornal. Esses produtos foram vendidos em feiras e lojas da cidade, e essa experiência tem um desdobramento. Em 2006¹⁷, surge o “Mãos Brasil”.

A partir da experiência de produção dos jogos americanos, promovem a comercialização desses produtos artesanais, que se transformam no carro chefe da instituição. A ideia inicial do empreendimento seria a criação de um portal de soluções, com o estímulo ao trabalho voluntário; com o tempo, o empreendimento ganharia outro foco.

Desenha-se, então, a venda de produtos para a geração de renda, e define-se um recorte preciso para as ações. Os produtos seriam feitos por mulheres de baixa renda de bairros “mais pobres”, que estariam fora do mercado de trabalho formal. Entretanto, haveria também a identificação do perfil dos clientes, para quem os produtos se destinariam. Assim, configurar-se-iam, com a própria experiência do empreendimento, um primeiro perfil e critérios para posicioná-lo. Os artesãos, além do gênero, deveriam ter capacidade de produção mensal, e produtos com algum diferencial de inovação e qualidade¹⁸.

O processo para que um grupo forneça para o Instituto Asta tornou-se bem mais criterioso do que na época da criação da organização, quando Alice visitava feiras de artesanato à procura de artesãos interessados em participar da Rede. Esses primeiros grupos acabaram ficando, segundo Alice, “um pouco mal-acostumados”. Assim, os novos grupos interessados em fazer parte da estrutura precisam atender a determinados critérios. O primeiro requisito é que o grupo seja composto por pelo menos três pessoas, e que tenha no mínimo 60% de mulheres (...) [com] capacidade produtiva de no mínimo 200 peças por mês, e apresentar um produto que seja atrativo para o mercado, para

das camadas populares, principalmente de jovens moradores de favelas. Promove a geração de renda, na tentativa de afastá-los da influência do tráfico de drogas.

15 Participações noTEDxJardimBotânico (“Transformação é uma escolha: Alice Freitas e Ana Lucia”) e entrevista à Casa Claudia pela premiação Planeta Casa.

16 Campo Grande é um bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/AfroReggae>, Acesso 10 -2017

17 Há uma imprecisão com relação essa data, Alice fala em 2006 na entrevista do Planeta Casa (2009) e em 2007 no TEDx Jardim Botânico (2012).

18 O fato do grupo ser urbano, já trabalhar de forma associativa, ter compromisso com a entrega evidencia que já ter passado por capacitações, participado de feiras ofertadas por instâncias governamentais e não-governamentais. Desde o fim da década de 1990, são ofertados várias ações voltados aos artesãos.

que não haja necessidade de capacitação imediata. A localização do grupo também é importante, já que a Asta busca o desenvolvimento econômico desses grupos – logo, devem ser oriundos de regiões menos favorecidas do Rio de Janeiro. (...) No início da Asta, não havia muita estrutura para capacitar os grupos produtores. Alice e Rachel¹⁹ faziam visitas a diversos desses grupos e escolhiam os melhores produtos – ou aqueles que elas achavam ter maior potencial de venda – para entrar nos catálogos. Não havia nenhum trabalho para ensinar novas técnicas produtivas, influenciar o desenho das peças ou apresentar novas tendências para que os produtos ficassem mais atraentes. (EVANGELISTA, SILVA, ALMEIDA, 2012, p.5)

O projeto “Mãos Brasil” teria como objetivo a venda de produtos, em atacado, de forma diferenciada, oferecendo-os para outras empresas. Nesse momento, integra-se ao grupo Raquel Schettino, com experiência em vendas. O Instituto, assim, investiria em duas formas para vender seus produtos: atacado e varejo. Alice (2009) fala dessa experiência, em entrevista ao Planeta Casa:

Quando elas desenvolveram a primeira linha de jogos americanos, passamos a vender os produtos em feiras e lojas da cidade. Nessa época, uma empresa entrou em contato para encomendar uma grande quantidade de peças. (...) Notamos, então, que a venda seria nosso carro-chefe, ou seja, introduzir os produtos no mercado de forma diferenciada. A entrada de Rachel Schettino, profissional dessa área, como minha parceira no Instituto Realice, foi fundamental para colocar essa ideia em prática. (idem, 2012)

O foco do “Mãos Brasil” seria criar um canal de venda de artesanato. Surgiria, assim, uma primeira encomenda de venda em atacado de brindes corporativos. A estratégia do Realice estava pautada em editais²⁰, vendas sob encomenda, vendas diretas e participação de feiras e eventos.

Nesse momento além da marca “Mãos Brasil”, criava-se outra marca, a “Rede Asta”. E em 2007, surgiria a ideia da criação do catálogo para a venda direta. Esse projeto, contou com o financiamento da Fundação Avina²¹. Assim, em 2008, a “Rede Asta” tornar-se-ia um canal pioneiro de venda direta de produtos inclusivos no Brasil, com a participação de 600 artesãos (sendo 30 grupos localizados no Estado do Rio de Janeiro), e 200 “Conselheiras” (revendedoras). Hoje os produtos também são vendidos pelo e-commerce, com o sistema de *pagseguro* e entregas de no máximo 15 dias. Além disso, participam de feiras e eventos e têm uma loja conceito para divulgar a Rede em quaisquer lugares onde são convidadas.

Em 2009, o sistema de vendas da Rede Asta concorre ao concurso Planeta Casa²² e ganha o prêmio de inovação em iniciativas sociais, justamente pela criação dessa modalidade de vendas. A premiação renderia à Rede boa divulgação e grande visibilidade.

19 Raquel Schettino, profissional da área de vendas no varejo, integra-se à Rede Asta.

20 Ganham o prêmio de inovação social na FINEP

21 Foi fundada em 1994, por Stephan Schmidheiny, promove o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre empresas privadas e organizações filantrópicas. Fomenta a liderança e a inovação. Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org/parceirosecod/parceiros-apoio/fundacao-avina#ixzz4VybwgXMr> Acesso 10-2017

22 Criado pela revista Casa Claudia (Editora Abril) tem apoio da UNESCO, possui cinco categorias de premiação: Ação Social, Produtos, Projeto Arquitetônico, Projeto de Design de Interiores e Estudantes.

Em 2010, obtém financiamento da Ashoka²³ para empreendedores sociais e um planejamento estratégico que é realizado pela Consultora McKinsey. A necessidade de dar sustentabilidade ao negócio, por meio de seus projetos e ações, faz com que as empreendedoras busquem apoio, sempre de novas parcerias, participação em editais, bem como utilizem as ferramentas das decisões de *Causation*, visando a expansão e a consolidação do empreendimento. O resultado desejado seria, por exemplo, a sustentabilidade pelo aumento da escala de vendas.

Dessa forma, pensando em atender novas demandas, teriam sido definidas algumas metas para o empreendimento, tais como: (a) trazer escala de ganho para os grupos; (b) dar sustentabilidade à Rede em médio prazo; (c) expandir a Rede em outros estados do Brasil e fora do país; (d) aperfeiçoar essa tecnologia social, a ponto de ser aplicada em qualquer lugar. O desejo de potencializar pequenos empreendedores para tornarem-se, segundo a aspiração das empreendedoras, a “Natura dos produtos inclusivos”.

Assim como a maioria dos modelos de negócio baseados em venda direta, as conselheiras são em sua grande maioria mulheres, mas com um perfil um pouco diferente das vendedoras que trabalham para empresas tradicionais do setor, como Natura, Avon e Tupperware. São mulheres jovens, entre 25 e 40 anos, de classe média e classe alta, e que não revendem os produtos da Asta para complementar renda. O principal motivo pelo qual se tornaram conselheiras é a identificação com os conceitos de responsabilidade socioambiental presentes no Instituto Asta – a quase totalidade delas era cliente da marca e resolveu se engajar no processo, tornando-se conselheira. Com isso, a Rede Asta tem um contingente de 690 conselheiras cadastradas, sendo 180 delas ativas. (idem, 2012, p.6)

A partir de 2011, o forte valor criado com a criação da Rede Asta faz com que o Instituto Realice troque seu nome para Instituto Asta. O novo empreendimento passa a atuar com quatro canais, todos acrescidos do nome Asta, “para atingir o público consumidor final e o mercado corporativo: Rede Asta, Asta Web, Loja Asta e Asta Corp”.

4 | CONCLUSÃO

Com o texto exposto, procurou-se explicar a trajetória e ações que levaram a transformação do Instituto Realice em Instituto Asta. O percurso do empreendimento alinhar-se-ia com as decisões gerenciais de *Effectuation* e de *Causation*. Entretanto, na análise do histórico desenvolvido com a Rede Asta, poderiam ser identificados os processos decisórios de *Effectuation* propostos por Sarasvathy.

A versatilidade e a capacidade de transformar em ações positivas as contingências poderiam ser destacadas na atuação empreendedora do Instituto Asta. O período analisado

23 É uma ONG que contribui com a formação do tecido social brasileiro. Na base da atuação global da Ashoka estão o fomento de empreendedores e inovadores que redefinem desafios e padrões sociais, com enfoque em desenvolvimento e impacto sistêmico para a solução dos problemas mais prementes da sociedade. Fonte: <http://brasil.ashoka.org/ashoka-divulga-relat%C3%B3rio-com-novas-iniciativas-no-brasil>, Acesso: 16-01-2017

e apresentado na entrevista (Planeta Casa, 2009) e na palestra (TEDxJardim Botânico, 2012), por Alice Freitas, acentuaria o caráter inovador e a mobilidade do empreendimento, o qual ela gerencia. Além disso, as ideias propostas por Alice e sua instituição se aproximam do que foi exposto por Saras Sarasvathy quanto às condutas e às estratégias de *Causation* e às táticas de *Effectuation*.

Sarasvathy enfatizaria que as duas abordagens, apesar de diferentes, poderiam ser complementares, em função das necessidades ou da situação com a qual se depararia o empreendimento. Essa autora defende que entre, - prognóstico (*Causation*) e controle (*Effectuation*), não haveria uma prevalência de uma em relação a outra. E para a escolha entre elas, considerar-se-iam os recursos financeiros e humanos disponíveis, e supostamente a existência de um mercado já identificado, com base no conceito de *Causation*. Enquanto que o *Effectuation*, seria mais adequado aos negócios mais genéricos, ou de mercados ainda inexistentes, ou àqueles que estariam em fase inicial de criação. Portanto, no que foi apresentado por Alice Freitas, nos dois momentos, em que expôs o processo de desenvolvimento do atual Instituto Asta, seria possível identificar as decisões e aproximando-as dos conceitos de Sarasvathy (2001).

Tudo indica que os grupos selecionados pelo Instituto Asta já teriam sido treinados ou capacitados, por terem produção mensal, padronização das peças, e atender encomendas. Haveria uma profusão de programas voltados para esse grupo focal, como já foi mencionado, anteriormente. E o que teria sido percebido pelas empreendedoras do Instituto Asta, no nosso entendimento, seria a oportunidade de promover a venda regular desses empreendedores. Em nenhum momento, fazem referências ou citam outras iniciativas voltadas para esse setor econômico (exceto a Natura e a Avon), bem como não mencionam políticas públicas voltadas para empreendedores do segmento artesanal.

Há um grande mérito e criatividade nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Asta, sem dúvidas. Mas há também todo um cenário de políticas públicas que teriam favorecido as ações desse empreendimento, sem as quais talvez essa iniciativa não fosse exitosa²⁴.

Caberia ressaltar que com a visão de Estado mínimo, no qual se privilegia a livre iniciativa e se delega ao próprio mercado sua regulação, poder-se-ia causar a morte “da galinha dos ovos de ouro” da economia brasileira – os pequenos empreendedores (formais e informais) –, principalmente, os ligados ao artesanato e à agricultura familiar.²⁵

Finalizando, o segmento artesanal ganhou impulso nos últimos 20 anos. Apresentar-se-ia como um mercado promissor, onde haveria oportunidades diversas como a que foi desenvolvida pelo Instituto Asta, para a venda direta de produtos artesanais. Portanto, tornar-se-iam extremamente necessários mais estudos e análises de iniciativas que estão atuando nesse segmento econômico. Não só para destacar suas estratégias, mas também

24 Tanto o cenário como algumas iniciativas foram citadas na introdução do texto.

25 Mesmo com dados divergentes, estimar-se-iam que 27% do PIB sejam gerados pela MPES (Micro e pequenas empresas). Observando que o trabalho domiciliar, o trabalho sem remuneração e o trabalho informal não entram na geração desses índices, apesar de gerarem ativos não pecuniários. (IBGE, 2014)

para atualizar o montante pecuniário obtido, direta e indiretamente no setor. E, sobretudo, o aprofundamento das políticas públicas que garantam a continuidade de crescimento econômico e a inclusão social. E, por que não dizer, o desenvolvimento local e sustentável que essas atividades proporcionariam, tanto por meio da adoção das estratégias decisórias de *Causation* como de *Effectuation*. Percebe-se que esse processo decisório seria bastante adequado aos produtos artesanais, nos quais se dispõem de poucos recursos, e que o sucesso do empreendimento viria pela observação, escuta para o redirecionamentos de ações.

REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, Oscar Camilo Silva; SILVA, Vitor de Lalor Rodrigues da, ALMEIDA, Victor Manoel Cunha de. Instituto Asta: O Desafio do Triple Bottom Line. In: **36º Encontro da Associação de pesquisa de Pós-graduação em Administração. ANPAD**, Rio de Janeiro, 2012.

NOVAES, Washington. Inclusão social pelo trabalho. SACHS, Ignacy. In: **Serviço de apoio às micro e pequenas. Inclusão Social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond/PNUD, 2003 (18-45)

SACHS, Ignacy. **Serviço de apoio às micro e pequenas. Inclusão Social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond/PNUD, 2003. (49-111)

SARASVATHY, S. D. (2001). Causation and Effectuation: Toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency, **Academy of Management Review**, 26(2): 243-288.

Transformação é uma escolha: Alice Freitas e Ana Lucia no TEDxJardimBotanico

<https://www.youtube.com/watch?v=kyIRdvCQsrg>, Acesso 12- 2016.

Entrevista concedida por Alice Freitas à revista Casa Claudia, organizadora do prêmio Planeta Casa http://planetasustentavel.abril.com.br/inc/pop_print.html 1/4, Acesso em 12-2016.

<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>, Acesso 01- 2017

<https://ebtbrasil.wordpress.com/2010/06/19/empreendedorismo-e-inovacao-por-schumpeter/> acesso 01-2017

CONHECIMENTO COMPARTILHADO EM REDE: UMA BOA ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO?

Data de aceite: 01/02/2023

Andreia Duarte Oliveira Costa

FPL Educacional
MPA – Inovação e Organizações
Pedro Leopoldo – MG
<http://lattes.cnpq.br/5503411613320176>

Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos

FPL Educacional
MPA – Inovação e Organizações
Pedro Leopoldo- MG
<http://lattes.cnpq.br/3229877356519326>

Frederico Cesar Mafra Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG)
Departamento de Tecnologia e Gestão da
Informação (DGTI)
Belo Horizonte- MG
<http://lattes.cnpq.br/4271090306897767>

Oswaldo Ferreira Barbosa Junior

Fundação Dom Cabral
Programa de Organizações Sociais (POS)
Belo Horizonte- MG
<http://lattes.cnpq.br/3890224740607343>

tema é relevante, devido às dificuldades de gestão das organizações da sociedade civil e da falta de publicações na área. Em um contexto marcado pela conectividade, este estudo buscou aprofundar os conceitos sobre redes e compreender as relações colaborativas entre as organizações. O objetivo foi avaliar como as organizações em rede utilizam o conhecimento compartilhado como estratégia para o fortalecimento. Foi realizado um estudo de caso de uma rede aqui denominada Rede OSC, por meio de uma pesquisa descritiva e qualitativa. Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e grupo focal com os participantes da rede. Foram identificadas as articulações existentes entre os participantes da rede, analisados como se dá o compartilhamento do conhecimento e quais as contribuições atribuídas às organizações por participar de uma rede. Foram identificados inúmeros ganhos e vantagens advindos da rede e que são diversificados de acordo com a necessidade de cada parceiro como o fortalecimento organizacional e a legitimação. Contudo, pode se observar que ganhos significativos originados são os relacionados à geração de soluções

RESUMO: Este artigo buscou compreender como o compartilhamento do conhecimento das organizações em rede do terceiro setor pode auxiliar no seu fortalecimento. Este

coletivas, acúmulo do capital social e aprendizagem coletiva. Outros ganhos também promovem vantagens como aumento da visibilidade; ampliação do acesso a informações; conexões entre atores distintos e parcerias.

PALAVRAS-CHAVE: Rede, OSC, conhecimento compartilhado, terceiro setor.

NETWORK SHARED KNOWLEDGE: A GOOD STRENGTHENING STRATEGY?

ABSTRACT: This article sought to understand how sharing the knowledge of third sector network organizations can help strengthen them. This theme is relevant, due to the management difficulties of civil society organizations and the lack of publications in the area. In a context marked by connectivity, this study sought to deepen the concepts of networks and understand the collaborative relationships between organizations. The objective was to evaluate how networked organizations use shared knowledge as a strategy for strengthening. A case study of a network here called Rede OSC was carried out, through a descriptive and qualitative research. As data collection techniques, the following were used: documentary research, semi-structured interviews, participant observation and focus group with network participants. Existing articulations between network participants were identified, how knowledge is shared and what contributions are attributed to organizations for participating in a network were analyzed. Numerous gains and advantages arising from the network were identified, which are diversified according to the needs of each partner, such as organizational strengthening and legitimacy. However, it can be observed that significant gains originated are those related to the generation of collective solutions, accumulation of social capital and collective learning. Other gains also promote advantages such as increased visibility; expanding access to information; connections between different actors and partnerships.

KEYWORDS: Network, shared knowledge, third sector. social organizations.

1 | INTRODUÇÃO

As relações advindas de redes não são recentes, mas mostraram grandes avanços nos últimos anos devido ao crescente uso da Internet, à Revolução Informacional e à globalização. Como resultado, observa-se uma sociedade mais conectada, possibilitando maior flexibilidade e descentralização das esferas e maior articulação entre os sujeitos (CASTELLS, 1999). A conectividade entre pessoas de todos os lugares do mundo amplia a disseminação da informação. Conforme Dufloth (2005) surge um ambiente de inteligência coletiva no qual se amplia o conhecimento e a possibilidade de construção local baseado na interconectividade, expandindo, assim, a capacidade de atuação dos indivíduos por meio de promoção de alternativas conjuntas que transforma a própria conduta da sociedade.

Para melhor compreensão da interconectividade, é importante conhecer os conceitos das relações oriundas de rede, que, para Castells (1999), resume-se em “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (CASTELLS, 1999, p. 498)”.

Observa-se que as organizações da sociedade civil (OSCs), especialmente, são originadas por interesses individuais ou de pequenos grupos que possuem um ideal ou desejo de intervir em uma determinada causa. Em sua maioria, são de pequeno porte, com orçamentos reduzidos, com atuação de forma fragmentada. Além de possuir poucas ferramentas de gestão, também são marcadas por recursos humanos com baixa capacidade técnica. Em decorrência, não devem atuar mais de forma isolada assumindo a necessidade de articulação em rede (FALCONER, 1999).

Esta pesquisa partiu do objetivo geral de avaliar como as organizações sociais em rede utilizam o conhecimento compartilhado como estratégia para o fortalecimento do terceiro setor. Logo, buscou-se aprofundar no tema, realizando um estudo de caso de uma rede de cooperação do terceiro setor em Belo Horizonte. Procurou-se identificar as articulações existentes entre as organizações participantes; analisar como se dá o compartilhamento de conhecimento e descrever as contribuições percebidas pelas instituições sociais.

A pesquisa deste tema mostra-se relevante, visto que há poucas publicações sobre a articulação das OSCs em rede no terceiro setor, mesmo em um contexto submerso em conectividade. Acredita-se, que a partir desse estudo, possa se ampliar as possibilidades de novas pesquisas na linha de inovação e organizações do terceiro setor, pois o número de organizações desta natureza vem crescendo e assumindo uma parcela importante de responsabilidade junto à sociedade.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção é dedicada ao referencial teórico, que aborda o conceito de redes, gestão do conhecimento e conhecimento compartilhado. É seguida da metodologia da pesquisa. Posteriormente é detalhado o processo de análise dos dados a partir do esquema modelo criado pelos autores com base no Referencial Teórico e são apresentados os resultados. Por fim, estão as considerações finais que buscaram fazer um apanhado geral sobre a pesquisa, apresentando resultados, limitações e sugestões.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreensão do tema central deste artigo, é preciso apresentar inicialmente os conceitos e argumentações que antecedem à sociedade em rede. Alguns estudos como os realizados por Capra (2006) ajudam a compreender a origem da ideia de uma teia da vida; visão que reforça a concepção de que para os problemas contemporâneos não se pode considerar nada isoladamente. Todos os problemas são sistêmicos, interligados e interdependentes. O autor diz que a nova ciência da ecologia se fortaleceu a partir da apresentação das concepções de comunidade e rede. Para ele, a comunidade pode ser considerada como “um conjunto de organismos aglutinados num todo funcional por meio de suas relações mútuas (CAPRA, 2006, p. 44)”. Estes organismos não são apenas componentes de uma comunidade; todos são dotados de complexidade, ligados a uma

multidão de outros organismos com autonomia, que se inter-relacionam e se interdependem.

Considerar os sistemas vivos como redes, amplia a visão sobre a sociedade, para além de uma perspectiva hierárquica, de acordo com Capra (2006). A “teia da vida” pode ser visualizada como uma rede que interage com outras redes. Para facilitar a compreensão, deve-se pensar em uma rede com vários nós, e ao ampliar cada nodo será possível visualizar uma nova rede de conexões entre outros, composto por uma rede distinta, e assim por diante. Trata-se, resumidamente, de “redes dentro de redes (CAPRA, 2006, p. 44)”. Este autor salienta que o conceito de hierarquia é algo humano; logo as redes se aninham dentro de outras redes, não havendo redes acima ou abaixo da outra.

Balestrin e Verschoore (2008) reforçam as características comuns a qualquer tipo de rede, seja de relações ou de organizações. Todas as redes possuem nós representados por atores individuais, que possuem interconexões entre eles e por fim se constroem em uma unidade coletiva. Os autores ressaltam também que o propósito das redes de cooperação é reunir atributos que possibilitem enquadrar a um contexto mais competitivo, baseado em ações mais dinâmicas e sustentado por ações uniformes e descentralizadas. Por meio dessas redes, é possível obter ganhos, como a união entre as partes, sem perder a flexibilidade proporcionada pelo perfil de pequeno porte de muitas. Os autores reforçam que a articulação entre os diversos atores fortalece todos os envolvidos, melhorando as condições de atuação e possibilitando maior competitividade, seja individual ou coletiva. Eles descrevem algumas possibilidades de classificação das redes de cooperação. Primeiramente, rede assimétrica caracterizada pela relação hierárquica, posteriormente rede simétrica, caracterizada pela relação horizontal, seguida por rede formal, caracterizada por relações contratuais, nas quais as regras são claras e por fim, rede informal caracterizada pelas relações de conveniência. Entretanto, ressaltam que há um ponto em comum entre todas, que é a busca de um determinado objetivo, que provavelmente não seria alcançado caso um dos atores agisse de forma isolada ou individual.

Vários autores que pesquisam o tema como Capra (2001), Castells (1999), Balestrin e Verschoore (2008), Adulis (2011), Felix e Martinho (2011) e Ramos-Vidal (2018) concordam que, em qualquer rede devem existir objetivos comuns, constante interação entre os atores participantes e a presença de um facilitador para garantir a realização das ações coletivas.

O quadro 1 apresenta os ganhos proporcionados pelo modelo de redes de cooperação, suas definições e benefícios propiciados aos atores envolvidos, segundo Balestrin e Verschoore (2008). Com esta figura, a intenção é demonstrar as possibilidades de ganhos ao se associar em rede e também explicitar como uma organização pode se beneficiar a partir de seis tipos de ganhos distintos.

| Ganhos | Definição | Benefício aos atores envolvidos |
|-----------------------------------|---|--|
| Maior escala e representatividade | Benefícios obtidos devido a ampliação do número de atores articulados. Quanto maior o número de atores, maior a capacidade da rede obter ganhos. | Poder de barganha, representatividade, credibilidade, legitimidade e força. |
| Geração de soluções coletivas | Disponibilização de serviços, produtos e infraestrutura para o desenvolvimento dos atores articulados em rede. | Capacitação, consultoria, marketing compartilhado, prospecção de oportunidades. |
| Redução de custos e riscos | A vantagem de dividir entre os atores os custos e riscos são comuns entre os participantes. | Atividades Compartilhadas, complementaridade e produtividade. |
| Acúmulo de capital social | Aprofundamento das relações entre indivíduos, ampliação do sentimento de pertencimento a um grupo, evolução das relações sociais. | Limitação do oportunismo, ampliação da confiança, fortalecimento de vínculos, reciprocidade, coesão interna. |
| Aprendizagem coletiva | Compartilhamento de conhecimentos entre os atores articulados, acesso a conhecimentos externos que fortalecem o processo de aprendizagem coletiva. | Socialização de informação e experiências, acesso a novos conhecimentos externos, benchmarking interno e externo. |
| Inovação colaborativa | As ações caracterizadas pela inovação desenvolvidas pelos atores articulados com centros de pesquisa e demais agentes por meio de modelo de inovação aberta, integrado e em rede. | Novos produtos, serviços, adoção de novas práticas, acesso a novos mercados e desenvolvimento de novos modelos de atuação. |

Quadro 1 – Ganhos das redes de cooperação

Fonte: Adaptação Balestrin e Verschoore (2008) p.120 realizada pelos autores

Ramos-Vidal (2018) declara que participar de redes pode ser uma forma de obter contatos informais para criação de alianças estratégicas para o fortalecimento organizacional. Entretanto, boa parte das organizações prefere se relacionar com outras organizações

percebidas como similares, por considerar que pode haver mais oportunidades quando atuam na mesma corrente. O autor reforça que alianças entre organizações de correntes distintas pode fomentar a geração de produtos criativos, com valor agregado e alinhado à inovação.

Feijo e Zaquetto (2014) identificam como um dos desafios o tempo dedicado à rede. O resultado do sucesso ou fracasso de uma rede está diretamente ligado à destinação de tempo direcionado a ela. É importante que o gestor tenha ciência de que o tempo da sua dedicação deve ser igual à organização e à rede. Logo, essa dedicação tem que ser compreendida como investimento, reconhecendo os ganhos com o processo de compartilhamento de informações e recursos advindos da própria rede.

Entretanto, para detalhar com mais assertividade a relação das redes, faz-se necessário ampliar o estudo para as redes de conhecimento e inovação. Uma rede de conhecimento é caracterizada por pessoas vinculadas a uma organização no qual desejam trocar informações, impressões e conhecimento de processos (MENEZES, JOHANN, VALETIM E SCOTT, 2017). A maior interação entre os membros e parceiros de um dado grupo, propicia canais de criação e manutenção de comunicação. O aprender com o outro é uma forma de manter o comprometimento entre o grupo na busca de ampliar o conhecimento (D'ARRUDA, ARRUDA, ALMEIDA, & GIGLIO, 2017). Quanto mais densa uma rede, significa difusão mais rápida do conhecimento que chega com mais agilidade àqueles conectados a rede (SCARPIN, MACHADO, MONDINI & GOMES, 2018).

Para os autores: “A inovação é um processo de aprendizado interativo, contínuo e heterogêneo, que ocorre com a contribuição de vários agentes, no qual cada um traz consigo seu conhecimento e sua lente sobre um determinado assunto (SCARPIN *et al*, p.35, 2018).” A capacidade das redes em compartilhar o conhecimento oportuniza uma relação de inovação. As redes de conhecimento possibilitam o surgimento de ideias novas desde que os atores envolvidos se disponibilizem a aprender e compartilhar (Oliveira & Muyder, 2017).

Oliveira e Muyder (2017) expõem que uma rede de conhecimento só será inovadora se o conhecimento gerado entre os atores puder ser absorvido entre os membros de forma equivalente e o valor agregado puder servir a todos. Entretanto, Duarte, Souza, Macedo e Gomes (2017) relatam que, mesmo em algumas redes nas quais os “nós” não possuem um grau elevado de conectividade, ainda é possível identificar interação, intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Mais recentemente, Milagres e Burcharth (2019) se aprofundaram na pesquisa sobre os fatores que impactam na transferência do conhecimento nas redes entre organizações e como estes fatores interagem entre eles. As autoras concluíram que a transferência de conhecimento é fundamental para o desenvolvimento de vantagens competitivas assim como as organizações dependem cada vez mais de parcerias com parceiros externos. Entretanto, esta tarefa está longe de ser trivial.

Recorrendo à Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento tácito e explícito são complementares. Para eles, “o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito (NONAKA & TAKEUCHI, 1997, p. 67).” Entretanto, muitas vezes o conhecimento tácito é desprezado por ser um conhecimento nem sempre sistematizado, pouco analisado e pouco difundido (CERDEIRA e NEVES, 2018).

Cerdeira e Neves (2018) alertam que, para se transmitir o conhecimento tácito, é preciso haver uma vontade pessoal motivadora. Independente das relações hierárquicas, só se partilha esse conhecimento por meio de relações de confiança interpessoal. As relações entre os indivíduos, quando nutridas de confiança e clima amistoso, ampliam a probabilidade de compartilhamento de informação, conhecimento, serviços e melhoria dos processos de acordo com Cerdeira e Neves (2018), Santos, Oliveira, Zaquetto Filho, & Sousa (2020) e Silva, Pauli, & Ruffatto (2020). Terra (2000), Pardini *et al* (2012) e Pizzaia, Pegino, Colla e Tenório (2018) reforçam que o compartilhamento é mais eficiente quando há interação humana.

Para Martins (2015), o contato entre pessoas permite a aquisição de novos saberes, habilidades e conhecimentos. Quando há uma circulação de conhecimento tácito significativo no ambiente, há necessidade de sistematização deste conhecimento tácito em explícito. Em seu estudo, a autora percebe um distanciamento entre o conhecimento produzido e o registrado e a disponibilização do mesmo.

Dorow, Trzeciak e Rados (2018) relatam que as relações de amizade permitem a criação de confiança em grupo, o que, por sua vez, é um facilitador no compartilhamento de conhecimento tácito e uma forma efetiva de desenvolvimento de práticas de aprendizagem. Os autores reforçam que as relações de amizade emergem por meio da cooperação, confiança e união, tornando o compartilhamento do conhecimento natural. Tal argumento é reforçado por Vilanova, Agia, Silva & Giglio (2019) ao mencionar que a confiança pode ser desenvolvida a partir de encontros regulares e que a partir da confiança é possível ajudar-se e colocar os objetivos do grupo em primeiro plano, uma demonstração a reciprocidade entre confiança e comprometimento. Santos *at al* (2020) reforça que a partir de um engajamento mais colaborativo é possível atingir metas comuns e resolução de problemas.

Como relatado anteriormente, vários foram os pesquisadores utilizados no T para ressaltar a importância das redes. Contudo, não foi identificado nenhum modelo a ser adotado para analisar o uso do conhecimento compartilhado como estratégia de referencial teórico fortalecimento do terceiro setor. Logo, foi construído pelos autores um esquema modelo, conforme figura 1.

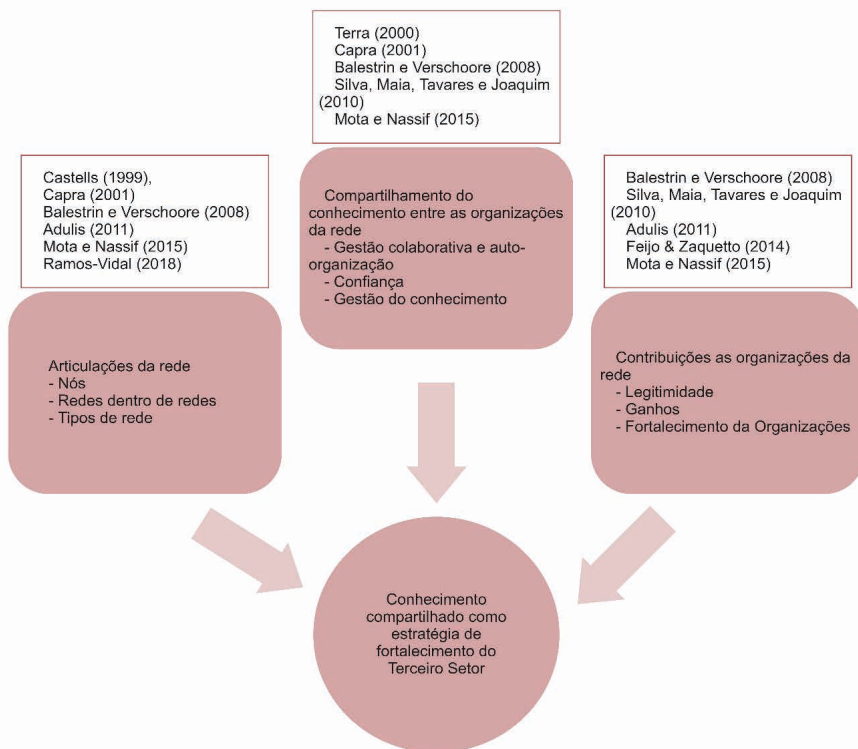


Figura 1 – Modelo teórico analítico de redes

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso descritivo com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva teve como objetivo “descrever o comportamento dos fenômenos (COLLIS & HUSSEY, 2005, p. 24)”.

Esta pesquisa adotou como unidade de análise uma rede de cooperação em que se articulam organizações do primeiro, segundo e terceiro setor de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte. A rede pesquisada foi fomentada por uma entidade do sistema S e foi denominada Rede OSC. Esta rede já promove articulação entre os setores há mais de dois anos. O objetivo em comum entre os representantes participantes é a transformação social do público beneficiário das organizações participantes.

A unidade de observação foi composta dos indivíduos participantes da rede, escolhidos de forma intencional, num total de 15 pessoas diretamente envolvidas.

Foram adotados quatro métodos de coleta distintos e complementares que possibilitaram maior compreensão do contexto da unidade de análise. Primeiramente foi realizada uma entrevista semiestruturada com representantes de uma OSC, caracterizada como possível fornecedora de conhecimento às organizações de menor

porte. Posteriormente, foi realizada uma outra entrevista com o condutor da rede para compreender o seu papel frente as relações entre os participantes. Para complementar a coleta de dados, realizou-se um grupo focal com 12 representantes de organizações participantes da rede. O objetivo do grupo foi entender como acontecem as conexões, verificar se há compartilhamento de conhecimento e serviços e identificar os desafios e ganhos de participar de uma rede.

Para as coletas de dados, foram criados três roteiros distintos para aplicação conforme as características do procedimento de coleta e característica do público. As perguntas constantes dos roteiros das entrevistas individuais e do grupo focal buscavam apreender o ponto de vista dos participantes alinhados com os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram todas gravadas.

Para a análise dos dados foi escolhido o método de Análise de Conteúdo. Este método tem como objetivo obter mais clareza das informações coletadas, por ser um método considerado mais rigoroso com redução de ambiguidades, ampliando a credibilidade da pesquisa (SILVA e FOSSÁ, 2013).

Nesta pesquisa adotou-se a estratégia de triangulação de métodos de coleta para responder o objetivo geral e os específicos a partir das diversas perspectivas dos envolvidos na Rede OSC.

4 | ANÁLISE DE DADOS

Após coleta de todos os dados, eles foram categorizados a partir da técnica de análise de conteúdo. Com o intuito de facilitar a apreciação, contou-se também com a utilização do *software* NVivo Plus, que auxiliou na organização e na análise das informações não estruturadas de base qualitativa.

O quadro 2 apresenta a relação entre os objetivos da pesquisa, os autores utilizados na análise e respectivas fontes de coleta de dados.

| Objetivos específicos | Categorias | Autores | Tipo de Pesquisa | Fonte/ Instrumento de coleta de dados |
|---|---|---|--|--|
| Identificar as articulações existentes entre as organizações sociais por meio da participação em uma rede de cooperação em Belo Horizonte | <ul style="list-style-type: none"> Nós, Redes dentro de Redes, Tipos de rede | <ul style="list-style-type: none"> Castells (1999) Capra (2001) Balestrin & Verschoore (2006) Adulis (2011) Mota & Nassif (2015) Ramos-Vidal (2018) | <ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada Grupo Focal Observação participante Análise documental | <ul style="list-style-type: none"> Roteiro 1 – Questões: 1,2 Roteiro 2 – Questões: 1,2,3 Roteiro 3 Questões: 1,2 Conversa com os participantes nas reuniões, com gestores e equipe de trabalho da entidade. Reuniões de acompanhamento técnico. |
| Analisar como se dá o compartilhamento de conhecimento nas organizações do terceiro setor pesquisadas | <ul style="list-style-type: none"> Gestão colaborativa e auto-organização Gestão do conhecimento Confiança | <ul style="list-style-type: none"> Terra (2000) Capra (2001) Balestrin & Verschoore (2006) Silva, Maia Tavares & Joaquim (2010) Mota & Nassif (2015) | <ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada Grupo Focal Observação participante Análise documental | <ul style="list-style-type: none"> Roteiro 1 – Questões: 3, Roteiro 2- Questões: 4,5 Roteiro 3 Questões: 3,4,5 Conversa com os participantes nas reuniões, com gestores e equipe de trabalho da entidade. Reuniões de acompanhamento técnico. E-mail, síntese de reuniões e relatórios. |
| Analisar as contribuições percebidas pelas instituições sociais participantes das redes, para o fortalecimento do terceiro setor | <ul style="list-style-type: none"> Legitimidade Ganhos Fortalecimento da Organizações | <ul style="list-style-type: none"> Balestrin & Verschoore (2006) Silva, Maia Tavares & Joaquim (2010) Adulis (2011) Feijo & Zaquetto (2014) Mota & Nassif (2015) | <ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada Grupo Focal Observação participante Análise documental | <ul style="list-style-type: none"> Roteiro 2 – Questões: 6,7,8,9,10,11 Roteiro 3 Questões: 6,7,8 Conversa com os participantes nas reuniões, com gestores e equipe de trabalho da entidade. Reuniões de acompanhamento técnico. E-mail, síntese de reuniões e relatórios. |

Quadro 2: relação entre objetivos da pesquisa, autores utilizados na análise e respectivas fontes de coleta de dados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 Articulações existentes entre as organizações sociais

Com base nos resultados do grupo focal, foi possível observar que o interesse em participar da Rede OSC está atrelado à confiança entre os participantes e a organização fomentadora, mas o que se observou também foi que o elo pessoal entre o condutor da rede e os participantes foi o principal agente influenciador para a captação de vários integrantes da rede. Por meio do grupo do WhatsApp® e da síntese de reuniões, são percebidas inúmeras articulações entre os participantes. Além disso, foram mencionadas as articulações que são feitas diretamente pelos parceiros sem registrar na Rede OSC, fato identificado nas entrevistas, reuniões ordinárias e grupo focal. Entretanto não há registros de como são dadas as articulações e quais os resultados destas.

Ao serem consideradas as relações dos participantes da Rede OSC enquanto um sistema vivo, conforme Capra (2006) percebe-se exatamente a possibilidade de criação de uma nova perspectiva hierárquica, em que os diversos nós se articulam de tal forma que são criados novos nodos ou mesmo nova rede, sem a própria percepção dos participantes, pois não identificam essas relações distintas da rede original.

Por meio da pesquisa, pode-se identificar que a Rede OSC é baseada sim em objetivos e interesses comuns, conforme os autores Castells (1999), Balestrin e Verschoore

(2008), Adulis (2011) Felix e Martinho (2011), Capra (2001) e Ramos-Vidal (2018) destacam nos seus estudos. Entretanto, também é possível identificar que ainda não há consenso em relação ao formato desta rede pelos participantes. O Condutor considera que, além dele, os demais participantes possuem entendimento de um único formato da rede. Ele considera a rede simétrica com base na definição de Balestrin e Verschoore (2008) escrito no referencial teórico.

Quando se volta à análise para o grupo focal e para a observação participante, observam-se ambiguidades entre os mesmos participantes ou membros distintos. Ou seja, conforme partes do discurso dos membros da rede no dia a dia ou no grupo focal, é mencionada uma rede com identidade de rede informal, conforme Balestrin e Verschoore (2008): baseada na livre participação, porém centrada nas relações de confiança.

Já a partir da observação participantes é importante mencionar que a relação de articulação entre os membros da Rede OSC é algo que faz parte do cotidiano e é algo que é realizado com facilidade pelos participantes. Trata-se de uma relação espontânea e tácita, apesar da dificuldade de ser mensurada, é perceptível nas relações do grupo. Há de se considerar que por estarem próximos em um dado território é um fator agregador da rede e um potencializador das articulações. Os interesses e objetivos comuns dos participantes são positivamente influenciados pelo território, o que os une. Este dado reforça a teoria de Capra (2006) ao se referir que o ser humano não está dissociado do ambiente e todos estão diretamente interconectados.

4.2 Compartilhamento de conhecimento nas organizações do terceiro setor

Os depoimentos captados apresentam coerência com Adulis (2011) ao dizer que a rede pode ser promissora, sendo que, entretanto, há limitação de benefícios conforme o tipo de participação de cada membro. Além disso, demonstram também estar alinhados com Ramos-Vidal (2018), quando este declara que, por meio das redes, podem ser criadas alianças estratégicas. A trajetória de análise ratifica as ideias de Mota e Nassif (2015) quando pontuam que articular com o primeiro setor, comunidade e os diversos segmentos da sociedade é fundamental para a sobrevivência das OSCs, para que sejam mantidas e firmadas as parcerias. De forma unânime, todos os entrevistados apresentaram em seus depoimentos que a rede é um meio de compartilhamento de conhecimento, oportunizando aprendizado e outros benefícios, assim como Silva, Maia, Tavares e Joaquim (2010) e Capra (2006) defendem.

Baseado em Balestrin e Verschoore (2008), as organizações em rede podem superar as dificuldades comuns e podem ser apresentadas como uma nova forma de se organizar, em que soluções coletivas são encontradas. Um dos participantes declara exatamente o contrário: “Eu acho que em todos os encontros temos aprendizados, como o condutor falou conosco: ‘Uma lâmpada se acende quando estamos precisando solucionar um problema da instituição’. E a gente acha a resposta na rede (Participante 9)”.

Outro participante relata também que conseguiu as respostas aos questionamentos e, inclusive, ajuda direta nas suas dificuldades em curto período de tempo, o que fortalece a hipótese do compartilhamento de conhecimento para fortalecer uma OSC:

Porém, é preciso considerar as possíveis fragilidades da rede, pois, apesar do senso de cooperação observado em todo o processo de coleta de dados, é sabido que não são todas as organizações que estão totalmente abertas para o compartilhamento. Portanto, o espaço de Rede OSC pode ser apresentado como um espaço profícuo à inovação para as organizações participantes, de acordo com Sátyro, Telles e Queiroz (2017), por possuir uma base em uma estrutura planejada.

A confiança é um dos elementos essenciais para constituição de uma rede. Tal situação apresentado por Balestrin e Verschoore (2008) é percebida com naturalidade na rede. A confiança no Condutor foi um facilitador para captação de parceiros da rede. A confiança nas informações compartilhadas foi outro ponto levantado pelos participantes do grupo focal e explicitada com veemência por um participante quando indagado sobre o assunto: “Se não tivéssemos (confiança) não estaríamos aqui! (Participante 7).”

Outro ponto levantado nas entrevistas é a desconfiança dos moradores da comunidade que ainda não estão acostumados com a articulação dos parceiros em rede. Na maioria das vezes, estes confundem os resultados da articulação como ações político-partidárias. O não envolvimento político-partidário da Rede OSC é um ponto positivo e apresenta alinhamento com os autores Mota e Nassif (2015) ao mencionar que toda rede deve estar livre de vínculos partidários para sua sobrevivência, considerado também pelo participante 12 por meio do depoimento: “eu passei a participar das reuniões e eu vejo a seriedade do projeto muito importante, apartidária e a intenção é prestar serviços à comunidade...”.

Por meio da observação, análise documental e depoimentos, é possível identificar que o maior conhecimento oferecido pela Rede OSC é o conhecimento tácito que permeia todas as relações entre os participantes do grupo. É importante ressaltar que, conforme Nonaka e Takeuchi (1997), estes conhecimentos são complementares e promovem a ampliação do conhecimento humano; não devem, portanto, ser desprezados (Cerdeira e Neves, 2018).

Para Terra (2000), Pardini et al (2012) e Pizzaia, Pegino, Colla e Tenório (2018), o compartilhamento é mais eficiente quando há relação entre as pessoas. Os participantes do grupo focal declaram a necessidade de interação e defendem as reuniões presenciais.

Porém, antes de refletir sobre as contribuições para o fortalecimento do terceiro setor, é necessário avaliar a dedicação à rede. Feijo e Zaquetto (2014) já apontavam com uma possível variável de comprometimento a sustentabilidade de uma rede. Em sua maioria, os depoimentos evidenciaram que os participantes não dedicam tempo satisfatório à rede, principalmente no que se refere a compartilhar os conhecimentos e/ou serviços de sua respectiva organização.

Para o autor Ramos-Vidal (2018), relacionar com organizações que possuem boa reputação e *status* oferece legitimidade às organizações que ainda estão em desenvolvimento. Para a Rede OSC, é possível identificar algumas relações entre os parceiros que transparecem esse desejo, principalmente quando realizaram a primeira conexão com a rede. Alguns parceiros mencionaram o interesse em estar envolvidos mesmo que indiretamente com a organização fomentadora da rede e, assim, conectaram-se ao movimento.

4.3 Contribuições percebidas para o fortalecimento do terceiro setor

Na Rede OSC, foi possível perceber, por meio da observação participante, que o que realmente leva cada membro a se unir à rede é a possibilidade de obter ganhos, apesar dos discursos de união por meio da transformação social. Entretanto, nos quase três anos de Rede OSC, é possível identificar uma mudança do olhar dos membros no que se refere aos ganhos. Aqueles que chegavam à rede com o objetivo de um ganho individual passam hoje a corroborar pelo ganho coletivo. Assim, com base nos estudos de Balestrin e Verschoore (2008), percebe-se a evolução da Rede OSC: as redes de cooperação estabelecem relações que possibilitam ganhos a todos.

A partir da figura 1 apresentada no referencial teórico e após serem confrontados os depoimentos dos entrevistados, é possível perceber que, entre todos os ganhos expostos por Balestrin e Verschoore (2008), apenas dois foram identificados de forma expressiva: o acúmulo de capital social e a aprendizagem coletiva.

Os ganhos apresentados possuem uma relação direta com o compartilhamento do conhecimento e, conforme Silva, Maia, Tavares e Joaquim (2010), a utilização desses pode oferecer aumento das capacidades competitivas e oportunizar outros ganhos. Logo, dedicar-se ao compartilhamento do conhecimento na Rede OSC pode ser considerado como um investimento relevante, assim como Feijo e Zaquetto (2014) afirmam, pois, a própria rede pode promover ganhos acima do esperado, a médio e longo prazo, além do valor agregado.

Ao analisar todos os dados coletados nesta pesquisa, pode-se fazer uma ligação direta com Adulis, (2011) quando reflete que, aos participantes de uma rede, não há respostas simples e os dilemas deverão ser resolvidos em conjunto para o fortalecimento. Os participantes mais ativos já conseguiram compreender a essência mais reflexiva conforme relatado no depoimento da participante 12 no grupo focal: “Eu acho que a rede muda o olhar da gente para o outro e isso é transformador!”.

De acordo com os dados coletados a possibilidade de uma agenda comum por meio da interlocução do primeiro, segundo e terceiro setor, fortalece o terceiro setor, assim como anunciado por Mota e Nassif (2015). Todavia, por meio desta pesquisa, identifica-se que também pode favorecer o primeiro setor. O próprio participante 10, representante do primeiro setor, expõe que estavam “invisíveis” antes da Rede OSC.

Assim, os vínculos afetivos podem ter sido um grande potencializador dos ganhos nos últimos anos, pois é nítido que os laços de amizade estão mais presentes. Isto é pontuado pelos autores Silva, Maia, Tavares e Joaquim, (2010), quando posicionam que os vínculos de amizade são consequências de uma rede. E a amizade reforça o vínculo de confiança que, por sua vez, acelera o compartilhamento de conhecimento.

Desse modo, há de se considerar também, que há uma ligação afetiva com o território onde se localiza a Rede OSC e seus respectivos membros. Assim, fortalece o posicionamento de Capra (2006) ao expor que os seres humanos não são dissociados e que, além de se conectarem com outros seres humanos, se envolvem com o ambiente onde estão inseridos.

Diante do conhecimento adquirido por meio da Rede OSC, os participantes puderam acessar diversos ganhos para o desenvolvimento individual de cada organização. Além disso, também foram identificadas agendas em comuns, a partir da qual foi possível perceber também os ganhos coletivos, todos alinhados às vantagens descritas por Adulis (2011) e aos ganhos de Balestrin e Verschoore (2008).

Consequentemente, esta pesquisa apresenta alinhamento com as convicções de Mota e Nassif (2015), ao expor que a participação em rede é uma possibilidade de fortalecimento do terceiro setor por promover aumento do diálogo e maior representatividade aos participantes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como o compartilhamento do conhecimento das organizações em rede do terceiro setor pode auxiliar no seu fortalecimento. A rede analisada foi denominada de Rede OSC - Organizações da Sociedade Civil.

O primeiro passo da análise foi identificar as articulações originadas na Rede OSC. Logo, foram identificados vínculos afetivos de grande expressão, podendo ser considerados facilitadores para essas articulações. A rede, apesar de ser percebida como informal, ainda encontra indícios de centralização na organização fomentadora, o que, às vezes, incomoda os participantes. Entretanto, ao avaliar a rotina diária das ações, passa a ser confortável aos participantes a manutenção do formato.

Já em segundo lugar, foi analisado como se dá o compartilhamento do conhecimento por meio da rede. Após a identificação das formas de partilha deste, foi observado que a disseminação do conhecimento tácito produzido entre os parceiros da rede gera ganhos ou vantagens para as organizações participantes. Os ganhos apresentados transpõem a rotina do grupo, o que diversifica mais a rede, pois as relações pessoais passaram a ser um impulsionador de captação de novos parceiros, o que os une para uma agenda comum. Há de se ressaltar que o conhecimento é o bem maior que os participantes da rede têm, o qual, por sua vez, não era valorizado até quando puderam perceber o quanto

o conhecimento tácito entre eles, articulado, poderia fortalecer todo o grupo. Por fim, foi realizada análise das contribuições adquiridas por meio da rede. Foram identificados inúmeros ganhos e vantagens advindos da rede e que são diversificados de acordo com a necessidade de cada parceiro. Dentre os citados, estavam o fortalecimento organizacional, a legitimação e a diversificação de programação. Contudo, pode-se observar que ganhos mais significativos originados por intermédio da Rede OSC são os relacionados à geração de soluções coletivas, acúmulo do capital social e aprendizagem coletiva. Outros ganhos também promovem vantagens como aumento da visibilidade; ampliação do acesso a informações; conexões entre atores distintos e parcerias para cooperação.

Assim, pode-se compreender, a partir dos pressupostos analisados, que o conhecimento compartilhado em rede pode ser estratégia de fortalecimento do terceiro setor, porém não pode ser considerado como única forma de gestão.

Como sugestão para novas pesquisas, considera-se relevante a realização de uma avaliação de redes sociais, como complemento desta pesquisa, para que sejam avaliadas as consistências dos laços desta rede. Esta pesquisa teve como ponto forte a metodologia e a análise de dados que podem ser contribuições para pesquisas futuras. A utilização de triangulação de métodos de pesquisa qualitativa, o uso de softwares e a análise de conteúdo demonstram a complexidade deste estudo o que poderá auxiliar novas pesquisas a partir dos métodos adotados. Ressalta-se também o “esquema modelo” (figura 2) proposto para analisar “o uso do conhecimento compartilhado como estratégia de fortalecimento do terceiro setor”, objetivo principal desta pesquisa. Este modelo pode ser utilizado em outras pesquisas como roteiro a ser seguido, tanto para a consulta dos autores como para a análise dos resultados.

REFERÊNCIAS

ADULIS, D. A profusão das redes: gestão e fomento na promoção do desenvolvimento. In: FELIX, C.; MARINHO, C. **Vida em Rede**. Baueri, SP: Instituto C&A, 2011. p. 130-160.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de Cooperação empresarial**. São Paulo: Bookman, 2008.

CAPRA, F. **As Conexões Ocultas**. São Paulo: Cutrix, 2001.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERDEIRA, J. P.; NEVES, P. C. **Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional**. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, jan/abr 2018. 3-19.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração - Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Bookman, 2005.

- D'ARRUDA, A. C. et al. **Dominância de tipos de comprometimento em distintas redes.** Pensamento Contemporâneo em Administração, p. 85-102, 2017.
- DOROW, P. F.; TRZECIAK, D. S.; RADOS, G. J. A. **Motivadores ao compartilhamento de conhecimento tácito em organizações intensivas em conhecimento.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, p. 373-394, 2018.
- DUARTE, A. L. F. et al. **Análise de Redes e Mapeamento da Produção sobre Internacionalização.** VI Singep, 2017.
- DUFLOTH, S. C. **Gestão da Informação do Ambiente Externo em Organizações do Terceiro Setor.** Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 10, p. 18-33, jan/jun 2005.
- FEIJÓ, M.; ZUQUETTO, R. D. **Cooperar para Sobreviver e Crescer: Análise da Rede de Cooperação Redemac.** Revista de Administração Mackenzie, maio - junho 2014. 21-41.
- FELIX, C.; MARTINHO, C. **Vida em rede - Conexões, relacionamentos e caminho para uma nova sociedade.** Baurei, SP: Instituto C&A, 2011.
- MENEZES, K. C. D. et al. **Gestão de pessoas em organizações do terceiro setor: um modelo a ser construído.** Perspectivas em Gestão & Conhecimento, março 2017. 145-159.
- MILAGRES, R.; BURCHARTH, A. **Knowledge Transfer in Interorganizational Partnerships: What do we know?** Business Process Management Journal, p. 27-68, 2019.
- MOTA, A. L. C. D.; NASSIF, V. M. J. **Sobrevivência de Organizações Empreendedoras do Terceiro Setor: Jogar sozinho ou em rede?** XXXIX Encontro da ANPAD, 13 a 16 setembro 2015.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de Conhecimento na Empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- OLIVEIRA, J. G.; MUYLDER, C. F. **Redes de conhecimento e inovação: Fatores Críticos de Sucesso.** VI Singep. São Paulo: [s.n.]. 2017. p. 1-17.
- PARDINI, D. J. et al. **Rede de aprendizagem: uma proposta metodológica no ensino de acionista e executivos.** Revista Ciência da Informação, p. 25-40, 2012.
- PIZZAIA, Â. et al. **O papel da comunicação na gestão do conhecimento: aspectos relevante e estímulo a novas pesquisas.** Perspectivas em Gestão & Conhecimento, mai/ago 2018. 62-81.
- PODOLNY, J. M.; PAGE, K. L. **Network Form of Organization.** Annual Review of Sociology, v. 24, n. 1, 1998. 57-76.
- RAMOS-VIDAL, I. **Determinantes de la formación de redes.** RAE-Revista de Administración de Empresas, p. 16-29, 2018.
- SANTOS, R. et al. **Impacto do capital social no engajamento colaborativo em redes inteorganizacionais.** XLIV Encontro DA ANPAD - EnANPAD , 14 a 16 outubro 2020. 1-16.
- SÁTYRO, W. C.; TELLES, R.; QUEIROZ, M. M. **É possível associar poder a competitividade em estudos de redes de negócios?** VI Singep, 2017.

SCARPIN, M. R. S. S. et al. **Produção científica de inovação no Brasil: Uma análise sob a ótica das redes sociais.** Revista da Administração UFSM, p. 19-39, 2018.

SILVA, S. D.; PAULI, J.; RUFFATTO, J. **Relação Entre Orientação de Valor Social, Redes Informais e Desempenho de Grupos.** XLIV Encontro da ANPAD - EnANPAD, 14 a 16 outubro 2020. 16.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos.** IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 3-5 novembro 2013. 1-14.

SILVA, F. T. et al. **O Processo de Gestão do Conhecimento em Redes Interorganizacionais: Um estudo com empresas Juniores de Minas Gerais.** XXXIV EnAnpad , 25-29 setembro 2010. 1-17.

TERRA, J. C. C. **Gestão do Conhecimento - O grande desafio empresarial.** São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VILANOVA, M. E. M. et al. **Trust and Commitment as Bases for Network Development.** Revista Gestão & Conexões, p. 59-83, 2019.

A INTERFACE ENTRE A PRÁTICA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Data de submissão: 28/11/2022

Data de aceite: 01/02/2023

Nívia Barreto dos Anjos

Doutoranda em Serviço Social
Instituto Universitário de Lisboa
Lisboa - Portugal
Orcid: 0000-0002-4225-9868
<http://lattes.cnpq.br/3909321002652152>

Maria Inês Amaro

Professora Auxiliar Convidada
Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Instituto Universitário de Lisboa

RESUMO: Este artigo se reporta à interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social. O seu objetivo geral é analisar a ligação entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, com o intuito de perceber se existe uma relação consistente entre essas duas categorias teóricas essenciais ao Serviço Social. Já os objetivos específicos são: 1. Verificar a relevância do paradigma transformativo nesta interface: prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social; 2. Apresentar um pouco da experiência da observação em sala de aula da Licenciatura em Serviço Social do Iscte em relação a esta conexão. A metodologia adotada baseia-se em revisão teórica de

literatura, como também em observação em sala de aula. O recorte teórico fundamenta-se na concepção de Serviço Social como uma profissão dos direitos humanos e da justiça social. Nas considerações finais, este artigo trará como proposta que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social deve ser fortalecida e que o paradigma transformativo é o mais apropriado para assegurar essa correlação. Considera-se que este seja um trabalho cientificamente relevante, pois procurará demonstrar, inclusive empiricamente, que a interação entre prática reflexiva e dimensão política da profissão poderá ser um instrumento de fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Reflexiva; Dimensão Política do Serviço Social; Paradigma Transformativo; Direitos Humanos.

THE INTERFACE BETWEEN THE REFLECTIVE PRACTICE OF SOCIAL WORK AND THE POLITICAL DIMENSION OF THE PROFESSION

ABSTRACT: This article deals with the interface between reflective practice and the political dimension of Social Work. Its

general objective is to analyze the connection between reflective practice and the political dimension of Social Work, with the aim of understanding whether there is a consistent relationship between these two essential theoretical categories of Social Work. The specific objectives are: 1. To verify the relevance of the transformative paradigm in this interface: reflective practice and political dimension of Social Work; 2. Present a little of the observation experience in the classroom of the Degree in Social Work at Iscte in relation to this connection. The methodology adopted is based on a theoretical review of the literature, as well as observation in the classroom. The theoretical outline is based on the conception of Social Work as a profession of human rights and social justice. In the final considerations, this article proposes that the interface between reflective practice and the political dimension of Social Work must be strengthened and that the transformative paradigm is the most appropriate to ensure this correlation. It is considered that this is a scientifically relevant work, as it will seek to demonstrate, even empirically, that the interaction between reflective practice and the political dimension of the profession can be an instrument for strengthening Social Work in contemporary times.

KEYWORDS: Reflective Practice; Political Dimension of Social Work; Transformative Paradigm; Human rights.

1 | INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo surgiu durante as reflexões da unidade curricular optativa Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, no Doutorado em Serviço Social do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), ministrada pela Professora Doutora Maria Helena Belchior Rocha. Essa disciplina representou um diferencial, visto que possibilitou que a investigadora ampliasse seus conhecimentos sobre o Serviço Social de Portugal. O objetivo geral desta unidade curricular é aprofundar e debater os fundamentos do Serviço Social, no quadro das ciências sociais e humanas e as dimensões teórico-metodológicas no domínio da produção do conhecimento e desenvolvimento da identidade profissional. O programa se baseia em três itens: 1. Fundamentos do Serviço Social: perspectivas clássicas e contemporâneas; 2. Perspectivas contemporâneas e novas questões sociais; 3. Serviço Social e conhecimento: uma prática fundamentada.

Com base nos preceitos estudados, o objetivo geral desse artigo é analisar a ligação entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, com o intuito de perceber se existe uma relação consistente entre essas duas categorias teóricas essenciais ao Serviço Social. Já os objetivos específicos são: 1. Verificar a relevância do paradigma transformativo nesta interface: prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social; 2. Apresentar um pouco da experiência da observação em sala de aula da Licenciatura em Serviço Social do Iscte em relação a esta conexão.

A metodologia adotada baseia-se em revisão teórica de literatura, como também em observação em sala de aula. Conforme Vilelas (2020), uma revisão de literatura tem o intuito de identificar o nível de discussão teórica do material consultado, indo além de uma

junção de visões sobre um tema, mas trazendo uma avaliação crítica e um debate teórico ampliado. Bryman (2012) afirma que a observação estruturada, muitas vezes também chamada de observação sistemática, é uma técnica na qual o pesquisador emprega regras explicitamente formuladas para a observação e registro do comportamento. Os preceitos informam os observadores sobre o que devem registrar. Cada pessoa que faz parte da pesquisa (os participantes) é observada por um período de tempo pré-determinado usando as mesmas diretrizes. Essas regras são articuladas no que se costuma chamar de roteiro de observação, que guarda muitas semelhanças com um roteiro de entrevista estruturada com perguntas fechadas.

Quanto ao desenvolvimento deste artigo, de início será apresentada uma revisão conceitual em relação a prática reflexiva, como também da dimensão política do Serviço Social, introduzindo o paradigma transformativo como o mais apropriado na atualidade para interagir na interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social. Na sequência, serão apresentadas algumas falas de atores sociais referente a observação em aula ratificando a importância desta relação dentro dos direitos humanos.

O recorte teórico fundamenta-se na concepção de Serviço Social como uma profissão dos direitos humanos e da justiça social, conforme definição da FIAS (Federação Internacional de Assistentes Sociais).

Nas considerações finais, este artigo trará como proposta que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social deve ser fortalecida e que o paradigma transformativo é o mais apropriado para assegurar essa correlação.

Diante do exposto, considera-se que este seja um trabalho cientificamente relevante, pois procurará demonstrar, inclusive empiricamente, que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social poderá ser um instrumento de fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade.

2 | DESENVOLVIMENTO

De início será apresentada uma revisão conceitual em relação a prática reflexiva e sua relação com o Serviço Social, como também referente a dimensão política da profissão, introduzindo o paradigma transformativo como o mais apropriado na atualidade para interagir nesta interface entre estas duas categorias teorias tão essenciais para a profissão na atualidade. Em seguida, serão apresentadas algumas falas de atores sociais doutores em Serviço Social, ratificando a importância desta relação dentro dos direitos humanos.

Conforme o pensamento de Giddens (2000) a concepção pós-moderna admite uma pluralidade de propósitos heterogêneos ao conhecimento e nela a ciência não possui um lugar de destaque. Por isso o autor considera que no atual período as consequências da modernidade são bem mais radicalizadas e universalizadas. Até porque a modernidade possui um caráter de descontinuidade, móvel e imparável.

E com a pós-modernidade a reflexividade passa a possuir uma especificidade: “A reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente seu carácter” (Giddens, 2000, p. 27)

Sendo assim para Giddens (2000) é característica da modernidade a presunção da reflexividade generalizada a qual acaba por incluir a reflexão da natureza da própria reflexão.

A modernidade é constituída no e através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas a equiparação do conhecimento à certeza veio a revelar-se um equívoco. Estamos desorientados num mundo que é totalmente constituído através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas onde, ao mesmo tempo, nunca podemos ter a certeza de que qualquer elemento dado desse conhecimento não será revisto. (Giddens, 2000, p. 27 e 28)

Em relação ao Serviço Social Wilson, et al. (2011) afirmam que a prática reflexiva é, em essência, pensar a atividade profissional com qualidade e conteúdo. Sendo assim ela envolve o pensamento holístico que abrange fatos e sentimentos, compreensão artística e científica e perspectivas objetivas e subjetivas. Por isso, todas as fontes de conhecimento precisam ser reconhecidas e utilizadas na prática reflexiva.

Até porque segundo Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva envolve o reconhecimento de que para profissões que trabalham com pessoas nunca há uma solução direta para um problema, pois cada indivíduo vivencia suas circunstâncias e seus problemas diferentemente. Por isso, conhecimentos mais complexos que reconheçam a singularidade do indivíduo e as dimensões intersubjetivas das intervenções do Serviço Social são imprescindíveis na prática reflexiva.

Sendo assim, para Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva se alicerça em relações profissionais sólidas e em uma postura profissional reflexiva. Ou seja, sem reflexão os Assistentes Sociais correm o risco de se envolver em práticas carregadas de valores e mal informadas, que acabam não respondendo as necessidades dos usuários. Por isso, é responsabilidade de todos os Assistentes Sociais desenvolver sua capacidade reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado.

Wilson, et al. (2011) lembram ainda que o Assistente Social deve sempre estar atento ao contexto organizacional em que atua, assim como ao trabalhar com um usuário do serviço, seu foco deve ser o indivíduo em seu contexto social.

Compactuando com esse pensamento, Albuquerque e Arcoverde (2017) afirmam que na atualidade o Serviço Social enfrenta o desafio de “(re) descobrir ou de (re) construir o seu contributo sociopolítico sob bases renovadas”. (p. 1). Isto porque os riscos sociais nos tempos pós-modernos são incalculados, incertos e desmedidos, e exigem um esforço de reflexão sobre a realidade socioeconômica, sobre as instituições e sobre a própria profissão. Essa reflexão deve ser centrada no agir e não só no fazer, com base em um

pensamento criativo e com estratégias apropriadas perante as exigências da sociedade em constante transformação.

Albuquerque e Arcoverde (2017) registram que diante da complexidade das sociedades contemporâneas compete ao Serviço Social “uma permanente procura de competência e de criatividade na resposta às expressões da questão social a nível local sem as desvincular do global” (p 3). É então imprescindível uma fortificação da estratégia política da profissão. “A superação, sem neutralização, do único em prol da identificação do que é comum às diversas situações consagra o domínio estratégico da intervenção social e a sua dimensão política”. (p. 12,13).

Sendo assim, Albuquerque e Arcoverde (2017) salientam que em uma ótica macro, a reflexividade possibilita suplantar a dimensão do cotidiano, desenvolvendo um entendimento mais holístico dos atuais riscos globalizados, de acordo com os princípios éticos e políticos assumidos pelo Serviço Social que deve ser mais político e capaz de questionar-se, assumindo uma postura crítica de discordância com a continuidade de uma ordem social injusta e desigual.

Neste sentido, Amaro (2015) enfatiza que “não é possível pensar a prática profissional como neutra e o Serviço Social, enquanto profissão tem uma dimensão política[...] grande parte dos profissionais não tem consciência dessa dimensão política inerente à profissão”. (p. 161,162)

Os grandes compromissos do Serviço Social são colocados a um nível macro e com um enfoque eminentemente societal. Evidencia-se, nesta leitura, a dimensão política da profissão, dado que aparece diretamente relacionada com os propósitos da justiça social, da democracia e da consumação dos direitos humanos e sociais. (Amaro, 2015, p. 181)

Amaro (2015) se reporta a Josefina McDonough que afirma que a face esquecida do Serviço Social é a prática política. Para a autora americana, empenhar-se para a conquista do ideal de justiça social demanda que os Assistentes Sociais se situem ao nível da criação e avaliação das políticas sociais, ou seja, que participem propriamente na sua construção.

De acordo com o pensamento de Amaro (2015) a dimensão política refere-se a uma firme identificação e compromisso do Serviço Social com os princípios da democracia, “A profissão assume-se, desta forma, vinculada aos ideais da justiça social, do bem-estar, da realização dos direitos e da promoção da igualdade, na linha da realização plena da cidadania.” (p. 166).

Deste modo, deve existir uma forte conexão entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, visto que as duas categorias teóricas levam a profissão a compreensão da realidade social dentro de uma sociedade capitalista excludente e injusta.

Sousa (2017) reforça essa concepção ao registrar que a dimensão política do Serviço Social é evidente na própria definição da profissão, visto que ela está vinculada à justiça social e aos direitos humanos. “Os princípios de justiça social, dos direitos humanos,

da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social” (p.12). Por isso, a autora enfatiza que a compreensão da dimensão política da profissão não é nem linear muito menos isenta de debate. Para a autora então é necessário refletir sobre como os Assistentes Sociais na sua prática operacionalizam a defesa dos direitos humanos e da justiça social, enfatizando o lugar do Serviço Social na concepção e avaliação das políticas sociais.

Para Sousa (2015) a dimensão política do Serviço Social é patente na definição do Serviço Social da FIAS (Federação Internacional de Assistentes Sociais), principalmente quando se refere ao seu vínculo com a justiça social e os direitos humanos. Segundo a autora, a FIAS declara que “o Serviço Social intervém no sentido de capacitação e da autonomia das pessoas para melhorar o bem-estar”, (p. 9).

Sousa (2015) ainda registra que para Penelope Welbourne essa declaração ocasiona para o Serviço Social a responsabilidade de defender as pessoas mais vulneráveis, a nível político. “Para a autora, o Serviço Social é um produto do seu contexto social e político, mas isso não o impede, antes tem, não só a possibilidade, como o dever moral de influenciar a direcção das políticas.” (p.19).

Neste sentido, Rocha, et al. (2013) registram que o século XXI requer do Serviço Social uma reflexão em relação ao sentido histórico e epistemológico da teoria que alicerça a profissão com o intuito de provocar fraturas em discursos, conceitos, métodos e práticas que já foram considerados como a verdade absoluta. O Serviço Social na contemporaneidade necessita definir categorias teóricas e metodológicas baseadas na interdisciplinaridade e na certeza de que o próprio homem deve construir a sua realidade. E a adoção de uma teoria crítica da sociedade é fundamental neste sentido.

Em relação a esta teoria crítica, Mertens (2005) explica que o paradigma transformativo abrange teóricos críticos, pesquisadores da ação participativa, marxistas, feministas, minorias raciais e étnicas e pessoas com deficiência (os sujeitos ativos da pesquisa), entre outros. A estudiosa afirma rejeitar o rótulo “teoria crítica” para este paradigma porque a teoria crítica é apenas uma abordagem possível que se encaixa sob o guarda-chuva transformativo. O paradigma transformativo aborda diretamente a política em pesquisa ao confrontar a opressão social em qualquer nível em que ela ocorra.

Conforme Mertens (2005) o paradigma transformativo surgiu por causa da insatisfação com os paradigmas e práticas de pesquisa dominantes e por causa da percepção de que grande parte da teoria sociológica e psicológica havia sido desenvolvida a partir da perspectiva masculina branca.

Sendo assim, no entendimento da autora deste artigo, doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), o paradigma transformativo é o melhor se apropria da interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social.

Até porque segundo os estudos realizados por Mertens (2005), embora nenhum corpo unificado de literatura seja representativo do paradigma transformativo, quatro

características são comuns às diversas perspectivas nele representadas e servem para distingui-lo dos paradigmas pós-positivistas e construtivistas: 1) Dá importância central às vidas e experiências dos diversos grupos que, tradicionalmente, foram marginalizados, não limitando o estudo às experiências de vida das mulheres, mas estudando a forma como a opressão é estruturada e reproduzida; 2. Analisa como e por que as desigualdades baseadas em gênero, raça ou etnia, deficiência, orientação sexual e classes socioeconômicas se refletem em relações de poder assimétricas; 3, Examina como os resultados da investigação social sobre as desigualdades estão ligados à ação política e social; 4. Utiliza uma teoria transformadora para desenvolver a teoria do programa e a abordagem de pesquisa. Uma teoria de programa é um conjunto de crenças sobre como um programa funciona ou por que um problema ocorre.

De acordo com o pensamento de Mertens (2005) o paradigma transformativo enfatiza a influência de valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência na construção da realidade. Além disso, enfatiza que o que parece “real” pode ser, ao contrário, estruturas reificadas que são tidas como reais por causa de situações históricas. Assim, o que é considerado real precisa ser examinado criticamente por meio de uma crítica ideológica de seu papel na perpetuação de estruturas e políticas sociais opressivas.

Mertens (2018) ainda ressalta que o paradigma transformativo orienta o pensamento sobre questões de desigualdades de poder, o impacto do privilégio e as consequências disso para alcançar a justiça social. E ainda ressalta que dentro do desenho de métodos mistos na pesquisa enraizada no ramo da justiça social é possível captar diferentes realidades em sua complexidade a partir das experiências vividas pelos atores. Segundo a autora, os entendimentos resultantes dessa abordagem fornecem subsídios para mudanças estruturais e sistêmicas que podem reduzir a discriminação e a opressão e aumentar a justiça social.

Sendo assim, a tríade prática reflexiva, dimensão política e paradigma transformativo é um caminho que se entrecruza para o Assistente Social na compreensão da realidade social nos tempos pós-modernos que possuem um caráter de descontinuidade, é móvel e imparável, conforme ressaltado por Giddens (2000).

No entendimento de Basto (2022) a prática reflexiva acaba por gerar um distanciamento de um trabalho rotineiro e mecanizado, que não provoca a mudança social e que mantém a realidade social parada, não respondendo a novos desafios. Por isso, um profissional de Serviço Social quando pretende incentivar sua prática reflexiva deve constantemente investir na sua formação, deve ampliar seus conhecimentos e sua capacidade de refletir sobre a realidade social.

Em relação a prática reflexiva e sua interface com a dimensão política do Serviço Social, serão agora apresentadas algumas falas oriundas de um trabalho de observação em sala de aula do curso de Licenciatura em Serviço Social, realizado pela autora deste

artigo, referente a pesquisa da tese “A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais” do Doutorado em Serviço Social”, ambos do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), em Portugal.

Ator Social I – Professor II da Unidade Curricular: Teoria e História do Serviço Social

- Precisamos olhar a pessoa no contexto, observando aquilo que determina a situação. Conhecer os condicionantes que levaram a pessoa a chegar aquela situação fruto das consequências da sociedade. Os Assistentes Sociais precisam ter o cuidado de fazer essa reflexão!
- O Serviço Social não pode sair da área da reflexão. Ele precisa verificar se a prática tem contribuído para a alteração das políticas públicas. A autonomia do Serviço Social se baseia na capacidade de reflexão, por isso é preciso pensar a profissão.
- O Serviço Social está tão impermeado da questão de fazer que os Assistentes Sociais acabam se esquecendo do envolvimento na política. Não resta tempo para reflexão! Mas a reflexão é quem faz a alteração na prática. É preciso pensar a prática!
- A Dimensão Política da profissão consiste na definição de um projeto profissional que vise a transformação social.
- Eu preciso fazer a reflexão sobre a prática para tentar influenciar a política.

E é em virtude da necessidade desta reflexão sobre a prática, e da compreensão de que a autonomia da profissão se alicerça na sua capacidade de reflexão, contribuindo assim para o fortalecimento da dimensão política do Serviço Social, que o crescimento das políticas públicas vai ocorrendo.

Partindo desta compreensão para Carvalho (2018) é necessário evidenciar a relação do Serviço Social com os direitos humanos por meio de um posicionamento teórico que aproprie-se de uma visão crítica do mundo. E a autora lembra que esta relação do Serviço Social com os direitos humanos é intrínseca à identidade profissional.

Ator Social II – Professor I da Unidade Curricular: Laboratório de Ética e da Profissão em Serviço Social

- Zelar pelo bem-estar da pessoa para que ela possa voltar a ter dignidade, essa é a função do Serviço Social.
- Não se pode viver com injustiça social em sociedade.
- Tudo que vocês aprenderem aqui deve ser aplicado para fortalecer a dignidades das pessoas.
- Defender os direitos humanos e a justiça social é a motivação para o trabalho social.
- A base é os direitos humanos e a justiça social, até porque os direitos humanos devem ser uma ideia fixa do Assistente Social.

E é exatamente neste zelo pela dignidade da pessoa e nesta luta pela defesa dos direitos humanos e da justiça social que a interface prática reflexiva e dimensão política do

Serviço Social se efetivam.

Mais uma vez é preciso retomar o pensamento de Amaro (2015) que ressalta que a nível macro, a dimensão política do Serviço Social aparece ligada a justiça social, a democracia e aos direitos humanos e sociais. Por isso, este nível é essencial para que a profissão possa oportunizar a mudança e a justiça social. Até porque segundo Martins (2021) o Serviço Social como profissão tem como essência o compromisso e desafio diante das estruturas opressoras, de combater a desigualdade e de defender a justiça social, assegurando a equidade social e econômica e promovendo a dignidade da pessoa humana.

Ator Social III – Professor II da Unidade Curricular: Laboratório de Ética e da Profissão em Serviço Social

- O Assistente Social precisa aplicar o princípio da justiça social.
- O papel do Assistente Social consiste no Projeto de trabalhar na mudança social da pessoa com base na sua autodeterminação.
- Nós, Assistentes Sociais, somos responsáveis pela mudança social!
- O Assistente Social precisa ter coragem ao se levantar a favor das populações excluídas, introduzindo na sua prática reflexão com muita coragem!
- O Assistente Social precisa trabalhar na intervenção no sentido da construção identitária – fazendo a pessoa lembrar que tem direito a sonhar!
- A justiça social é uma das grandes bandeiras do Serviço Social, junto com a dos direitos humanos.
- Nós não somos Messias, mas temos a responsabilidade de contribuir para a transformação social.
- Nossa intervenção deve ser embasada em princípios e valores, sempre escutando, sem julgamentos e preconceitos.
- Nossos atos devem conferir dignidade ao outro.
- O Serviço Social é a profissão dos direitos humanos, mas é também da justiça social.

E é por acreditar que é lugar do Assistente Social a luta pela transformação social e que somente por meio de uma prática reflexiva e corajosa esse caminho pode ser trilhado, que é possível afirmar o Serviço Social precisa se basear no paradigma transformativo, crendo e lutando pela possibilidade da mudança social.

Nesta perspectiva, Carvalho (2018) ressalta que os Assistentes Sociais são instigados a refletir a respeito da função opressiva e de controle social que lhe foi imputada. Sendo assim, é preciso superar essa tendência e desenvolver com sentido crítico práticas igualitárias e reflexivas. Por isso para objetivar os direitos o Assistente Social é desafiado a compreender o tipo de ordem social estabelecida e as características opressivas da mesma.

Por fim, percebe-se que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do

Serviço Social deve ser fortalecida e diante da sua riqueza teórica e metodológica sugere-se que o paradigma transformativo seja o mais apropriado para assegurar essa correlação. Realmente o Assistente Social não é Messias, mas possui a responsabilidade de contribuir para a mudança social, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a dignidade humana e a autodeterminação do sujeito sejam prioridades.

Em uma sociedade móvel, imparável e com carácter de descontinuidade (Giddens, 2000) o Serviço Social precisa se apropriar de sua capacidade reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado (Wilson et al, 2011), até porque a justiça social é uma das grandes bandeiras do Serviço Social junto com a dos direitos humanos (ator social III). Lembrando que os direitos humanos devem ser uma ideia fixa do Assistente Social (ator social II).

Diante do exposto, prática reflexiva, dimensão política e paradigma transformativo constituem uma estrada teórica e metodológica que o Assistente Social precisa percorrer na sua intervenção profissional nos tempos pós-modernos. E esta trilha exige coragem (ator social III), pois a teoria deve ser aplicada na prática no sentido de fortalecer a dignidade das pessoas (ator social II). Não é possível que um Assistente Social não tenha tempo para reflexão, pois é ela quem faz a alteração na prática. É preciso pensar a prática! (ator social I). É imprescindível perceber que a pessoa humana tem o direito de sonhar (ator social III) e os Assistentes Sociais precisam ter o cuidado de fazer essa reflexão! (ator social I), até porque é função do Serviço Social levar a pessoa a voltar a ter dignidade (ator social II).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o acesso a determinados direitos e bens fundamentais se generaliza[...] aparecem novas desigualdades a um nível mais elevado, e estas exigem novas respostas[...] a marcha para a igualdade sob todas as suas formas (sociais, econômicas, educativas, culturais, políticas) é um processo sempre em curso e incompleto para todo o sempre. (Piketty, 2022, p. 34)

Este artigo procurou demonstrar a existência de uma interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, apresentando o paradigma transformativo como o mais apropriado para fortalecer teórica e metodologicamente esta relação no mundo pós-moderno, na permanente luta pela afirmação dos direitos humanos e da justiça social. Na atualidade novas desigualdades obrigam novas respostas sociais e a marcha para o alcance da igualdade social é um processo baseado em constante busca, até porque a sociedade possui um carácter de descontinuidade.

Para tentar entender esse processo de desigualdade social que está sempre em curso pois é incompleto por natureza, o Serviço Social precisa parar para refletir a sua prática, compreendendo a dimensão macro que perpassa a sua ação profissional. E isso deve ocorrer de forma transformativa (além da crítica) com base na interferência dos valores

sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência que interferem na construção da realidade social. Sendo assim, o contexto requer um paradigma que oriente o pensamento sobre questões de desigualdades de poder, do impacto do privilégio e das consequências destes fatores para se alcançar uma sociedade mais igualitária, conforme tão bem ressaltado por Mertens (2005, 2018).

Percebe-se então que o Serviço Social dentro desta perspectiva nunca pode perder de vista que o ser humano tem direito de sonhar com uma sociedade menos desigual na qual os direitos humanos e a justiça social sejam realmente efetivados, garantindo a dignidade humana e a autodeterminação do sujeito. E para que este sonho se aproxime da realidade a prática reflexiva e a dimensão política da profissão são essenciais na intervenção do Assistente Social, que não é Messias, mas tem a responsabilidade de contribuir para a transformação social.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, Cristina Pinto Albuquerque; Arcovede, Ana Cristina Brito. Por um Serviço Social Renovado. In: Albuquerque, Cristina Pinto Albuquerque; Arcovede, Ana Cristina Brito (Orgs). **Serviço Social Contemporâneo – Reflexividade e Estratégia**. Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação. Lisboa. 2017.

Amaro, Maria Inês. Narrativas profissionais: Política, Valores e Finalidades. In M. I. Amaro. **Urgências e Emergências do Serviço Social**: fundamentos da profissão na contemporaneidade (pp. 159-218). Universidade Católica Editora. 2015.

Basto, Joana. Prática Reflexiva e o seu Impacto no Trabalho com Idosos. **Trabalho da UC Intervenção em Serviço Social**. Profa Maria João Pena. Instituto Universitário de Lisboa. Doutoramento em Serviço Social. 2022.

Bryman, Alan. **Social Research Methods**. Fourth edition. Oxford University. 4th edition. 2012.

Carvalho, Maria Irene Educação, Direitos Humanos e Serviço Social Crítico. D'Almeida, José Luis; Sousa, Paula (org.). In: **Serviço Social na Escola**- Contributos para o campo profissional. Edições Humus. Ribeirão, Vila Nova de Famalicão, Braga. 2018. (pp. 171-186).

Giddens, Anthony. Introdução. In: Giddens, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 4ª edição. Celta Editora. Oeiras. 2000. (pp. 1 a 31)

Martins, Inês Casquilho. O Conhecimento e a Prática Política na Intervenção Social. In: Fialho, Joaquim. (Organizador). **Manual para Intervenção Social**. Da teoria à ação. Edições Sílabo. Lisboa. 2021. (pp. 33 a 56)

Mertens, Donna M. **Mixed Methods Design in Evaluation**. Sage Publications. California. Evaluation In Practice Series. 2018.

Mertens, Donna M. (2005). An Introduction to Research. In: **Research and Evaluation in Education and Psychology**: Integrating Diversity With Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods. 2ª ed. Sage Publications. California. 2005. (pp. 1-42)

Piketty, Thomas. **Uma Breve História da Igualdade**. Circulo Leitores. Temas e Debates. Lisboa. 2022.

Rocha, Helena Belchior; Ferreira, Paula Marques; Silva, Teresa Silva; Ramalho, Vanda Braz. Serviço Social Crítico: Da Modernidade à Contemporaneidade. In: **Alternativas**, 20, 2013, pp. 79-90.

Souza, Isabel. **Serviço Social e Democracia** – Desafios do Quotidiano dos Assistentes Sociais. [Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa]. 2015.

Vilelas, Jose. **Investigação**: O Processo de Construção do Conhecimento. 3a. ed. rev. e aum. Edições Sílabo. 2020.

Wilson, Kate [et al]. (2011). Relationship-Based and Reflective Approaches for Contemporary Social Work Practice. In: Wilson, Kate; Ruch, Gillian; Mark, Lymbery; Andrew, Cooper. **Social Work: An Introduction To Contemporary Practice**. Second Edition. Essex, Pearson Education Limited. (pp. 3 a 26).

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Data de submissão: 18/01/2023

Data de aceite: 01/02/2023

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Insituito
Politécnico de Coimbra
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH – Universidade
Nova de Lisboa
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

RESUMO: Consequência de políticas centralistas baseadas num modelo de desenvolvimento focado no paradigma funcionalista, vastas regiões do interior de Portugal Continental sofreram ao longo de décadas um forte declínio demográfico, económico e social. O presente texto, sob a forma de ensaio, reflete sobre a importância da conservação e valorização do(s) património(s) destes territórios de baixa densidade populacional enquanto recursos endógenos para o desenvolvimento local sustentável através da promoção do turismo no sentido da inversão deste ciclo de declínio.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, paradigmas funcionalista e territorialista, territórios, recursos endógenos, desenvolvimento local sustentável.

TOURISM AND SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT IN LOW DENSITY TERRITORIES

ABSTRACT: Result of centralist policies based on a development model focused on the functionalist paradigm, vast regions of the interior of Mainland Portugal have suffered for decades a strong demographic, economic and social decline. This essay text reflects on the importance of conservation and enhancement of the heritage(s) of these low population density territories as endogenous resources for sustainable local development through the promotion of tourism towards the reversal of this cycle of decline.

KEYWORDS: Tourism, functionalist and territorialist paradigms, territories, endogenous resources, sustainable local development.

11 DA CRISE DO PARADIGMA FUNCIONALISTA, À EMERGÊNCIA DO PARADIGMA TERRITORIALISTA

Em Portugal, a visão funcionalista do desenvolvimento foi, a perspetiva política e económica dominante, com consequências desastrosas para o país

das quais se destacam a litoralização das atividades económicas, nomeadamente a sua concentração nas áreas de Lisboa e Porto, a desvitalização de vastas regiões do interior do país, onde o problema demográfico as afeta de modo muito preocupante. AMARO (1990 cit p/ MERGULHÃO 1997), considera que em virtude de se terem vindo a adotar constantemente em Portugal políticas de desenvolvimento baseadas em interesses nacionais e em que os interesses regionais foram subalternizados de uma forma arbitrária e pouco criteriosa levou à existência de um país com duas realidades distintas.

Portugal regista, assim, fortes assimetrias regionais entre o litoral e o interior muito preocupantes, conforme o atesta o Plano Nacional de Coesão Territorial (PNCT) apresentado pelo governo em outubro de 2016, no qual pode ler-se, no texto introdutório, escrito pela coordenadora da unidade de missão, Helena Freitas: “assistimos a uma litoralização progressiva do país, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior as quais representam cerca de 2/3 do território nacional. A perda de coesão territorial tem vindo a agravar-se, e convocamos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável” (UMVI, 2016 p. 3).

O paradigma funcionalista, assenta: no crescimento económico; tem um carácter exógeno; é um desenvolvimento de cima para baixo (top-down); alicerça-se em determinados sectores da atividade económica, em áreas geográficas bem específicas; é monolítico e centralizado; não atende à satisfação das necessidades básicas das populações; não mobiliza nem estimula a participação.

O falhanço deste modelo de desenvolvimento assente no paradigma funcionalista, remete para novos conceitos de desenvolvimento entre os quais o de desenvolvimento local, que radica num novo paradigma, o paradigma territorialista.

Neste sentido, associado ao paradigma territorialista, emerge, como alternativa ao modelo clássico de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento local que, segundo Amaro é um processo de transformação e de mudança, “é o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos” (AMARO, 2001, p. 162). O termo local contextualiza-se dentro do espaço físico no qual os indivíduos se relacionam e gerem os recursos aí existentes e não com as definições geográficas ou autárquicas. Segundo Reis, “representa as linhas finas dos contextos de vida e de sociabilidade do homem” (REIS, 1994, p. 3). A participação dos cidadãos e restantes atores revela-se, assim, como condição para o sucesso das políticas definidas pelo novo paradigma.

“a perspetiva territorialista veio colmatar uma grande lacuna do paradigma anterior ao conferir aos atores locais o desempenho de um papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento, nomeadamente ao incentivar e motivar desde o seu início a participação das populações implicadas, quer através das propostas de ação, quer através da definição de objetivos a alcançar, tornando, dessa forma, as populações “cúmplices” das iniciativas levadas a efeito e aumentando em consequência as possibilidades de sucesso”.

Temos assim, que, numa perspetiva territorialista, o desenvolvimento vai para além do crescimento económico, alargando os seus horizontes para o nível social, ambiental e político, em que a especificidade de cada região, de cada sociedade, é tida em conta. Os recursos endógenos, e as características de cada comunidade são valorizadas e são as comunidades locais que vão constituir a base do processo de desenvolvimento. A comunidade é envolvida e levada a participar ativamente nesse desenvolvimento, contribuindo assim para a própria melhoria das suas condições de vida.

É, pois, nesta perspetiva integradora, assente numa base territorial e que incorpora os pilares do designado desenvolvimento sustentável tal como hoje são concebidos: económico, ambiental, social e político/institucional que enquadrámos o desenvolvimento local numa perspetiva de sustentabilidade.

Assim, o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto. É um *processo endógeno* geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo económico* e a *melhoria da qualidade de vida* das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando os rendimentos e as formas de riqueza ao mesmo tempo que assegura a conservação dos recursos naturais (CARVALHO, 2009).

O desenvolvimento local sustentável incorpora as dimensões da sustentabilidade, subjacentes ao conceito de desenvolvimento sustentável (económica, ambiental, social e política/institucional) e procura fomentar o desenvolvimento de unidades sócio-territoriais, que são delimitadas por um conjunto de práticas de diagnóstico e planeamento participativo, partindo das potencialidades desse território. Acaba assim, por ser um espaço onde são postas em ação práticas de carácter político, social e de desenvolvimento, tendo por base a sustentabilidade enquanto elo de ligação destas práticas. Deverá promover a potenciação do impacte das ações, tanto governamentais como não-governamentais, por forma a investir na melhoria das condições de vida das populações. É possível atingir este estado de qualidade através do investimento na dinamização de potenciais recursos endógenos, do desencadeamento de ações cidadãs e voluntárias e do estabelecimento de parcerias. O desenvolvimento local sustentável deverá, também, fazer uso dos programas exógenos potenciando, assim, as iniciativas endógenas, que provêm das sinergias estabelecidas pelos atores da comunidade (CARVALHO, 2009).

O desenvolvimento local sustentável, constitui, assim, uma fonte de esperança para

todas as regiões do interior do país que, continuam a sofrer o preocupante processo de despovoamento.

21 TURISMO E RECURSOS ENDÓGENOS COMO CATALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Numa estratégia de desenvolvimento local sustentável dos territórios de baixa densidade o turismo constitui-se como uma das atividades que melhor pode aproveitar os recursos endógenos desses territórios e constituir-se num importante fator de desenvolvimento dependendo das especificidades de cada região e da maior ou menor relevância que lhe é atribuída.

É, pois, no sentido de contrariar e reverter os cenários patentes nos territórios de baixa densidade populacional que urge implementar políticas de desenvolvimento local sustentável, baseadas nos recursos endógenos com destaque para os recursos patrimoniais e dentro destes os recursos naturais, particularmente nas regiões com áreas classificadas, quer integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer a Rede Natura 2000, pois estes territórios classificados são áreas de excelência, do ponto de vista cultural, natural e paisagístico de grande relevância para o turismo cultural e o turismo de natureza.

O que cada região tem de característico e a diferencia das outras regiões é fundamental, é insubstituível para o seu próprio desenvolvimento, sendo de realçar “a necessidade de aproveitar as diversidades locais e regionais e as vantagens específicas de produtos tradicionais de elevada qualidade” (CRISTÓVÃO e TIBÉRIO, 1993, cit p/ RITA e MERGULHÃO, 1997, p. 37).

Efetivamente, é a diversidade do património, natural e cultural que diferencia os territórios e que pode ter efeitos positivos a dois níveis, desde que devidamente trabalhados: por um lado, o seu carácter diferenciador permite que os territórios se afirmem pela sua singularidade, fazendo face a mecanismos e processos de globalização uniformizadores, e, por outro lado, ao invés de serem “concorrentes” dos territórios vizinhos, potenciam sinergias com estes, também eles portadores de singularidade, alargando, assim, a base da oferta, com efeitos benéficos para todos, e elevando o desenvolvimento a uma escala regional. Para tal serão de evitar bairrismos incompreensíveis que, por vezes, ainda se observam.

É, neste sentido que as estratégias de desenvolvimento local dos territórios de baixa densidade populacional podem fazer do turismo um dos principais setores para o desenvolvimento desses territórios, na medida em que potencia a valorização e a preservação dos seus recursos endógenos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico, ambiental e social, particularmente através da criação de emprego nas diversas áreas de atividade. Um turismo sustentável que respeite, preserve e promova os valores locais e seja capaz de catalisar sinergias entre os diversos territórios vizinhos no sentido de

potenciar os recursos de cada um de uma forma integrada e complementar.

Em termos de mecanismos de financiamento entendemos que estão criadas condições através do programa PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural e, sobretudo, do programa PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, no âmbito do quadro comunitário de apoio, Portugal 2030, (2020-2027) constituir-se-ão como importantes instrumentos para implementação de verdadeiros projetos de desenvolvimento local sustentável. O programa PROVERE, está vocacionado, conforme patente na sua designação, para a valorização económica dos recursos endógenos, particularmente os recursos distintivos que apresentam capital simbólico, nos territórios de baixa densidade populacional.

De notar a importância que, no âmbito dos quadros comunitários de apoio, – que vêm desde o QREN (2007-2013) e do PT20 (2014-2020) e se mantêm no PT 2030 (2020-2027) – assumem a criação das designadas DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, na medida em que permitem a congregação de sinergias dos atores locais.

“O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é uma abordagem territorial, através da qual são implementadas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) concebidas por Grupos de Ação Local (GAL) com uma estreita ligação ao tecido social, económico e institucional de cada território, visando o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida das populações, (...) promovendo em territórios específicos o desenvolvimento local.”(MAOTDR, 2014, p.385).

Contudo, para que tal seja possível é necessária a adoção dum novo modelo de planeamento que exige a aceitação duma nova cultura política, implicando uma mudança das relações sociais, de valores e uma reforma na consciência da cidadania, capaz de mobilizar todos os atores do território. Ou seja, o planeamento levado a cabo, segundo uma ótica de desenvolvimento local sustentável, deverá ser democrático, permitindo que os cidadãos tenham um papel relevante no processo de desenvolvimento da sociedade.

Segundo (CARVALHO, 2009) a Agenda 21 Local constitui-se como o instrumento de planeamento estratégico privilegiado para a implementação do desenvolvimento local sustentável nesta regiões, quer a nível municipal, através das Câmaras Municipais, quer a nível intermunicipal, através da construção e implementação de Agendas 21 Local regionais através das Comunidades Intermunicipais (CIM), cabendo, assim, um papel determinante às instituições de poder local, no combate ao velho paradigma funcionalista, em prol do desenvolvimento dos seus territórios.

A preservação e valorização dos recursos endógenos passa, pois, por processos de planeamento estratégico locais que façam os diagnósticos de potencialidades e necessidades corretos e que promovam projetos de desenvolvimento assentes em processos de parceria alargados que envolvam todos os atores, públicos e privados, aproveitando os mecanismos de financiamento disponíveis.

Assim, o processo de planeamento da sociedade local sustentável não se constrói

só sobre bases técnicas, racionais, lógicas, materiais e quantitativas, mas necessita de técnicas pedagógicas participativas no processo de planeamento democrático e para tal é necessário criar metodologias interativas de elaboração de planos municipais. Segundo esta ótica se o planeamento for participativo poderá ser entendido como um processo de aprendizagem e conquista, mexendo com a estrutura de poder e cultura política.

Para concluir, afirmamos que as escolhas políticas futuras são determinantes, para as regiões de baixa densidade e têm “apenas” duas opções possíveis: uma, é a promoção de políticas de desenvolvimento local sustentável, assentes nos recursos endógenos, como fator de diferenciação, resgatando estes territórios de décadas de abandono e promovendo a sua coesão territorial e consequente sustentabilidade revitalizando-os, quer melhorando a qualidade de vida das suas populações, quer atraindo população jovem e qualificada no sentido de inverter o envelhecimento demográfico; a outra, é teimar na visão do velho paradigma funcionalista, supostamente a pensar nos interesses nacionais, esquecendo-se que estas regiões também são parte integrante do país, continuando, assim, a agravar o despovoamento, o envelhecimento e o empobrecimento destas regiões.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. R. O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento. In: DESENVOLVER (DES)ENVOLVENDO – REFLEXÕES E PISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. Atas, Messejana: ESDIME, 2001. p. 155-169.

CARVALHO, N. Desenvolvimento local sustentável. A agenda 21 local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. Barlia – Revista científica sobre ambiente e desenvolvimento, Leiria, n. 5, p. 79-94, 2009.

MAOTDR - Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos. Lisboa: MAOTDR, 2008.

MAOTDR - Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Portugal 2020: 2014-2020. Lisboa: MAOTDR, 2014.

MERGULHÃO, L. Desenvolvimento e ruralidade: alguns aspectos sociológicos. Economia e Sociologia, Évora, n. 64, p. 143-156, 1997.

REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. Revista Crítica das Ciências Sociais, Coimbra, n. 25/26, p.127-141, 1988.

REIS, J. **O desenvolvimento local é possível?** Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1994

UMVI – Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Programa Nacional para a Coesão Territorial. Lisboa: MAOTDR, 2016.

O PANORAMA POLÍTICO ESPÍRITOSSANTENSE (1945-1961): GOVERNOS CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Data de aceite: 01/02/2023

Francisco José dos Santos

Mestre em História social das relações políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Sob orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

1 | ANÁLISE DO QUADRO POLÍTICO CAPIXABA: LIDERANÇAS POLÍTICAS E PRINCIPAIS PARTIDOS

Em análise direta, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um destaque nacional: de Getúlio Vargas a João Goulart. Quanto ao estado do Espírito Santo, a alternância estava entre os líderes do Partido Social Democrático (PSD), como nas figuras de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, desde 1945, que disputavam ora o senado, ora o governo do Estado. Por sua vez, Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), em princípio no PSD, mais tarde dentro de uma Coligação Democrática composta por vários partidos, fez parte também desse

revezamento, completando uma tríade no poder político capixaba por vários anos.

Os trabalhos que chamam a atenção são os dos autores capixabas Marta Zorzal (1995)¹ e Fernando Achiamé (2010). Ambos fizeram importantes análises concernentes à história política do território espírito-santense do período de 1930 (Achiamé), aos anos subsequentes, chegando à década de 1960 (Zorzal).

O Espírito Santo não foi um estado indiferente ao que estava acontecendo no plano nacional. No Estado, os partidos políticos pleitearam seus momentos no jogo do poder, nas intrigas políticas capixabas. Para tal desenvoltura, as análises de Rogério Medeiros e Zorzal, são fundamentais para o entendimento da política local. Para Marta Zorzal (1995), o PSD lançou os candidatos Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que sempre se alternaram na política espírito-santense, desde a

¹ As obras em evidência são, quanto aos escritos de Rogério Medeiros, correspondem à coletânea de artigos no site: www.seculodiario.com., compreende textos diversos sobre partidos políticos capixabas. Assim como, do periódico Espírito Santo Agora, que traz algumas reportagens atribuídas a Medeiros. Quanto à de SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo, Estado, interesse e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

fundação do PSD, no início dos anos 1930.

Sobre a fundação do PSD no Espírito Santo merece destaque a atuação do então secretário de Punaro Bley², Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que viajou o estado para construir o partido, apesar da negativa do seu tio, o ex- governador Jeronimo Monteiro, de que era considerado herdeiro político. Em entrevista ao IJSN Lindenberg rememora:

Ao convite, o ex-governador [Jeronimo Monteiro] respondeu: ' Conheço muito bem esses gaúchos. Getúlio só vai sair do poder velhinho, levado pela mão dos outros ou então morto. Não vou colaborar com esta farsa democrática '. Liberado então [Lindenberg] (...) para convidar seus antigos companheiros de política, principalmente os coronéis, a integrarem a nova agremiação partidária. Foi com o apoio quase integral desses coronéis que se formou o forte PSD no Espírito Santo. (...) e que a partir daí, [fui] me desligando-se de Jeronimo Monteiro a quem, todavia, nunca deixei de homenagear. (Idem) (De Viva Voz. 1989, pg. 31- 32)

Durante a construção e o período eleitoral que acabou elegendo os dois Monteiros para a Câmara Federal não houve confronto direto entre a defesa do pensamento e da construção partidária getulista construída por Lindenberg a pedido de Bley e a visão antigetúlio preconizada por Jerônimo. Contudo, apesar da eleição conseguida pelo Partido da Lavoura, Jeronimo Monteiro morreu no dia 23 de outubro de 1933 no dia em que tomaria posse.

Uma Coligação Democrática reuniu imediatamente o PTB, PR, PSP, PRP, PDC e parte da UDN (MEDEIROS, acesso em 10 abr. 2012). Foi eleito o presidente do PSP, Lourival de Almeida. Chiquinho, que era do PSD, foi imediatamente para a Coligação Democrática. De acordo com Medeiros (acesso em 10 abr. 2012), Chiquinho evitou atritos entre os partidos que integravam a Coligação. O passo seguinte da Coligação foi criar um triunvirato para dirigir a campanha de Chiquinho, formada de: capitão Joaquim Leite de Almeida, do PSP; Oswaldo Zanelo, do PRP; e Floriano Rubim, do PTB.

Sendo Chiquinho eleito para governo do Estado, no período de 1955-1959, o PSP, contudo, elegeu apenas um deputado estadual: José Cupertino Leite de Almeida. No mais, as preocupações do PSP foram sempre compostas de rivalidades que precisavam ser vencidas.

Contudo, após a discursiva sobre o PSP, há, afinal, a necessidade de relacionar a União Democrática Nacional (UDN). Como um partido ultraconservador, a UDN fez um trabalho também de rivalidade com o PTB. Ainda, a UDN capixaba surgiu da Esquerda Democrática. Fundada em 1945, a UDN teve como seu primeiro presidente o médico Mileto Rizzo, do município de Muqui. Nas eleições de 1946, ela elegeu seis deputados estaduais: Argeo Lorenzoni, Dulcino Monteiro de Castro, Mileto Rizzo, Moacir Brotas, Pedro Feu Rosa e Roberto Silveiras. Conforme Medeiros (2012) foi uma grande representação desses parlamentares para a região sul do Espírito Santo.

² João Punaro Bley foi interventor federal entre os anos de 1930 a 1943.

Em 1958, o PSD recuperou o governo com Carlos Lindenberg, herdeiro político da tradicional família Monteiro, do Sul do Estado. Seu legado político vem de Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro, além de Florentino Avidos, ambos foram também governadores do Estado e ligados a setores tradicionais dos partidos conservadores.

Passemos para outros dois partidos que no Estado do Espírito Santo buscaram se afirmar: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano Democrático (PRD). Conforme Medeiros (2012), o PSB construiu sua história em Cachoeiro de Itapemirim, o PRD ficou conhecido por causa da figura do professor Alberto Stange Júnior, único deputado de toda a sua história:

Enquanto o PSB abrigou indecisos jovens diante da ideologia socialista, numa época em que se confundia liberalismo com socialismo e centro com a esquerda, o outro nasceu da necessidade da Maçonaria de colocar suas propostas políticas (MEDEIROS, acesso em abr.de 2012).

O ano de 1946 é a data de entrada do PSB na capital do Espírito Santo. Rubem Braga, intelectual capixaba, discutiu com outros tantos a formação do partido. Mas, em 1948, o partido somente teve candidatos em Cachoeiro. Foram eleitos vereadores Elimário Imperial e Newton Meirelles e a legenda do PSB foi maior do que a aliança do PSD-UDN na sede do município. No mais, o PSB praticamente dominava a vida intelectual de Cachoeiro de Itapemirim. Entre os seus filiados encontravam-se jornalistas que tinham o domínio das redações. O mais conhecido era Newton Braga, irmão de Rubem Braga.

Numa recente obra de nome *Mário Gurgel* (2008), o autor Antônio Gurgel faz uma interessante biografia de seu pai. Mário Gurgel, deputado pelo PTB capixaba, deixou um trabalho profundamente humanitário no Espírito Santo, conforme o autor: criou a Casa do Menor, auxiliou no Instituto do Bem Estar do Menor, entre outros. Ainda, sua atuação política como parlamentar estadual, e também na condição de um dos primeiros negros no parlamento no estado, foi marcante.

Nas declarações positivas de Antônio Gurgel (2008), o parlamentar Mário Gurgel (PTB), quanto às eleições para a sucessão da presidência da República no período de Juscelino Kubitschek, defendia as candidaturas de Jânio Quadros e Fernando Ferrari, opondo-se à coligação PSD/PTB, posto que sempre em controvérsias com os deputados do PSD.

Nas farpas que frequentemente eram trocadas entre Mário Gurgel e os parlamentares do PSD, em uma dessas, de acordo com Antônio Gurgel (2008), o parlamentar petebista dizia que o PSD era um partido parasita do Partido Trabalhista Brasileiro. “[...] tudo que temos de podre no PTB devemos ao domínio do PSD” (GURGEL, 2008, p. 102). A fala de Mário Gurgel não se restringiu a poucas e veementes críticas. Todo seu discurso foi voltado contra o partido oposto, deixando evidenciadas as rugas criadas entre Gurgel e os pessedistas. No clímax de seu discurso, Mário Gurgel manteve a fala na qual o PSD era provocador de fome e de engambelarem João Goulart (GURGEL, 2008).

Entre conflitos e intrigas, o trabalhismo capixaba parece ter procurado enfatizar o aumento do número de seus representantes políticos. A revista *Espírito Santo Agora* (maio de 1979, p. 12), traz em resenha a matéria sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, de 1945 a 1962.

De acordo com a matéria, o PTB no Espírito Santo se caracterizou por uma vitalidade impressionante, a ponto de ser o partido com maior número de prefeitos, deputados e coligações à parte. Floriano Rubim³, um hábil articulador político, deu início ao PTB apenas com um líder sindical, Saturnino Rangel Mauro. Entretanto, recrutou o restante dos membros no interior do Estado, valendo-se de elementos expressivos que não se alinhavam com os líderes possedistas (*Espírito Santo Agora*, maio de 1979, p. 12).

Floriano Rubim passou a persistir em atrair eleitores para o seu partido. Na década de 1950, trouxe líderes e o número de deputados passou de dois para seis, na bancada da Assembleia Legislativa. Ainda se explica tal fenômeno no fato de que o partido obteve um crescimento rápido influenciando no equilíbrio de forças partidárias no Estado. Conforme o periódico citado (1979), como o PSD possuía um bom número de participantes em sua bancada, a UDN (segunda maior bancada, com sete parlamentares) passou a disputar a força política com o PTB (este com seis deputados).

No entanto, mesmo sendo políticos de uma ideologia trabalhista, os interesses estavam voltados para a própria classe. A revista *Espírito Santo Agora* atestou o PTB espírito-santense com uma conclusiva ênfase:

A julgar, portanto, o passado do PTB no Espírito Santo, não seria exagero dizer que ele sempre contribuiu com a classe dominante, esquecendo-se, naturalmente das causas trabalhistas, em que pese as marcantes e isoladas atuações de Ramon de Oliveira Neto e Mário Gurgel. Partido composto em sua maioria de proprietários rurais e profissionais liberais, esteve sempre atrelado aos interesses políticos de Floriano Lopes Rubim e Rubens Rangel. (*Espírito Santo Agora*, 1979, p. 12).

Por seu turno, as atividades do Partido Comunista aqui no Estado parecem terem tido um relativo êxito. Na obra intitulada *História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo, de 1945 a 1992 os pesquisadores Rafael Simões e Wania Malheiros*⁴ apresentam um relato sobre a trajetória da legenda no Espírito Santo. Conforme os autores, no estado, as primeiras informações sobre o PCB datam do final de 1927, com a chegada do estivador, Santos Antônio Bernardino, candidato a deputado federal, não eleito em 1933 (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). Ainda segundo os autores, para um trabalho de panfletagem, dentro do bom sentido, o PCB capixaba promoveu uma publicação diária que investisse mais numa propaganda positiva sobre sua atuação. Tal publicação surgiu pelos idos de 1945,

3 Floriano Rubim fundou o PTB e ficou nesse partido até o momento em que achou que o partido não correspondia aos seus interesses (de acordo com Rubim, o partido não estava como antes). Saiu e fundou o PTN. Com o golpe civil-militar de 1964 foi para a Arena. Neste partido, exerceu um final de mandato e conquistou outro em seguida (*ES-Agora*, maio de 1979, p. 13).

4 Simões, Rafael; malheiros, wânia. (.....)

com o jornal *Folha Capixaba*.

Dessa forma, nas eleições de 02 de dezembro de 1945 para a presidência da República, Yedo Fiúza, candidato pelo PCB, recebeu uma votação significativa no estado do Espírito Santo. De acordo com Simões e Malheiros (1996), Fiúza obteve 4442 votos, representando 4,15% dos votos válidos. Com esse resultado, conseguiu superar sua própria votação em vários outros estados brasileiros.

Nas eleições de 1946 para Assembleia Legislativa, o PCB, no Espírito Santo, apresentou uma chapa composta por 32 nomes, mas somente um deputado foi eleito, Benjamin de Carvalho Campos, com 966 votos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996, p. 87).

Quanto às eleições subsequentes, em 03 de outubro de 1950, o PCB elegeu o vereador Miguel Miranda, que ficou na primeira suplência e teve oportunidade de assumir o mandato quando o titular obteve uma licença médica. Nas eleições estaduais de 02 de novembro de 1950, o partido elegeu o deputado estadual Custódio Tristão. Em 1958, o PCB elegeu dois vereadores, um em Cachoeiro de Itapemirim e outro em Ecoporanga (SIMÕES; MALHEIROS, 1996).

É salutar também a referência à Câmara Federal, pois o PCB elegeu Ramon de Oliveira Neto, pelo PTB, com 13.287 votos, representando 6,01% dos votos válidos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). No mais, como argumentam ainda os autores, no Espírito Santo, o PCB teve um crescimento orgânico e político nos municípios do interior. De acordo com Simões e Malheiros (1996, p. 90) com a eleição de Ramon de Oliveira Neto, “[...] o PCB consegue pela primeira e única vez no ES exercer influência no movimento de camponeses”. Esse episódio é referente ao caso de Cotaxé, conhecido como o massacre de Ecoporanga, no norte do Estado. Até o ano de 1964, o partido irá passar por diversas situações adversas no Espírito Santo. Com o advento do golpe de Estado de 1964, haverá interrupções na vida política dos mais diversos partidos.

1.1 Os Governos capixabas no período democrático: o fim do Coronelismo?

Sobre o coronelismo no Espírito Santo, as referências pertinentes continuam com as dos pesquisadores capixabas Fernando Achiamé e Marta Zorzal. Em sua interessante obra *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*, Fernando Achiamé dá uma referência primordial sobre o coronelismo espírito-santense:

[...] o acesso ao exercício da política no estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, cuja riqueza estava baseada, geralmente, na exploração do latifúndio e do comércio cafeeiros [...]. (ACHIAMÉ, 2010, p. 91).

Ainda como certifica Achiamé, tais oligarquias eram promotoras da montagem e da manutenção de uma fechada rede de favores políticos. Isto é, caracteriza-se o comprometimento entre essas oligarquias, resultando em reciprocidade. Numa palavra, uma relação de parentesco e compadrio. Na região norte do Espírito Santo, mais especificamente

em São Mateus, com o barão de Aimorés, os Calmon dominavam a política em Linhares e Colatina. A família Monjardim em Vitória, destaques para o coronel Monjardim e o barão de Monjardim (ACHIAMÉ, 2010, pp. 91-92). Ao sul, temos também os diversos membros das famílias Souza Monteiro, Florentino Avidos, Marcondes de Souza e Vivacqua.

Como declara com firmeza Marta Zorzal:

A dinâmica das articulações políticas se realizava através de uma estrutura oligárquica e elitista a qual, através da marginalização institucionalizada da população e manipulação do processo eleitoral, se manteve no poder até a Revolução de 30, a nível de Brasil. (ZORZAL, 1995, p. 91).

Entretanto, como ainda chama a atenção Zorzal (1995, p. 83), a região sul do Espírito Santo era constituída de grandes proprietários rurais controlando todo o eleitorado. Dessa forma, nessa plaga a participação política era bem mais limitada do que na região central capixaba.

As eleições, como eram arranjadas, seu resultado, já era de antemão sabido. As expressões eleições *a bico de pena e voto de cabresto* são próprias do período. Conforme Achiamé (2010, p. 93), “[...] as divergências intraoligárquicas eram resolvidas, de modo geral, no seu próprio âmbito”. Numa dimensão maior, a intervenção federal deveria atenuar as discrepâncias. No entanto, o último presidente do estado foi Aristeu Borges de Aguiar, até 1930. No mais, após a Revolução de 1930, o interventor indicado por Getúlio Vargas foi João Punaro Bley.

Havia, entretanto, na Primeira República (em boa parte desta), o Partido Republicano Espírito-Santense. Tal partido foi uma das principais referências para os futuros líderes da política capixaba. No mais, com a Revolução de 30, as personagens políticas capixabas são trocadas para darem lugar a outras. Trocam uma elite por outra, indicada pelo novo governo da República, na pessoa de Getúlio Vargas.

No entanto, para entendimento acerca da atuação política de alguns partidos em disputas pela governadoria espírito-santense, vejamos a tabela com sua cronologia a partir dos anos de 1947 (Jones dos Santos Neves) a 1962 (Chiquinho):

| Para governador do Estado | | Governador eleito |
|---|-----------------|-------------------------------------|
| 1947: PSD/UDN= 64,9% PR/PDC= 35,1% | | Carlos Fernando Monteiro Lindenberg |
| 1950: PSD/PTB= 58,8% PRT/PDC=41,2% | PSP/PR/PRP/ | Jones dos Santos Neves |
| 1954: PSD/UDN/PDC=44,8% 55,2% | PTB/PR/PRP/PSP= | Francisco Lacerda de Aguiar |
| 1958: PSD/PSP=47,3% PTB=26,2% | UDN/PRP=26,5 | Carlos Fernando Monteiro Lindenberg |
| 1962: PTB/PRP/PSP/PDC/UDN= 52% PTN=48% | Acordo PSD/ | Francisco Lacerda de Aguiar |

Tabela - Percentuais de votos partidários Espírito Santo

Fonte baseada nos estudos de monografia de Marcelino Marques (1997)

Como podemos entender, pela tabela, o pós-1945 no Espírito Santo ficou caracterizado pelas disputas entre as lideranças principais do PSD e dos pequenos partidos. Assim são elas: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Jones dos Santos Neves, Francisco Lacerda de Aguiar. Em 1954, o PSD tem uma pequena queda, porém, retoma a direção do Estado, em 1958, com 47,3% dos votos. No pleito de 1962, o partido novamente perde a eleição para o cargo de governador (MARQUES, 1997).⁵

A partir do quadro passaremos a analisar as ações dos governos estaduais, em parte, entre 1947 e princípios de 1960 no estado do Espírito Santo. Dos anos de 1945 a 1964, o Partido Social Democrático (PSD) obteve uma relativa expressão na política partidária do Espírito Santo. Sobre o nascimento do PSD, de acordo com Amylton de Almeida:

A fundação ocorreu em 1932, antes do rompimento com Jerônimo (Monteiro). Bley convidou Carlos a participar, assim como Francisco Otávio, Asdrúbal Soares, Oswald Guimarães, Carlito Medeiros- uma comissão composta por trinta pessoas [...]. (ALMEIDA, 2010, p. 152).

Esse partido procurava manter sempre a liderança do controle do Estado. Como estratégia, realizava coligações/alianças até com os partidos de oposição para garantir a permanência no poder.

Embora o PSD tenha aglutinado ao seu redor uma rede de políticos, teve dois principais protagonistas: Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Dois típicos políticos elitistas que fizeram parte, por assim dizer, do desenvolvimento político capixaba. Não se deve negligenciar, neste estudo, uma personalidade, por vezes antagônica a Lindenberg, que foi Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho. E sobre a forma distinta dos dois primeiros de governar o Estado, Carlos Lindenberg, num dos vários depoimentos que prestou, afirmou que:

Havia sempre quem era partidário de um em detrimento do outro. Mas isso nunca desuniu o partido. As duas lideranças trabalhavam para a união do partido. Sempre nos respeitamos muito" (De Viva Voz, 1989, p. 38).

O PSD foi formado com base nas estruturas governamentais apoiadas por Getúlio Vargas. Nesse contexto de entrada num regime democrático pós Estado-Novo, existiam vários mecanismos legais para permitir o registro de partidos de qualquer natureza ideológica, bem como dispositivos que permitiam o cancelamento de partidos. Essa possibilidade, então, foi utilizada pelos partidos de esquerda. O voto do analfabeto foi impedido, mas a sua participação como candidato, não.

Nas eleições de 1947, a aliança PSD/UDN elege Carlos Lindenberg para governador do Estado. Jones dos Santos Neves é eleito senador pelo PSD. Na Assembleia Legislativa, o PSD tem 14 parlamentares, a UDN 06, o PR 04, o PDC 02, o PTB 02, o PRP 02, o PCB 01, o PRD 01 (ZORZAL, 1995).

O político Carlos Lindenberg não chegou a concluir o mandato. Renunciou seis

5 MARQUES,

meses antes para se candidatar ao Senado. Foi eleito e exerceu o mandato senatorial de 1951 a 1958. Conseguiu também eleger seu sucessor, Jones dos Santos Neves.

Ao que concerne às eleições de 1950, a aliança PSD/PTB elegeu Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg para o Senado. A Assembleia Legislativa ficou assim composta: PSD 15, UDN 7, PTB 6, PRP 2.

Conforme a revista *ES-Agora* (s/d), após a queda de Vargas em 1945, Lindenberg encontrou um ferrenho opositor do PSD, na figura do udenista, Eurico Rezende. Por este caminho, consolida-se a postura da qual se ressentia o udenismo capixaba, a atuação solitária de Rezende como parlamentar. Todavia, a forte presença de Eurico Rezende caracterizou a existência e vigor da bancada capixaba da UDN (partido ainda não expressivo à época no Espírito Santo), com grande oposição ao PSD.

O Plano de Valorização Econômica do Estado deveria ser executado num prazo máximo de cinco anos, tendo quatro áreas beneficiárias dos investimentos: obras do porto de Vitória; ampliação do suprimento de energia elétrica; investimentos nas rodovias e fomento da produção agrícola.

Por sua vez, um dos objetivos de Carlos Lindenberg foi o de conter os gastos públicos. Percebeu, logo no início de seu primeiro governo, em 1947, que o gasto com funcionalismo público era muito alto e por isso deveria haver um controle mais rígido. Acontece que essas medidas entraram em choque com as forças políticas aliadas, ou seja, com a UDN. O PSD tinha feito uma aliança com a UDN para vencer as eleições e com isso garantir o controle do Estado. Assim, era necessário construir um governo de coalização para direcionar as ações.

A UDN passou a ver nessas medidas de Carlos Lindenberg um caráter de perseguição política, nas quais, segundo políticos da UDN, Carlos Lindenberg se utilizou de diversas manobras possíveis para diminuir o espaço político da UDN. Devido a esses conflitos, a aliança PSD/UDN se rompe. A UDN se retira da situação e passa a fazer oposição ao governo do PSD, isto é, a Carlos Lindenberg.

A UDN consegue a adesão de deputados na Assembleia Legislativa, criando sérios obstáculos às forças políticas do governo de Carlos Lindenberg. Todavia, essa adesão abre espaço para as forças políticas, aliadas a Lindenberg, fazerem manobras necessárias, principalmente as de cunho clientelista/coronelistas. Com essas manobras, o governo passa a efetivar de fato a sua política de desenvolvimento econômico e social.

Ao que consta, Marta Zorzal (1995) faz uma análise dos dois governos do PSD, considerando nuances nas administrações de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg:

Em essência, de certa forma, Carlos Lindenberg retomou o projeto de desenvolvimento iniciado por Jones dos Santos Neves, mas o fez imprimindo feições bem distintas daquelas idealizadas por Jones. Isso porque as concepções que têm, sobre as vias de desenvolvimento socioeconômicas, são bem diferentes. Enquanto Jones dos Santos Neves partilhava as ideias

getulistas de desenvolvimento industrial acelerado, induzido pelo Estado, como forma de desenvolvimento, Carlos Lindenberg solidarizava-se com a alternativa mais conservadora, também presente na formação social brasileira. (1995, p. 355).

Ao examinar os dois mandatos de Carlos Lindenberg, bem como ao efetuar a análise de seus discursos como governador e senador da república, percebe-se que, a partir do final de seu primeiro mandato como governador (1947-1951), e mais especificamente no segundo mandato no mesmo cargo (1958-1961), o tema industrialização se faz presente, claro que não esquecendo suas raízes no campo, pois como o mesmo afirma categoricamente:

Empregamos todos os esforços possíveis para a realização do programa de eletrificação propiciando a industrialização do estado, visando às nossas fontes de receita e produção que aludi. Como não compreendo industrialização sem produção agrícola, entendo que a agricultura, em todos, os seus ramos, deverá ter todo o amparo, toda a assistência técnica, social e financeira, como seu mais legítimo direito [...] (AMEILDA 2010, p.19).

Podemos perceber que, de forma mais acentuada, a preocupação de Carlos Lindenberg com a industrialização se iniciou ao final do primeiro governo, depois de colocar em dia as finanças do Estado que segundo ele, encontrou um caos,

O meu primeiro período governamental foi de 1947-1951. Mas foi um período para mim muito difícil (...). De modo que minha principal preocupação foi arrumar a casa, botar em ordem o pagamento do funcionalismo atrasado. (...) e procurar a ordenar a administração a fim de poder melhor administrar". (IJSN, 28/05/1970).

Ao concluir o primeiro mandato, o governador Carlos Lindenberg deixou o projeto de implantação da usina hidrelétrica da Suíssa [sic] pronto para seu sucessor também do PSD, Jones dos Santos Neves, colocá-lo em prática. A construção da Suíssa, cujo projeto de implantação foi delineado em 1951-1952 pela AGE, Companhia Sul Americana de Eletricidade, possuía o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Santa Maria da Vitória, devido às suas acentuadas declividades e proximidade com o principal centro consumidor, Vitória. E quando retorna ao governo do estado em 1959 a 1961, dando continuidade ao projeto em 12 de maio de 1961, assina contrato com a Companhia Moreno do Brasil S.A, para levar adiante as obras da hidroelétrica.

Por sua vez, para o jornalista Rogério Medeiros (1982), Carlos Lindenberg consolidou duas coisas no Espírito Santo: o partido (PSD), que se transformou realmente na expressão mais forte do Estado, a ponto de exigir a reunião de vários partidos para poder equilibrar uma disputa eleitoral, e a sua liderança, feita num estilo muito especial.

No entanto, no pleito de 1954, o PSD lançou a candidatura de Eurico Salles para governador. Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), que era deputado federal pelo PSD, irritou-se com a indicação do nome de Salles. Chiquinho, na verdade, esperava que o nome dele fosse o indicado. Então, rompeu com o PSD e abriu uma dissidência no partido,

formando a coligação PSP/PTB/PR/PRP e parte da UDN. Ele conta com detalhes como a coligação surgiu:

A coligação me chamou para dividir e enfraquecer o PSD. Acho que nem eles acreditavam na minha vitória. A princípio o PSD aceitara a minha candidatura pelo partido, mas depois mudaram. Não sei o que houve. Aí, das duas uma: ou eu saía da política, ou aceitava a proposta da oposição. Aceitei a segunda hipótese e enfrentei Eurico Salles, do PSD, um rapaz muito distinto. Ganhei. (*ES- Agora*, 1972, p. 34).

Marta Zorzal faz uma síntese desse momento da coligação em apoio ao candidato Chiquinho, no que podemos constatar:

A vitória da coligação democrática para o governo estadual não foi acompanhada de um significativo rearranjo na correlação de forças no poder, tanto regional como central. [...] Lacerda de Aguiar, o qual, habilmente, associou seu carisma a práticas populistas, num contexto que começava a se tornar permeável a esse tipo de prática. Como resultante, se verá que a Coligação Democrática 'reinou mas não governou'. (ZORZAL, 1995, p. 298).

Como conta Carlos Lindenberg, em suas memórias, de acordo com o pesquisador capixaba Amylton de Almeida:

Como deputado federal, Chiquinho começou bem, mas depois apareceram em Guaçuí folhetos com o nome dele como candidato a governador do estado. Ele me negou que tivesse mandado fazer aquilo. Ele era do PSD (...) e os outros partidos todos acharam que era ocasião de se livrarem de nós, de derrubar o PSD, e então lançaram o Chiquinho. Eles fizeram uma campanha muito populista (...). (ALMEIDA, 2010, p.372).

Na esteira populista de Getúlio Vargas, que em São Paulo teve por seguidor Adhemar de Barros, adotou o slogan *Chiquinho vem aí*, e venceu com 95.389 votos contra 77.476 dados a Eurico Salles.

No que concerne ao resultado das eleições de 1954, constata-se: a coligação democrática PTB/PR/PRP/PDC elege Francisco Lacerda de Aguiar para o governo do Estado. Na Assembleia Legislativa, o PSD tem 12 parlamentares; o PTB, 8; UDN/PDC, 5; PR/PRP, 4; PSP, 3. Na Câmara: PSD, 4; UDN, 1; PTB, 1; PR, 1. No Senado: PSD, 1; PR, 1.

Dentro do mesmo plano, a situação política estava delicada para o pessoal do Partido Social Democrático (PSD). Na verdade, o que havia era uma preocupação: Francisco Lacerda de Aguiar passou a sofrer certa rivalidade com Carlos Lindenberg e os dois sempre trocavam acusações entre si. Na verdade, Lindenberg era um entre os vários opositores a Chiquinho, bem como, Christiano Dias Lopes Filho, Dirceu Cardoso entre outros, o que caracterizou assim, uma ferrenha oposição.

Uma vez no governo do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar procurou fazer atos de "bondade", conforme reportagem no periódico *ES Agora* (1972), com o funcionalismo público, aumentando os salários e a equiparação dos vencimentos dos inativos.

Carlos Lindenberg comenta sua postura oposicionista ao governo de Chiquinho com

o seguinte comentário:

Daí eu virei oposição e em tudo que ele trabalhava eu metia o pau. Fiz muito discurso contra Chiquinho no Senado, mas sempre mantendo a decência: fazia discursos contra acontecimentos, contra perseguições políticas, contra seus desmandos. O governo era de todo mundo, ele deu muitas terras, prejudicou, e muito, ao estado. Mas ganhou muito prestígio (...). Os desmandos do governo Chiquinho eram cada vez maiores, o funcionalismo ficava sem receber até seis meses (...) a situação era mesmo caótica. (ALMEIDA, pp. 372/373).

Por outro lado, ainda, perdido as eleições em 1954 para o Executivo, o PSD precisava se reerguer. Para isso, em 1955 o partido realizou uma convenção elegendo o senador Carlos Lindenberg para presidente do diretório regional do PSD. O partido no Espírito Santo apoiou Juscelino Kubitschek para a presidência da República, naquele ano. Já em 1956, o mesmo partido elaborou um plano de ação para a organização e reestruturação dos diretórios regionais e subdistritais, procurando estabelecer o máximo de renovação para atingir seus objetivos políticos.

Realizada, tempos depois, uma aliança entre o PSD e o PSP, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato a governador, no pleito de 1958. As discussões entre Lindenberg e Chiquinho permaneceram por longo tempo na história política capixaba. O governador Francisco Lacerda de Aguiar disse que ninguém governaria depois dele, pois tornaria a tarefa insuportável.

No mais, ao que se observa, no decorrer do ano da nova disputa eleitoral, Carlos Lindenberg, em suas memórias, disse que já era candidato muito antes das eleições. Conta (episódio ocorrido em 29 de junho de 1958) uma passagem acontecida com ele e o advogado Waldemar Mendes ao encontrarem Chiquinho numa exposição de trabalhos em Cachoeiro de Itapemirim. Lindenberg relata que foram cumprimentar Chiquinho, pois ele estava sozinho. Waldemar, segundo Lindenberg, com aquele jeitão dele, muito abelhudo, disse:

Chiquinho, como é que vamos indo de sucessão?. Diz Chiquinho, com toda calma: Dr. Waldemar, eu já tenho meus planos feitos. Se eu perder esta eleição, ninguém vai poder governar depois de mim. – Você está brincando, não está? - Não senhor. Se eu perder, o senhor vai ver. (De Viva Voz, 1989, pp. 20/21).

Se no primeiro governo, Carlos Lindenberg diz ter encontrado várias dificuldades em normalizar a vida do Estado. Agora, no segundo mandato, afirma ter um grupo de dedicados amigos no qual se dispuseram a ajudá-lo e restaurar as finanças públicas e a economia, a autoridade e austeridade do Governo em prol da coletividade.

De acordo com suas memórias, Carlos Lindenberg procurou reorganizar o Estado e torná-lo progressista. Como um governador democraticamente eleito, o governo Lindenberg no ano de 1961 encarou a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart (situação política). Para tanto, colocar-se-á a favor da legalidade pela posse de Goulart tornando

patente seu governo com a democracia, ou pelo menos, aparentemente com ela. Por sua vez, com a crise do café (situação econômica), alvo este de um sem-número de discussões que também abrangerá futuros governantes capixabas.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. SANTOS, Estilague Ferreira dos; ACHIAMÉ, Fernando (org). **Carlos Lindenberg**, um estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.

DE VIVA VOZ. Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1989.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Mário Gurgel.** Vitória, ES: Pro Texto Comunicação e Cult

_____. **Dr. Carlos:** um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: contexto jornalismo ltda., 2000ura, 2008.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel.** Vitória: UFES, 1995.

_____. Col. Grandes nomes do Espírito Santo. Texto: Carlos Benevides Lima Júnior. **Jones dos Santos Neves.** Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo, Estado, interesse e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

a) Digitais

Cpdoc.br/produção/dossies/AEraVargas1. Acesso em maio de 2012.

RUAS, Henrique. O integralismo como doutrina política. Acesso em 10 de junho de 2007.

<http://leia.se.com.br/wp-content/uploads>. Acesso em junho de 2014.

www.seculodiário.com.br/arquivo2004/reportagens. Acesso em: 18/11/2012.

www.senado.gov.br. Acesso em: 20/11/2012

www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins. Acesso em 30/11/2012.

www.camaradosdeputadosbrasileiros.gov.br. Acesso em 23/10/2012.

b) De Periódicos

Jornal A Gazeta (1961), (janeiro de 1963); 1964 (março/abril/maio/novembro de 1964; *Folha Capixaba* (agosto/setembro de 1961).

MEDEIROS, Rogério. O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. Vitória, **A Tribuna**, 28/03/1982.

Revista: Espírito Santo Agora. Novembro de 1972 (Chico, Chiquim, Chiquinho); 1978 (Um político apolítico), 1979 (O trabalhismo capixaba).

c) De Documentação Primária

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), agosto/setembro de 1961.

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), abril de 1964.

Anais do Congresso Nacional, agosto setembro de 1961 e 1964.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Ofícios expedidos e recebidos pelo Governo do Espírito Santo e Secretariado, 1962, 1963 e 1964/Caixas (números) para consultas desses ofícios: 645,646 (1962); 651, 652, 655 (1963); 662,664, 666 (1964).

Acervo Pessoal de Carlos Lindenberg. Sobre a crítica ao comunismo. Documento datilografado de autoria de Carlos Lindenberg (s/d).

BLEY, João Punaro. O problema comunista e a segurança nacional. 24 de Novembro de 1961. Adquirido em janeiro de 2014.

Chefatura de Polícia, 03 de abril de 1961. Adquirido em 02 de maio de 2013.

Diário Oficial, 01 de janeiro de 1936, discurso de Getúlio Vargas, Museu da República, estado do Rio de Janeiro. Adquirido em dezembro de 2007.

Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, documento/manifesto sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), adquirido em dezembro de 2007.

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

A

Artesanato 90, 106, 107, 108, 109, 112, 115, 116, 118

C

Certificação 80, 81, 84

Comunidade 5, 53, 79, 81, 82, 122, 130, 131, 151

Covid-19 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Crescimento económico 150, 151

D

Defesa ambiental 77

Desenvolvimento 3, 7, 34, 35, 37, 38, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 132, 133, 134, 138, 139, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 161, 162, 163

Desenvolvimento local sustentável 149, 151, 152, 153, 154

Dimensão política 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Direito previdenciário 1, 2, 3, 9, 22

Direito público 2, 3, 49

E

Educação ambiental 76, 77, 78, 79

Educação básica 76

Empreendimentos incubados 80, 81, 82, 84

Empresas 7, 38, 42, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 135, 136

Encarceramento em massa 53, 58, 71

Execução fiscal 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

I

Incubadoras 80, 81, 84

Indústria 105

Inovação 80, 81, 84, 85, 86, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 120, 122, 125, 131, 135, 136

Inteligência coletiva 121

Interação dialógica 77

Interconectividade 121

M

Mídias sociais 23, 24, 26, 37

Morosidade 1, 21, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50

P

Pandemia 31, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Participação política 36, 160

Plano nacional 150, 155

Políticas públicas 28, 37, 38, 106, 108, 109, 111, 118, 119, 137, 144, 148

População carcerária 53, 58

Prática reflexiva 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Prestação de contas 23, 24, 25, 26, 27, 29, 35

Previdência social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21

Prisões preventivas 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

R

Recorte teórico 137, 139

Rede Asta 106, 107, 108, 109, 112, 114, 116, 117

Redes 25, 39, 78, 85, 87, 92, 102, 103, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 134, 135, 136

Revolução informacional 121

S

Seguridade social 1, 3, 4, 5, 6, 8, 22

Serviço Social 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 168

Sistema Judiciário 41, 42, 43, 50, 57

Sociedade em rede 122

Sucesso competitivo 86

Sustentabilidade 9, 37, 76, 77, 79, 80, 107, 108, 117, 131, 151, 154

T

Tecnologias de comunicação 24

Tribunal de Justiça 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 61, 65, 72

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora


 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4


Ano 2023

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 @arenaeditora

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4


Ano 2023